



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, CULTURAS E
ESPECIALIDADES

TAYNARA RAQUEL RODRIGUES DOS ANJOS

“A MONARCHIA DEIXOU-NOS O QUE CONSERVAR, E O QUE, REFORMAR”.
A CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA NO CEARÁ E A FORMAÇÃO DA
OLIGARQUIA ACCIOLINA (1889 - 1892)

FORTALEZA - CEARÁ

2023

TAYNARA RAQUEL RODRIGUES DOS ANJOS

“A MONARCHIA DEIXOU-NOS O QUE CONSERVAR, E O QUE, REFORMAR”.
A CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA NO CEARÁ E A FORMAÇÃO DA OLIGARQUIA
ACCIOLINA (1889 - 1892)

Dissertação apresentada ao Mestrado em História, Culturas e Espacialidades, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História, Culturas e Espacialidades.

Orientador: Prof. Dr. Gleudson Passos Cardoso

FORTALEZA - CEARÁ

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo SidUECE, mediante os dados fornecidos pelo(a)

Anjos, Taynara Raquel Rodrigues dos.

"A monarquia deixou-nos o que conservar, e o que,
reformular".

A construção da república no Ceará e a formação da
oligarquia acciolina (1889 - 1892) [recurso eletrônico] /
Taynara Raquel Rodrigues dos Anjos. - 2023.

139 f. : il.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual
do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado
Acadêmico Em História, Culturas E Especialidades,
Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof. Pós-Dr. Gleudson Passos Cardoso.

1. Ceará. 2. Imprensa. 3. República. 4. Nogueira Accioly.

I. Título.

TAYNARA RAQUEL RODRIGUES DOS ANJOS

“A MONARCHIA DEIXOU-NOS O QUE CONSERVAR, E O QUE, REFORMAR”.
A CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA NO CEARÁ E A FORMAÇÃO DA OLIGARQUIA
ACCIOLINA (1889 - 1892)

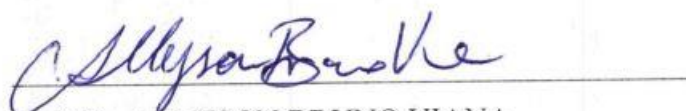
Dissertação apresentada ao Mestrado em História, Culturas e Espacialidade, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História, Culturas e Espacialidades.

Aprovado em: 31 de maio de 2023

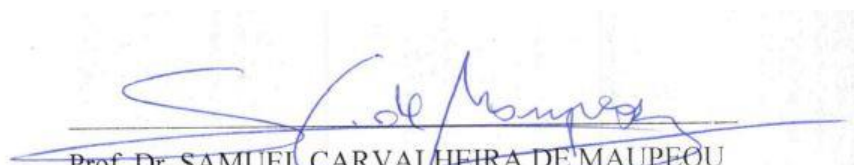
AVALIAÇÃO



Prof. Dr. GLEUDSON PASSOS CARDOSO
(Orientador e Presidente da Banca/PPGHCE-UECE)



Prof. Dr. ALLYSON BRUNO VIANA
(Examinador Interno/UECE)



Prof. Dr. SAMUEL CARVALHEIRA DE MAUPEOU
(Examinador Interno/UECE)

AGRADECIMENTOS

Reconhecer a importância do outro durante uma caminhada que, por vezes, se faz solitária é entender o nosso ser como uma construção coletiva, que carrega pouco ou muito daqueles que encontramos no caminho. Desse modo, reconhecendo as contribuições de outros seres ao meu ser e à minha pesquisa, tenho alguns agradecimentos a fazer, sobretudo àqueles que se fizeram presentes desde o princípio, compartilhando dos momentos empolgantes e, às vezes, angustiantes.

Agradeço primeiramente e principalmente à minha família, minha mãe, filha, irmãos e avó. A minha fortaleza. Obrigada pelo apoio incondicional. Agradeço de modo ainda mais especial à minha mãe Virna e à minha filha Eloah pelo amor, apoio, acolhimento, confiança e torcida. Elas representam, respectivamente, a força e motivação necessárias para a conclusão da escrita desta dissertação. A vocês, o meu amor e dedicação.

À Silvia Reis, minha amiga, mentora e incentivadora. Aquela que se alegra muito mais com minhas conquistas do que eu mesma. A pessoa com quem posso contar a qualquer momento. Que acredita que eu sempre posso mais. Obrigada por tudo. A você, meu carinho e gratidão.

Ao professor Dr. Gleudson Passos Cardoso, agradeço as valiosas orientações ofertadas desde o início da minha caminhada na universidade. Sem dúvidas, você é parte da minha singela constelação acadêmica. Obrigada por não me deixar desistir e por confiar nas minhas escolhas, mesmo contrariando algumas das suas orientações. O teu apoio, paciência e sensibilidade foram fundamentais para a conclusão desta dissertação. A você, a minha admiração, respeito, carinho e gratidão.

Aos meus colegas do Mestrado Acadêmico em História, Culturas e Espacialidades, em especial os colegas Edinailson Passos, Eliane Lima e Mônica Gomes, agradeço o carinho, as conversas, risadas e conhecimentos compartilhados. Parafraseando minha amiga e poeta Karen de Alencar, vocês representam uma corrente de água fria num dia de sol escaldante, daquelas refrescante para alma. Obrigada por tornarem parte da minha caminhada refrescante. A vocês, o meu carinho.

Às minhas mais novas amigas e parceiras de docência, Lucíola, Lívia e Karen, agradeço o afeto, acolhimento, companheirismo e torcida para que eu concluísse logo a escrita deste trabalho. Juntas, vocês formam a melhor torcida organizada do Brasil.

Ao Paulo Vitor, a pessoa mais gentil desse mundo, agradeço as mensagens de apoio, carinho e incentivo.

Aos professores do Mestrado Acadêmico em História, Culturas e Espacialidades, sou grata pelos conhecimentos compartilhados.

Agradeço à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pelo apoio financeiro concedido durante o período de abril de 2021 a dezembro de 2022. Esse apoio foi de suma importância para a realização desta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho buscou apresentar as articulações políticas que antecederam e contribuíram para a formação da oligarquia acciolina no Ceará, que reuniu republicanos, facções políticas e potentados familiares rivais oriundos do período monárquico, durante os anos de 1889 a 1892, período de grande agitação política em âmbito nacional e local. Para isso, utilizamos como principais fontes os jornais pertencentes às distintas agremiações políticas que disputaram a condução da construção da República no Ceará. Em meio à estruturação inicial da República, alianças políticas foram firmadas como estratégia para permanência de antigos chefes políticos dos partidos monarquistas na nova conjuntura. Como resultado dessas alianças, citamos a União Republicana, agremiação fundada em 1890 por Nogueira Accioly e Barão de Aquiraz, sujeitos que tinham interesses políticos divergentes durante o império e representavam, respectivamente, o partido liberal e conservador, no Ceará. Em 1892, em decorrência de mais uma aliança, dessa vez entre republicanos do Centro Republicano Cearense e a União Republicana, novos e antigos, fundaram o Partido Republicano Federalista do Ceará. A fundação desse partido e a ascensão de Nogueira Accioly à administração do Ceará como primeiro vice-presidente em 1892, marcaram o fortalecimento da máquina político-partidária acciolina que, em 1896, culminou no início da sua oligarquia. Para nos auxiliar na compreensão desse contexto que representa o início da construção da República no Ceará, que repercute ainda hoje nas práticas político-partidárias, a análise proposta se beneficia de reflexões teóricas inseridas no campo da História Cultural do Político, se valendo de conceitos como *Práticas Letradas*, *Cultura Política* e *Poder Simbólico*.

Palavras-chave: Ceará; Imprensa; República; Nogueira Accioly.

ABSTRACT

This work aimed to present the political articulations that came before and helped to form, in the Brazilian state of Ceará, the oligarchy *acciolina*, which gathered the republicans, political factions, and rival families' potentates arising from the monarchical period, in the years of 1889 to 1892, a time known for its great political agitation in both local and national spheres. In order to do that, we took the newspapers managed by the different political associations that competed for the conduction of the Republic fabrication in the state of Ceará. Amidst the initial Republic structuring, political alliances were made as a strategy to maintain the old monarchical political leaders in the new conjuncture. As a result of these alliances, we mention the União Republicana, an association founded in 1890 by Nogueira Accioly and Barão de Aquiraz, two men with diverging political interests during the empire period that represented the liberal and the conservative parties of Ceará, respectively. In 1892, in consequence of one more alliance, this time between old and new republicans from the Centro Republicano Cearens and the União Republicana, who founded the Partido Republicano do Ceará. The foundation of this political party and the ascension of Nogueira Accioly to the administration of the state of Ceará, as the first vice-president, in 1892 marked the fortification of Accioly's political party engine, which culminated in the beginning of his oligarchy. To understand the context around the beginning of the Republic fabrication in the state of Ceará, which still resonates on the political practices nowadays, we propose an analysis which benefits from the theoretical reflections within the field of Cultural History of Politics, relying in concepts such as *Literate Practices*, *Political Culture*, and *Symbolic Power*.

Keywords: Ceará; Press; Republic; Nogueira Accioly.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Jornal Libertador (1881-1892)	55
Figura 2 - Jornal Cearense (1846 – 1891).....	58
Figura 3 - Jornal O Estado do Ceará (1890 - 1891).....	60
Figura 4 - Mensagem da Chefatura de Polícia do Ceará ao Governo Provisório (1890).99	
Figura 5 - Perdão concedido aos presos políticos	110
Figura 6 - A República, fusão do Libertador e do Estado do Ceará. (1892-1897)	125

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	“QUEBRANDO OS VELHOS MOLDES, A ERA NOVA NECESSITA DE ELEMENTOS PARA FORTIFICAR-SE”. O ADVENTO DA REPÚBLICA NO CEARÁ E A CONSTRUÇÃO DO MAIS NOVO TEMPLO DEMOCRÁTICO	18
2.1	“Que o ano, que começa, nos sejam mais propícios os deuses”: A província do Ceará no ano de 1889	18
2.2	“A memória não nos dá facto igual na história dos povos; uma república saída da monarquia em horas”: O Movimento “de Última Hora” e a Emergência da República no Ceará.....	27
2.3	“Se em 1889 abriu-se o túmulo para a única monarquia americana, seja em 1890 elevado mais um templo à democracia neste grande mundo”: Adesões, Fervor e Engajamento Imediatos na Construção da República no Ceará.....	33
3	“FAZER A REPÚBLICA DIGNA DE UM POVO LIVRE, LEGITIMO GOVERNO DO POVO PELO POVO, É, E NÃO PODE DEIXAR DE SER, ASPIRAÇÃO NACIONAL”. ALIANÇAS E DISPUTAS PELO PROTAGONISMO E DIRECIONAMENTO DO NOVO REGIME NO CEARÁ	53
3.1	“A República é uma escola de educação prática, onde o exemplo é tudo”: Agremiações políticas cearenses e a construção da república na imprensa.....	53
3.2	“O casamento civil entre os Srs. Aquiraz e Accioly”: O Início do Pacto Oligárquico Cearense na primeira República	74
3.3	“É preciso que nós artistas, como uma boa porção do povo brasileiro, lutemos contra essa subserviência(...)”: A Participação dos Trabalhadores no Novo Regime	91
4	“PELA REPÚBLICA E PARA A REPÚBLICA, SERÃO OS NOSSOS ESFORÇOS (...)”: TENSÕES NA IMPRENSA E A HEGEMONIA DO PACTO OLIGÁRQUICO.....	101
4.1	“(…) Que todos concorramos às urnas cientes e conscientes do nosso dever, da nossa missão como cidadãos de um país livre”: As Eleições para a Constituinte de 1890	101
4.2	“(…) Há de chegar as plagas do Ceará um dos seus filhos ilustres Sr. General José Clarindo de Queiroz (...)”: Florianistas vs Deodoristas e a Ascensão da Família Pompeu Accioly.....	111

4.3	“Arrasadas, assim, as barreiras que, por ventura separam os dois arraiais, <i>O Centro</i> e a <i>União Republicana</i> deliberam constituir se em um só partido – <i>Republicano Federalista</i> ”: Nogueira Accioly e o Pacto Oligárquico no Ceará.....	119
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
	REFERÊNCIAS.....	132

1 INTRODUÇÃO

Entre o final do século XIX e o início do século XX, o Brasil sofreu transformações relevantes em sua formação histórica. A abolição da escravidão e a instauração da República foram eventos importantes e decisivos na construção de uma nova ordem econômica, política e social no Brasil. Segundo Sérgio Buarque de Holanda (1995), esses importantes acontecimentos compõem “uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional” (HOLANDA, 1995, p. 171).

Com a proclamação da República no Brasil, o país buscava se organizar e configurar a nova ordem política. No Ceará daquele momento, diferentes grupos políticos, compostos por antigos e novos agentes sociais, ligados ao novo regime ou aos extintos partidos monárquicos, travaram acirrada disputa em prol de se afirmarem como condutores dessa ordem política em construção. Esses grupos utilizaram a atividade de imprensa como forma de expressar as propostas de cada segmento político, travando verdadeira batalha no campo das práticas letradas, a fim de mobilizar a população em torno dos seus ideais.

Desperta-me interesse o período que representa o início da transformação política e social do Brasil e, de forma mais específica, como essa transformação, sobretudo a instauração da República, foi realizada no Ceará. Partindo desse interesse, ao visitar a Biblioteca Pública de Pindoretama, cidade onde moro, no intervalo de tempo entre o primeiro e o segundo semestre do curso de História da Universidade Estadual do Ceará, encontrei, em uma das estantes, o livro *Padaria Espiritual: biscoito fino e travoso* (CARDOSO, 2006). Esse foi meu primeiro contato com a temática que me acompanharia durante a graduação e o mestrado. Com uma escrita leve e objetiva, o pequeno livro me instigou pelas críticas que os *padeiros*¹ faziam à república em construção no Ceará.

Ao longo do caminho trilhado durante a pesquisa para elaboração da monografia de graduação, tive contato com riquíssimas fontes hemerográficas, principalmente os jornais. Esses jornais eram todos cearenses e circularam durante os últimos anos do século XIX, em Fortaleza. O manuseio dessas fontes e a bibliografia utilizada na produção da monografia possibilitaram uma reflexão a respeito do processo de construção da República no Ceará.

¹ Membros da Padaria Espiritual, agremiação formada por rapazes das classes médias e baixas da capital e do interior, que surgiu em 30 de maio de 1892 e se afirmava como uma sociedade literária diferente das tantas existentes naquele período. Teve, como alguns de seus integrantes, Antônio Sales, Waldomiro Cavalcante, Adolfo Caminha e Lopes Filho (CARDOSO, 2006).

Após a conclusão do curso de História, a fim de aprofundar meus conhecimentos sobre o tema, busquei novas bibliografias e constatei que a literatura relacionada à proclamação da República e ao regime republicano no Brasil é riquíssima. Com relação ao Ceará, temos vários trabalhos que se reportam ao regime republicano e que têm como contexto o período de transição entre a Monarquia e a República. Em contrapartida, percebi que a historiografia cearense pouco se reporta aos projetos de República e às articulações para a estruturação do que, mais tarde, seria chamado de pacto oligárquico acciolino, referente aos anos 1889 a 1892, período de intensas disputas e reorganização dos grupos políticos em torno do novo regime.

Muitos pesquisadores já se debruçaram sobre o período que corresponde à Oligarquia Acciolina (1896 - 1912), porém, na historiografia cearense, são poucas as referências que apontam para os caminhos que foram trilhados até a chegada de Accioly, ex-monarquista e líder de uma facção liberal, à administração do Ceará. Conectando os acontecimentos registrados pela imprensa e analisando a conjuntura política do Ceará durante o período de 1889 a 1892, recorte temporal desta pesquisa, identifiquei uma agremiação política que contribuiu para o processo de formação da oligarquia acciolina no Ceará: a União Republicana. No contexto de reorganização e rearranjos políticos, a fundação desta agremiação foi uma das primeiras estratégias de Nogueira Accioly a fim de chegar à administração do Ceará.

Desse modo, esta pesquisa tem por objetivo apresentar as articulações políticas que antecederam e contribuíram para a construção da oligarquia acciolina no Ceará, que reuniu republicanos, facções políticas e potentados familiares rivais oriundos do período monárquico. Para isso, faz-se necessário observarmos, mesmo que de maneira sucinta, a conjuntura política cearense anterior à proclamação da República.

No período que antecede a Proclamação da República, destacamos a existência de dois grandes grupos políticos que se revezavam no poder, orbitando em torno de quatro potentados familiares. Esses dois grupos surgiram da cisão dos partidos conservador e liberal na província do Ceará, durante as disputas pela administração do governo provincial. O partido conservador se dividiu entre “Miúdos” e “Graúdos”; e o liberal, entre “Paulas” e “Pompeus”. Após a cisão, houve a aproximação entre os grupos liberais e conservadores, ligando-se os “Miúdos” aos “Paulas”, e os “Graúdos”, aos “Pompeus” (MONTENEGRO, 1980, p. 41-43).

Porém, com o advento da República, em 1889, novos agentes sociais entravam em cena na vida pública (intelectuais, profissionais liberais, militares, clérigos). Na aliança entre intelectuais e militares, resultando na fundação do Centro Republicano Cearense (1889-1892),

os antigos chefes políticos dos extintos partidos monárquicos foram suprimidos da condução do novo regime durante seus primeiros dias. Diante desse novo contexto, os ex-monarquistas foram rápidos em se adaptar à nova ordem e fundaram novas agremiações políticas. Como exemplo, citamos o Club Democrático e a União Republicana, fundadas em 1890. Em meio à disputa pela administração da República no Ceará, a imprensa foi utilizada como uma poderosa ferramenta, indispensável aos agentes letrados nesse momento de tensão. Por meio dos jornais, esses agentes letrados compartilharam suas concepções sobre república, construindo, em seus jornais, uma ideia de república de acordo com os interesses de cada grupo.

Com a finalidade de perceber como a República foi sendo construída na imprensa cearense durante seus primeiros anos, utilizamos os jornais pertencentes às seguintes agremiações políticas: Centro Republicano Cearense (1889-1892), Club Democrático (1890-1891), União Republicana (1890-1892) e Partido Republicano Federalista (1892). Assim, elegemos, como principais fontes, os jornais Libertador, Cearense, O Estado do Ceará e A República, respectivos órgãos de imprensa das agremiações citadas.

Por pertencerem a grupos com ideias políticas distintas, os jornais manuseados nesta pesquisa possibilitaram uma maior compreensão sobre as representações² que cada grupo produziu a respeito da República e sobre como esse novo regime foi imaginado e construído no campo das práticas letradas no Ceará. A partir dessas fontes, percebemos a existência de culturas políticas³ com diferentes referências de república, tais como positivista-centralizadora e moderada, que dividiam e disputavam o mesmo espaço social.

As renovações no estudo da História Política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder. Os questionamentos desse campo, imbricados com os aportes da História Cultural, renderam frutos significativos (DE LUCA apud PINSKY, 2014, p. 128).

Mais que forma de registro, a imprensa, enquanto prática letrada, também é uma ferramenta de inserção e intervenção social, configurando-se em território de lutas e disputas por exercício de poder e capital simbólico (CARDOSO, 2016). Assim, percebemos os jornais

² “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas por interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1990, p. 17).

³ Entendendo cultura política como: “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhados por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2009, p. 21).

como projetos coletivos, pois agregaram vários sujeitos que desfrutavam de valores, crenças, sentimentos e ideias que pretendiam difundir.

As informações trazidas por essas fontes serão problematizadas e relacionadas à bibliografia sobre o tema, levando sempre em conta a subjetividade de quem a produziu, quando produziu e para quem produziu. Em relação ao acesso às fontes, todos esses jornais podem ser encontrados na Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Alguns números desses jornais estão disponíveis no site da Hemeroteca Nacional.

Nesta pesquisa, também nos valem os documentos governamentais-administrativos, comumente denominados como oficiais. Esses documentos foram mensagens e relatórios dos presidentes do Ceará que correspondem ao recorte temporal estudado, bem como uma mensagem do livro de Correspondências da Chefatura de Polícia do Ceará. As mensagens e relatórios estão disponíveis no site da Biblioteca Nacional digital. O livro de Correspondência da Chefatura de Polícia está no acervo do Arquivo Público do Ceará. Essa documentação contribuiu para perceber a leitura da realidade cearense por aqueles que compunham a administração. Segundo Albuquerque (2011 apud PINSKY; DE LUCA, 2011), existe uma relação intrínseca entre sentimentos e interesses daqueles que elaboram os pronunciamentos, discursos e documentos oficiais, pois, em si, os documentos oficiais são pronunciamentos e discursos dos administradores públicos, dando conta daquilo que estão a realizar ou realizaram.

As reflexões realizadas na narrativa histórica que apresentamos nos capítulos desta dissertação estão inseridas no âmbito da História Cultural e dialogam com a História Política – corrente “que se apresenta no domínio da História Cultural [...] Às vezes chamada de Nova História Política” (PESAVENTO, 2014, p. 75). Como ferramentas para auxiliar no entendimento do nosso objeto de pesquisa e do contexto no qual ele está inserido, valemo-nos dos seguintes conceitos: Práticas letradas, a partir de Cardoso (2016); Cultura Política, conforme Motta (2009), Pesavento (2014) e Pacheco (2008); e Poder Simbólico, como postulado por Bourdieu (2010).

O primeiro conceito que compõe o quadro teórico desta pesquisa é o de Práticas Letradas, que trabalhamos a partir de Cardoso (2016). Diz o autor acerca da definição de Práticas Letradas:

Trata-se do uso cotidiano praticado entre aqueles que detêm o exercício da escrita e da leitura, tanto pela afirmação e domínio desse instrumental sobre aqueles que não o têm quanto pela apropriação dessas ferramentas como formas de inserção e intervenção social, essas práticas são territórios de lutas, embates e disputas por exercício de poder e capital simbólicos. (CARDOSO, 2016, p. 15).

Por meio do jornal, entendido como prática letrada, grupos políticos distintos travaram grandes batalhas em prol da construção e da condução da República no Ceará. Utilizaram seus órgãos de imprensa com o intuito de se inserirem no novo cenário que se desenhava com a instauração da República, apontando referências, leituras, narrativas e imaginários políticos construídos a partir dos seus interesses. Assim, a pesquisa aborda os jornais não apenas como fontes históricas, mas, sobretudo, como uma forma de inserção e intervenção social dos agentes sociais do período.

No diálogo com a Sociologia, a contribuição de Bourdieu (2010) para esta pesquisa se dá através do conceito de *poder simbólico*, de grande relevância para a compreensão teórica sobre a utilização da imprensa como forma de expressar as propostas de cada segmento político que disputava a direção da República no Ceará. Por meio da imprensa, esses grupos fizeram o uso do poder simbólico para lançar a sua narrativa e impor, à população cearense, sua legitimidade enquanto condutores do novo regime a ser constituído: “[...] o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2010, p. 7-8). Em meio a essa disputa pela construção, legitimação e administração da República no Ceará, a imprensa é utilizada como ferramenta no exercício de poder indispensável aos agentes letrados nesse momento de tensão.

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 2010, p. 14).

Nesta pesquisa, buscamos também compreender quais culturas políticas foram vivenciadas pelos agentes políticos membros dos grupos que fizeram parte deste contexto histórico, político e social cearense.

Se a História Cultural visa a atingir as representações, individuais e coletivas, que os homens constroem sobre o mundo, a História Cultural do Político difundiu-se, tendo como uma de suas preocupações centrais a definição de uma cultura política. Essa corresponderia ao conjunto das representações que nutrem um grupo no plano político, ou, como diz Jean-François Sirinelli, uma visão de mundo partilhada, uma leitura comum do passado, uma projeção no futuro a ser vivido em conjunto. (PESAVENTO, 2014, p. 76).

Assim, entende-se, aqui, cultura política como conjunto de ações, ritos, representações, sentimentos, significados, valores, posturas construídas ao longo da experiência de determinados grupos sociais que fazem uso do exercício político. Está diretamente ligada a uma realidade concreta e objetiva, surgindo como resultado das experiências vividas ao longo do tempo, e caracteriza-se como um fenômeno de sociabilidade política e adesão implícita a uma mesma leitura do real.

Objetivando construir uma narrativa que apresente ao leitor a conjuntura política do ano da proclamação da República e dos primeiros anos dessa nova ordem no Ceará e, principalmente, conectar os fios que tecem as articulações políticas que antecederam e contribuíram para a construção da Oligarquia Acciolina, nossa dissertação está estruturada em três capítulos, cada um deles com seus respectivos tópicos.

No primeiro capítulo, apresentamos uma breve revisão de literatura a respeito da transição da Monarquia à República no Brasil. Abordamos o cenário político-administrativo do Ceará durante o ano de 1889, que se caracterizou por uma instabilidade administrativa durante os meses que antecederam a proclamação da República e pelas mazelas sociais causadas pela seca de 1888. Discorremos sobre o advento da República no Ceará e os esforços das antigas facções liberais a fim de participar do processo de institucionalização da República.

O segundo capítulo apresenta a reorganização e as alianças dos antigos grupos políticos que representavam as facções liberal e conservadora, bem como a agremiação que tomou a frente da construção da República no Ceará, junto ao governo provisório. Das agremiações políticas abordadas por esta pesquisa, aquela que mais nos interessa é a União Republicana, por ter sido fundada a partir da aliança entre Nogueira Accioly e Barão de Aquiraz, chefes políticos rivais durante o período monárquico, e representar uma importante estratégia para o fortalecimento da máquina político-partidária de Accioly. Por esta razão, dedicamos um tópico à fundação da União Republicana e as intenções divulgadas em seu manifesto. Ainda nesse capítulo, tratamos sobre a atuação dos operários/artistas cearenses na busca por espaço de influência na ordem que se inaugurava. Esses operários, acompanhados de correligionários das antigas facções políticas, protagonizaram um evento fortemente reprimido pelo governo provisório do Ceará e usado com veemência pelos oposicionistas com vistas a demonstrar o autoritarismo da República.

No terceiro capítulo, abordamos o processo eleitoral para a composição do 1º Congresso da República do Brasil, em 1890. A corrida por vagas no Congresso que, além das atribuições ordinárias do legislativo, teria missão de exprimir a vontade nacional a respeito da

Constituição, acirrou os conflitos entre os antigos líderes dos extintos partidos monarquista e o governo provisório e o Centro Republicano. Em seguida, discorremos sobre a breve administração do general Clarindo de Queiroz e sua violenta deposição, resultado das mudanças políticas em âmbito nacional. Também como consequência da dinâmica da administração nacional, tratamos sobre a cisão do Clube Republicano Cearense e a fundação do Partido Republicano Federalista. Diante dessas agitações, que caracterizaram o período entre o final do ano de 1891 e meados de 1892, Nogueira Accioly conseguiu, finalmente, ocupar um lugar de prestígio na ordem em construção, fortalecendo sua máquina política.

Atravessada pelas forças históricas e sociais do seu tempo, esta pesquisa dialoga com o momento presente, em que a República no Brasil vem sofrendo significativos ataques, sobretudo no último quadriênio presidencial (2018-2022). No recorte estudado, diferentes agentes sociais e políticos procuraram se inserir na construção do novo regime recém-implantado, aos 15 de novembro de 1889. Nos dias atuais, alguns segmentos, grupos já conhecidos (agroexportadores, militares) e outros mais contemporâneos (líderes religiosos, influenciadores digitais, entre outros), atacam os avanços obtidos, a duras penas, com a promulgação da Constituição Federal de 1988. À semelhança do passado, nos dias atuais, mais que a Democracia, é a instituição da República que novamente se encontra nas atenções das disputas sociais e no campo político. Parafraseando a obra de José Murilo de Carvalho (2001)⁴, além da “cidadania”, é a República que se constrói no Brasil sob “um longo caminho”.

Diante disso, a presente narrativa busca apresentar como, no Ceará, a República foi recebida e construída na imprensa por grupos que disputavam a condução da nova ordem e, principalmente, perceber a raiz das contradições da forma de governo que deveria ter o povo como soberano, mas que ainda é fortemente marcada pelo personalismo político. A chegada de Nogueira Accioly à administração do Ceará, na condição de vice-presidente, em 1892, e à liderança do Partido Republicano Federalista, no mesmo ano, após aliança com uma parcela de sujeitos que, outrora, declaravam-se republicanos puros e desdenhavam das ruínas da monarquia, diz muito sobre as práticas políticas oligárquicas que persistem ainda hoje.

⁴ CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. Um Longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

2 “QUEBRANDO OS VELHOS MOLDES, A ERA NOVA NECESSITA DE ELEMENTOS PARA FORTIFICAR-SE”. O ADVENTO DA REPÚBLICA NO CEARÁ E A CONSTRUÇÃO DO MAIS NOVO TEMPLO DEMOCRÁTICO

Iniciamos nosso percurso apresentando algumas leituras sobre a transição da Monarquia à República no Brasil e abordando como distintos autores da historiografia brasileira analisaram esse período. Após essa breve revisão de literatura, voltamo-nos para o advento da República no Ceará, buscando expor de que maneira os jornais de maior circulação do Ceará, durante os anos de 1889 e 1890, representaram a conjuntura política cearense que antecedeu à proclamação da República e como esta foi recepcionada. Ainda neste capítulo, entramos em contato com os anseios dos grupos políticos do período a respeito dos primeiros passos para a formação da nova ordem. Os grupos já existentes e consolidados durante a monarquia buscavam manter sua influência, apresentando-se capacitados e dispostos a colaborar com a elevação do templo da “democracia no Brasil”.

2.1 “Que o ano, que começa, nos sejam mais propícios os deuses”⁵: A província do Ceará no ano de 1889

Na historiografia brasileira, o tema da instauração da República no Brasil é recorrente, configurando um vasto número de trabalhos, nos quais encontramos inúmeros autores com olhares complementares e suas singularidades, abordando aspectos que correspondem aos questionamentos desses sujeitos. Para um estudo do ambiente político-social brasileiro do período destacado, recorreremos a alguns autores, tais como Emília Viotti da Costa (2010), Raymundo Faoro (1977), José Murilo de Carvalho (1987), Renato Lessa (2015) e Sergio Buarque de Holanda (1995).

No que concerne à historiografia do período de transição da Monarquia à República, os retratos traçados da Monarquia e do movimento republicano são diversos. Dentre os autores citados, Emília Viotti (2010), além de sintetizar algumas versões sobre a proclamação da República que acabaram por se fixar na historiografia, discute as razões de ordem estrutural que as motivaram. No mesmo sentido, diz Costa (1999):

ANNO NOVO. **Cearense**, ano 43, n. 1, Fortaleza, 1 jan. 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pagfis=20996>. Acesso em: 15 abr. 2021.

Duas linhas de interpretação surgiram já nos primeiros anos: a dos vencedores e a dos vencidos, a dos republicanos e a dos monarquistas, aos quais vieram juntar-se com o tempo alguns republicanos que, desiludidos com a experiência, aumentaram o rol dos descontentes, exaltando as glórias do Império e ressaltando os vícios do regime republicano (COSTA, 1999, p. 389).

Não é nenhuma novidade para nós, historiadores, que diferentes narrativas sejam elaboradas sobre um evento, principalmente quando tratamos de temas que produzem “vencedores” e “vencidos”, pois cada grupo explica a realidade à sua maneira. Falar sobre a proclamação da República brasileira não é nenhuma novidade, tendo em vista que inúmeros autores já exploraram o assunto. Contudo, faz-se necessária, durante este tópico, uma breve abordagem do assunto, a fim de conectarmos os acontecimentos locais ao contexto nacional.

Segundo Viotti (2010), a proclamação da República não se deu ao acaso, como insinuaram os monarquistas, tampouco foi resultado inesperado de uma mera parada militar. Os militares não foram simplesmente utilizados pelos civis para concretização da queda da Monarquia, alguns deles tinham convicção do que era uma República, pois estavam sob a liderança de Benjamin Constant. Estes acreditavam que o novo regime seria a solução para os problemas brasileiros. Abaixo, apresentamos um trecho do “Manifesto do Clube Republicano do Pará – 1886”⁶:

É contra um semelhante estado que nos levantamos hoje e lutaremos. Queremos o regime da federação, que garanta a autonomia e independência das províncias, e alargue a esfera das municipalidades. Queremos o movimento e a vida que é a *descentralização* em lugar da paralisia e da morte que é a *centralização* (PESSOA, 1973, p. 80).

O federalismo parecia ser a solução para as contradições que, com o passar dos tempos, agravavam-se entre os vários grupos, entre os setores mais progressistas e os mais arcaicos. As transformações econômicas e sociais ocorridas na segunda metade do século XIX fizeram surgir novas aspirações (VIOTTI, 2010, p. 398). Essas novas aspirações, por parte dos progressistas, divergiam dos interesses dos setores mais arcaicos, e isso terminava por gerar conflitos entre esses setores. Segundo os republicanos, a culpa desses conflitos era da excessiva centralização praticada pelo poder imperial, poder este que, segundo o trecho do Manifesto Republicano do Pará acima citado, representava a paralisia e a morte. Nesse contexto, garantir a autonomia das províncias seria a solução. Sobre o movimento

⁶ Documento publicado no livro *A ideia republicana no Brasil através dos documentos: textos para seminários* (PESSOA, 1973), uma coletânea de documentos vinculados à propagação da República no Brasil.

republicano, também se faz importante ressaltar a participação dos intelectuais. Segundo Carvalho (1987):

Mais importante que a circulação de ideias talvez tenha sido a nova atitude dos intelectuais em relação à política. Da invasão da Câmara Municipal a 15 de novembro de 1889, antes mesmo de proclamar a República, participaram vários intelectuais. Alguns por certo, antigos abolicionistas [...] Um mês depois, intelectuais do Rio enviaram um manifesto de entusiástico apoio ao governo provisório em que se referiam à aliança entre os homens de letra e o povo. [...] O entusiasmo durou até o governo Floriano, quando antigos entusiastas da República tiveram de fugir da capital para evitar a prisão. [...] não seria tão fácil estabelecer os parâmetros de uma convivência pacífica entre a República da política e a República das letras (CARVALHO, 1987, p. 25).

José Murilo de Carvalho, em *Os Bestializados*, além de analisar as diferentes concepções de cidadania vigentes durante os primeiros anos da República, deixa claro as desilusões com o novo regime. Estas desilusões, como podemos perceber no excerto analisado, partem principalmente dos intelectuais, talvez os mais entusiasmados com a república. Pois, “para eles, a república seria o regime pleno de oportunidades, e o mundo das letras o meio de alcançar a realização dos seus ideais mais imediatos” (CARDOSO, 2006, p. 35). O regime instaurado não correspondeu às expectativas de jornalistas, professores, estudantes e profissionais liberais que desejavam melhorias e reconhecimento.

É notório que o movimento republicano não foi uniforme, seus membros dividiam-se por numerosas contradições. Cada grupo tinha suas ambições, e um objetivo em comum: derrubar o que já não servia mais para eles. Devido a essas contradições, algumas repúblicas foram pensadas, representadas e frustradas.

O período de transição da Monarquia à República no Brasil foi um momento histórico de grande importância e mudança. A historiografia brasileira se dedicou e continua a se dedicar aos estudos e análises dessa fase da história do país de diferentes perspectivas, levando em consideração os diversos aspectos políticos, sociais e econômicos envolvidos nesse processo.

Nesta pesquisa, também utilizamos como referência, para entender esse contexto histórico, Raymundo Faoro, que, em sua obra intitulada *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro* (1977), analisou o sistema político brasileiro desde o período colonial até a República Velha, mostrando como a elite brasileira manteve seu poder e influência ao longo do tempo, mesmo com as mudanças políticas ocorridas.

Além dos já mencionados autores, valemo-nos das reflexões do historiador Sérgio Buarque de Holanda, que, em sua obra *Raízes do Brasil* (1995), fez uma análise mais ampla

da história do país, buscando entender as características que definem a cultura brasileira. Nesse contexto, ele também abordou a transição da Monarquia à República, mostrando como esse processo refletiu as contradições presentes na sociedade brasileira.

Ao discutir o processo de queda da Monarquia e ascensão da República, buscamos compreender o contexto histórico no qual o Ceará estava inserido durante o ano de 1889, utilizando a imprensa como principal fonte de pesquisa. Entretanto, a documentação oficial e os livros de memória também foram de grande importância para a análise do período.

Adentrando o cenário cearense do ano de 1889, o que inicialmente nos chamou atenção no manuseio da documentação histórica e da bibliografia utilizada na pesquisa foram as mazelas ocasionadas pela Seca dos Três Oitos, que assolaram a província em 1888. As edições dos primeiros meses dos jornais do ano seguinte destacavam, em suas páginas iniciais, a problemática da seca. Nos números do jornal *Cearense*, era comum encontrar notícias sobre os movimentos de migração durante a estiagem. Em um desses números, a notícia tratava do grande contingente de retirantes que partiam em navio para a região Norte.

O ano de 1889 inicia-se, no Ceará, com muitas queixas contra o presidente da província, Antônio Caio da Silva Prado, que esteve no exercício do poder durante o período de março de 1888 a maio de 1889. Como resultado da seca que atingia o território cearense, a migração era o assunto mais abordado pela imprensa local. Afetada pelas forças cegas da natureza e pelos crimes praticados pelo governo, a sociedade cearense não tinha entusiasmo pelo ano que se iniciava, mesmo sendo ele o centenário da “revolução grandiosa”.

A estiagem sempre foi apropriada como argumento dos conflitos políticos em diferentes momentos da história do Ceará, sendo utilizada como forma de ataque ao grupo que estivesse no poder. Os jornais dos grupos de oposição ao governo denunciavam a inabilidade da administração pública em amenizar o sofrimento que a seca causava à população. Para os oposicionistas de Caio Prado, a província do Ceará sofria duas crises terríveis: uma produzida por fenômeno meteorológico, a seca, e outra de ordem governamental, a administração de Caio Prado.

Na *Gazeta do Norte*, órgão de imprensa que representava os liberais liderados por Nogueira Accioly, em seu primeiro número de 1889, também observamos lamentações relacionadas aos infortúnios ocasionados pela seca. Mas, apesar das lamúrias, o jornal apresenta um discurso de esperança.

Em summa: a miséria e o despovoamento, é tudo quanto legou ao ano de 1889 aquele que o precedeu.

Que no ano, que começa, nos sejam mais propícios os deuses; e os instrumentos de resignação e de heroísmo, de que o infortúnio foi sempre novos fatores de progresso a esta terra sofredora e varonil (1888-1889..., 1890, p.1).

Na edição da qual retiramos o trecho citado acima, o jornal faz um balanço dos desafios enfrentados durante o ano anterior e, ao contrário do que o *Cearense* compartilhava em suas páginas, demonstrava acreditar na generosidade e esforços do presidente da província, sr. Caio Padro. Ora, não era para menos, a facção liberal liderada por Accioly era aliada do então administrador do Ceará. Consideramos importante destacar que, ao longo dos meses que antecederam à proclamação da república, o jornal *Gazeta do Norte* apresentou, de forma muito tímida, algumas movimentações, em outras províncias do país, favoráveis à instauração da república no Brasil.

Em âmbito nacional, no final de 1888, a ideia de uma ditadura militar, proclamando-se a República, que estava a se denunciar por toda parte, deixava o Império temeroso. O movimento republicano, em Minas e Pernambuco, contava com esforçados trabalhadores na luta pela democracia. Os monarquistas tinham notícia de que, em Minas, a república andava no sangue dos filhos daquela província. Em Pernambuco, a propaganda republicana veiculada pela imprensa prometia alcançar numerosas adesões. Assim, o Império entrava em pânico. “Ah! Parece impossível conter a corrente, que se precipita do alto!” (CORRESPONDÊNCIA, 1889, p. 1).

Em uma fala do trono, publicada no número 99 do jornal *Cearense*, no dia 4 de maio de 1889, o Imperador abriu a quarta sessão da vigésima legislatura da “Assembleia Geral no dia 3 de março de 1889” dizendo que o Império se apresentava com situação interna próspera e tranquila, diferente da situação de pânico do final do ano de 1888, causada pela ameaça republicana. Segundo D. Pedro II, apesar da movimentação republicana, a população brasileira permanecia em ordem.

No Ceará, com a morte do senador Vicente Alves de Paula Pessoa, em 31 de março de 1889, iniciaram-se os trâmites eleitorais para o preenchimento da vaga deixada pelo senador Paula Pessoa, sendo marcado o dia da eleição para 20 de maio. Designada a data da eleição, os dois grupos políticos da província, Graúdos-Pompeus e Miúdos-Paulas, escolheram seus candidatos para concorrer à eleição senatorial. Alguns dos candidatos foram o Barão de Ibiapaba, o Conselheiro Tristão de Alencar Araripe e o Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly, indicados pelos Graúdos-Pompeus. Já os Miúdos-Paulas recomendaram o Barão do Aquiraz, o Dr. Leandro Bezerra Monteiro e o Conselheiro Rodrigues Júnior para a disputa eleitoral.

Como já foi dito, esses dois grupos surgiram da cisão dos partidos conservador e liberal na província do Ceará. A partir da ruptura desses partidos, novos grupos se formaram. O partido conservador se dividiu entre Miúdos e Graúdos; e o liberal, entre Paulas e Pompeus. Após a cisão, houve a fusão entre os grupos liberais e conservadores, ligando-se os Miúdos aos Paulas, e os Graúdos, aos Pompeus.

[...] estes grupos tiveram até mesmo de superar seus traços personalistas e tirânicos para congratularem-se em torno de um único objetivo: o governo provincial, a máquina administrativa. Tendo em vista as disputas eleitorais de dezembro de 1887 para a formação das assembleias provinciais no ano seguinte, deu-se a união das famílias Pompeu e Freire, de um lado, e Paula e Vieira, de um outro; ou seja, liberais e conservadores uniram-se, [...] concomitante a união das facções, os jomais que as representavam também uniram-se na mesma causa, juntamente com suas violentas práticas políticas (CARDOSO, 2000, p. 31-32).

A eleição foi realizada ainda sob a administração de Caio Prado, e este não mediu esforços para garantir a vitória de um dos candidatos da coligação Graúdos-Pompeus. Enquanto os conservadores estavam na administração do império, o Conselheiro Araripe era o favorito ao cargo. Porém, a mudança ministerial, a saída do partido conservador e a entrada dos liberais influenciaram o resultado da eleição senatorial do Ceará. Nogueira Accioly, liberal, da coligação Graúdos-Pompeus, conseguiu ser eleito para fazer parte da lista tríplice e foi escolhido pelo Imperador para ser senador da província do Ceará.

Cinco dias após a eleição, em 25 de maio de 1889, o presidente Caio Prado faleceu de febre amarela, aos 34 anos de idade. Seu falecimento foi divulgado no “Noticiário” do nº 118 do jornal *Cearense*. A morte do presidente foi abordada por outros jornais da província. O jornal *Constituição*, órgão conservador, dedicou uma página e meia em homenagem ao presidente. A matéria foi publicada no número 111, do dia 28 de maio de 1889, e tratou sobre a importância do “moço paulista” para as províncias de São Paulo e do Ceará, além de relatar um pouco de sua trajetória acadêmica, sua carreira como jornalista, sua experiência política e idas à Europa. O jornal descreveu-o como um herói e grande patriota e declarou luto na pátria.

Com a morte do presidente da província, o primeiro vice-presidente, Barão de Ibiapaba, era quem, por direito, deveria assumir o cargo, mas ele não quis. Alegou que, antes da morte de Caio Prado, havia pedido exoneração do cargo.⁷ Então, em 26 de maio de 1889, o segundo vice-presidente, o Exmo. Sr. Desembargador Americo Militão de Freitas Guimarães, assumiu o governo da província do Ceará.

⁷ O Barão de Ibiapaba estava concorrendo à vaga de senador da província do Ceará.

Segundo o jornal *Constituição*, órgão conservador que publicava as ações oficiais do governo, em seu número 112, de 30 de maio de 1889: “O ilustre Sr. Desembargador Freitas Guimarães é um espírito opulento, cultivado, afeito às lutas da vida pública e preparado para os grandes momentos da sociedade, em que vive e onde goza de honradíssimo conceito”. O novo presidente do Ceará assumiu o governo em uma situação difícil e melindrosa. “O Ceará estava enfermo” (CONSTITUIÇÃO..., 1889, p. 1). Segundo o *Cearense*, além dos problemas trazidos pela seca, Caio Padro gerou uma série de dificuldades ao estado.

No contexto nacional, um telegrama contendo reformas liberais começa a circular na imprensa do Império. No dia 15 de junho de 1889, foi publicado, no *Cearense*, na coluna de mesmo nome, um telegrama circular “do nobre Sr. Visconde de Ouro Preto, Presidente do Conselho de Ministros, aos Presidentes de Províncias”. O jornal apresentou muita satisfação ao veicular o telegrama contendo o programa liberal em sua coluna. Para o *Cearense*, isso era uma demonstração de amor pela pátria, publicar em suas páginas “a vontade nacional expressada por suas vozes mais autorizadas” (PROGRAMA..., 1889, p. 1).

O referido telegrama foi enviado ao Imperador D. Pedro II, em resposta ao telegrama no qual o Imperador encarregou o Sr. Visconde de Ouro Preto de organizar o ministério. Em resposta, o Sr. Visconde agradece a confiança que o Imperador deposita nele e expõe seu programa de reforma. Algumas das mudanças postas pelo Presidente do Conselho dos Ministérios eram também propostas por aqueles que almejavam instaurar o regime republicano no Brasil.

Alargar o direito ao voto, considerando como prova de renda legal o fato de o cidadão saber ler e escrever, era uma das metas da reforma. A base essencial dessa reforma seria a eleição dos administradores municipais e a nomeação dos presidentes e vice-presidentes de província com base na lista organizada pelo voto do cidadão alistado, ou seja, os eleitos pelo povo votante. Segue abaixo um trecho do telegrama em que o Sr. Visconde expressa sua visão do contexto político no qual o país se encontrava:

Vossa majestade terá seguramente notado que em algumas províncias agita-se uma propaganda ativa, cujos intuitos são a mudança da forma de governo. Essa propaganda é percussora de grandes males, porque tenta expor o país aos graves inconvenientes de instituições para que não está preparado, que não se conformam às suas condições e não podem fazer a sua felicidade [Apoiados gerais]. No meu humilde conceito, é mister não desprezar essa torrente de ideias falsas e imprudentes cumprindo enfraquecê-las, inutilizá-las, não deixando que se avolumem. Os meios de consegui-lo não são os da violência ou repressão; consistem simplesmente na demonstração prática de que o atual sistema de governo tem elasticidade bastante para admitir a consagração dos princípios mais adiantados, satisfazer todas as exigências da razão pública esclarecida, consolidar a liberdade e realizar a prosperidade e grandeza da pátria sem perturbação da paz interna em que temos

vivido durante tantos anos. [Apoiados gerais]. Chegaremos a este resultado, Senhor, não por meio da violência, ou da compressão, mas empreendendo com ousadia e firmeza largas reformas na ordem política social e econômica, inspiradas na escola democrática; reformas que não devem ser adiadas para não se tornarem improfícuas. O que hoje bastará amanhã talvez seja pouco. Portanto, conclui, a situação do país define-se a meu ver, por uma frase — necessidade urgente e imprescindível de reformas liberais (PROGRAMA..., 1889, p. 1).

Em meio à efervescência da propaganda republicana, à aparente crise do governo imperial e ao desafio de organizar os ministérios, o Visconde de Ouro Preto apresentou seu programa liberal, no qual propôs uma adequação do (antigo) regime às aspirações dos novos tempos. Porém, as reformas só foram realizadas com a queda da Monarquia e a ascensão da República. Não houve tempo para colocar o programa em prática: a “reforma popular” chegou antes do esperado.

Na província do Ceará, em meados de 1889, entre os meses de junho e julho, tomava posse da administração do governo um novo presidente, o Sr. Conselheiro Henrique Francisco D’Avila, advogado e político brasileiro. Foi deputado provincial e geral, senador, presidente da província do Rio Grande do Sul e ministro da agricultura. Ele reunia, em sua trajetória, grandes cargos políticos.

Pelo que foi observado nas fontes, Henrique Francisco d’Avila foi bem acolhido por conservadores e liberais. Apesar de ser representante do partido liberal, os dois grandes grupos políticos cearenses reconheceram as qualidades do novo administrador da província, que teria grandes desafios a enfrentar, pois cabia a d’Avila a incumbência de administrar o Ceará no momento mais difícil da história do país. Porém, por mais que o novo presidente tenha caído nas graças das duas coligações, na visão dos conservadores, a sua vasta experiência político-administrativa não seria suficiente para “ajudar” a província.

O jornal *Constituição* (1889), ao tratar da nova administração, abordou também a situação nacional interpretada pelos conservadores. Para eles, o país estava agitado. As instituições monárquicas estavam abaladas. Segundo o jornal, o partido liberal estava colocando o país em risco para ascender ao poder:

Veio então a situação Ouro-Preto com o seu largo programa de grandes concessões. Amiga e companheira da Republica, apelou para as antigas relações em que viveram, prometendo, em vez de opressões e resistências, o alargamento do voto, a liberdade de cultos e uma certa vida às províncias.

[...]

Acharam demasiado sedutor o alto da montanha, e de lá observando o terreno conquistado, disseram, por sua vez: si o despotismo, para viver, precisa de encurtar o diâmetro e de fazer concessões, então a monarquia fez sua época e cumpre á Republica tomar conta do país.

[...]

E pior talvez que a situação do país é a situação da província. Não conhecêssemos o enorme patriotismo do ilustre Sr. Conselheiro Henrique d'Avilla e não teríamos coragem de descrever-lhe, embora rapidamente, o estado em que nos achamos. S. Exc. conhece o Ceará, mas conhece-o pelo brilho de suas glórias e pela história de suas grandes desgraças. E isto não é bastante (A NOVA..., 1889, p. 1).

Em uma fala oficial que abriu a 2ª sessão da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 15 de julho de 1889, Henrique d'Avila demonstrou muita preocupação com os problemas ocasionados pela seca e centrou sua fala naquilo que acreditava ser um grande passo para a regeneração do Ceará: a construção de estradas de ferro e reservatórios de água para irrigação. No período em que atuou como ministro da agricultura, em 1883, o Ceará foi a província que mais o preocupou.

Para pôr em prática o plano de regeneração da província, o presidente, ainda em seu discurso do dia 15 de julho, pediu que houvesse uma trégua entre os partidos políticos cearenses, pois esses deveriam unir forças para salvar a província e deixar de se dilacerarem em guerrilhas políticas. Henrique d'Avila procurava o apoio e a colaboração dos partidos políticos e da Assembleia Provincial.

Deixai de dilacerar-vos n'esse sistema funesto e vexatório de guerrilhas políticas, sob o domínio do qual exaure se o espírito público até ponto de o tornar indiferente para os altos interesses nacionais. Essas guerrilhas políticas não são os partidos políticos. Os verdadeiros partidos políticos são a milícia ativa da nação. Quando os povos não tem bastante instrução para se compenetrarem dos seus direitos, para influírem diretamente sobre o governo, os verdadeiros partidos, que os representam, são os que mantêm a vitalidade política; não são ainda a nação q' se governa a si mesma, mas é sua parte mais ativa, mais inteligente, mais resoluta que dirige (FALA..., 1889, p. 1).

Ao longo do período em que passou na administração do Ceará, Henrique d'Avila supervisionou pessoalmente os serviços de socorros públicos. As notícias oficiais do governo deixaram de ser publicadas pelo jornal *Constituição* e passam a circular no jornal *Cearense*, que, nesse momento, perde o caráter oposicionista e para de abordar as mazelas sociais da província, tornando-se o órgão de imprensa oficial do governo.

Para encerrar a inconstância da presidência da província do Ceará, Henrique d'Avila sai do cargo em outubro de 1889. Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim assume a administração do Ceará, sendo assim o último administrador monarquista da província. Militar, deputado e engenheiro, Moraes Jardim, assim como Henrique d'Avila, possuía um bom “currículo”.

A *Gazeta do Norte*, no número 227, de 11 de outubro de 1889, fez a descrição da chegada de Moraes Jardim à província. Na recepção do novo presidente, estavam presentes

grandes nomes da política cearense do período, aqueles que se revezavam na administração da província durante a monarquia: o 1º vice-presidente Tomaz Pompeu, o senador Nogueira Accioly e o Conselheiro Rodrigues Junior, além dos deputados da província e oficiais do 11ª batalhão de infantaria.

A partir da análise dos jornais *Cearense* e *Gazeta do Norte*, órgãos de imprensa dos dois grupos liberais do Ceará que, no início do ano de 1889, travaram diversos conflitos, alternando entre o apoio e a oposição à administração, percebemos que a nomeação de Moraes Jardim como presidente da província talvez tenha sido um ponto convergente entre esses grupos. Os dois jornais apresentaram narrativas favoráveis à nova administração provincial.

Após esta breve abordagem do contexto histórico do Ceará no ano da proclamação da república, marcado por mazelas ocasionadas pela seca de 1888 e a instabilidade administrativa pela qual a província passou, com quatro presidentes em menos de um ano, trataremos, no próximo tópico, do advento da República no Ceará, buscando perceber, a partir da imprensa, como a elite política local recepcionou a notícia da queda da monarquia e a instauração do regime republicano. Além disso, discutiremos os momentos iniciais do novo regime.

2.2 “A memória não nos dá facto igual na história dos povos; uma república saída da monarquia em horas”⁸: O Movimento “de Última Hora” e a Emergência da República no Ceará

Apesar de a imprensa cearense ter registrado sinais da ameaça republicana nos primeiros momentos de 1889, como foi observado no tópico anterior, o jornal *Cearense*, no segundo semestre do ano da proclamação da República, manteve-se à margem. Nos números do jornal que correspondem a esse período, não identificamos nenhum indício do movimento republicano, nenhuma indicação das articulações para a realização desse momento. Acreditamos que, apesar do movimento do partido republicano no Brasil, para os liberais, a República chegou de forma inesperada.

Quebrando os velhos moldes, a era nova necessita de elementos para fortificar-se.
A memória não nos dá facto igual na história dos povos; uma república saída da monarquia em horas, sem abalos, sem luta, parece ser facto virgem.

⁸ A NOVA ERA. *Cearense*, ano XLIV, n. 261, Fortaleza, 22 nov. 1889, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=Instruir%20%C3%A9%20construir&pagfis=22026>. Acesso em: 15 abr. 2021.

E saiu uma república que rapidamente se impõe e é consagrada verdadeiro governo do povo e pelo povo (A NOVA ERA, 1889, p. 1).

Como podemos perceber no trecho acima, a instauração do novo regime realmente foi uma surpresa: “uma república saída da monarquia em horas”. Se para esses liberais a República saiu em horas, para os conservadores, ela já vinha se desenhando com a ajuda dos próprios liberais. Com um ministério liberal no poder, o partido conservador se dava por vencido, por ser defensor da tradição monarquista e contrário às reformas liberais propostas por Ouro Preto. Para os conservadores, mais cedo ou mais tarde a república seria vitoriosa. Isso fica bem claro em um texto publicado no jornal conservador fluminense *E'd'A Nação*, transladado pelo jornal cearense *Pedro II* do dia 10 de outubro de 1889, também considerado órgão conservador.

Do programa do partido liberal á aspiração democrática há apenas a distância entre a república imediata e república adiada; da república proclamada para se organizar e da república organizada para se proclamar; nada mais.

Consagradas as reformas prometidas:

1º De alargamento do voto, ou antes sufrágio universal.

2º Temporariedade do Senado.

3º Liberdade dos cultos com todos os seus consecrários.

4º Autonomia do governo provincial.

Estará consumada a revolução democrática, restando o trono vacilante e sem apoio (A REVELLAÇÃO, 1889, p. 1).

Analisando o advento da República no Ceará, buscamos perceber como os jornais utilizados na pesquisa transmitiram ao público leitor esse fato. Dos jornais pesquisados, não conseguimos localizar os números do *Pedro II* e do *Constituição* após a Proclamação da República. Assim, abordamos esse evento a partir da narrativa do jornal *Cearense*, que se adaptou ao novo cenário e continuou circulando até o ano de 1891, e o jornal *Gazeta do Norte*, que circulou até julho de 1890.

A notícia da instauração do novo regime chegou à província do Ceará ainda no dia 15 de novembro, por meio de um telegrama enviado para uma importante casa comercial da província. O chefe dessa casa não demorou a comunicar ao presidente Morais Jardim o que havia acontecido. A fim de averiguar se a notícia era verdadeira, o presidente conferenciou com alguns chefes políticos e comandantes da força pública, mas não obteve resposta imediata. Após a meia-noite, chegaram alguns telegramas de Recife tratando da Proclamação da República.

Segundo os telegramas, o general Deodoro, à frente de dois batalhões, havia intimado o gabinete a demitir-se e ido até a Câmara Municipal para proclamar a república, em seguida

assumindo o governo provisório e constituindo o novo ministério. Moraes Jardim, após tomar conhecimento do conteúdo dos telegramas, no final da manhã do dia 16 de novembro, reuniu, no palácio⁹, chefes políticos, comandantes das forças da terra e do mar, a oficialidade e comerciantes. Contou-lhes os acontecimentos e pediu-lhes ajuda para controlar a situação e manter a ordem na província. Manter a ordem era a sua principal preocupação.

Momentos depois, no Passeio Público, o comandante do 11º Batalhão, Coronel Luiz Antônio Ferraz, foi aclamado “Governador do Estado Livre do Ceará”. O então governador dirigiu-se até o palácio, acompanhado da banda de música do 11º batalhão, a fim de depor o Coronel Moraes Jardim do cargo de presidente da província. Moraes Jardim, após fazer seu último pronunciamento, foi acolher-se na casa do Conselheiro Rodrigues Junior (O ADVENTO..., 1889, p. 1). Pelo que foi visto no jornal *Cearense*, não houve resistência quanto à Proclamação da República no Ceará.

Agora, faz-se necessário abordar as condições que levaram a aclamação do Cel. Luiz Antonio Ferraz como governador provisório do Ceará, mas, para isso, é preciso, antes, falar sobre outro sujeito que foi muito importante para as articulações políticas dos primeiros momentos da República no Ceará: João Cordeiro. A partir do documento *Apontamentos biográficos de João Cordeiro, escritos por ele próprio*, publicado pela revista do Instituto do Ceará, tivemos acesso a algumas informações sobre a instauração da República no Ceará. Nesse documento é apresentado um resumo da trajetória desse sujeito: homem de negócios, abolicionista, fundador do jornal *Libertador* e republicano. João Cordeiro reunia todas as características para administrar o Ceará durante o período de transição da monarquia para a república. Todavia, faltava-lhe uma característica muito importante, senão a principal, dada as circunstâncias da proclamação da república: ser militar.

Desde rapazinho, João Cordeiro teve ideias republicanas, e no cofre de escritório de sua casa comercial colara seu título de eleitor, com est declaração: Só votarei com este título quando o Brasil for República. Assim, ele foi o primeiro republicano, como também o primeiro abolicionista.

(...)

Intensificara-se a propaganda da República, e João Cordeiro figurava ao lado dos mais conspícuos propagandistas (SALES, 1995, p. 89).

A respeito do ano em que a República foi proclamada, identificamos algumas movimentações desse intelectual. Como homem de negócios, segundo o *Apontamentos biográficos*, em fevereiro de 1889, João Cordeiro foi ao Rio de Janeiro tratar de compras de

⁹ Palácio da Luz, atualmente sede da Academia Cearense de Letras.

“gêneros de que havia falta no Ceará”. Já em maio, após ter cumprido o objetivo da viagem, ele seguiu para São Paulo, onde estava sendo realizado o Congresso Republicano. Desse congresso, faziam partegrandes nomes do movimento republicano brasileiro: Quintino Bocayuva, Aristides Lobo, Campos Sales, Barata Ribeiro.

Segundo o referido documento, João Cordeiro foi incumbido de verificar, nas capitais do Norte, com quais elementos, militares e civis, o movimento republicano poderia contar. De acordo com as informações dadas à época, em várias capitais do Norte,

(...) o movimento republicano estava sendo feito com grande entusiasmo e que nos batalhões aquartelados nas capitais havia grande número de republicanos, principalmente dos postos de capitães havia grande número de republicanos, principalmente dos postos de capitão aos inferiores e no Recife Martins Junior, na Fortaleza Catunda, Antonio Salles e outros; em Bele Paes de Carvalho, Lauro Sodré estavam á frente de poderosos clubs republicanos (CORDEIRO, 1945, p. 280).

No que diz respeito a Fortaleza, sabe-se que, alguns meses antes da proclamação da República, lá foi fundado o Centro Republicano Cearense, primeira agremiação constituída em prol das causas republicanas na cidade. Faziam parte dessa agremiação Antônio Sales, Joaquim Catunda, Bizerril Fontenele, Justiniano de Serpa, Martinho Rodrigues e o próprio João Cordeiro. Apesar da existência de tal agremiação, que se declarava republicana, não identificamos, na imprensa e em outros documentos do período, nenhuma movimentação expressiva, no Ceará, a favor da instauração da república.

Com base na informação de que João Cordeiro havia participado do Congresso Republicano, em maio de 1889, acreditamos que isso tenha motivado a instauração do Centro Republicano Cearense, a fim de demonstrar que, no Ceará, havia apoio às ideias republicanas. Além disso, na transição de regimes, a agremiação teria legitimidade para conduzir os primeiros anos da nova forma de governo, tendo em vista que o “país” parecia já estar próximo do horizonte republicano.

Apesar das movimentações republicanas no eixo Rio-São Paulo, e do surgimento de clubes republicanos nas demais províncias, a proclamação da república pegou o país de surpresa, o que não foi diferente no Ceará. Até mesmo João Cordeiro foi surpreendido, pois ainda estava concluindo o relatório referente à missão que havia recebido no Congresso Republicano, quando, no dia 15 de novembro, recebeu um telegrama que noticiava a proclamação da república no Rio. Posto isso, agora trataremos das condições da nomeação do Cel. Luiz Antonio Ferraz, que estiveram diretamente ligadas a João Cordeiro.

Proclamada a república, no Ceará, em 16 de novembro, como já dito anteriormente, foi convocada uma reunião no Passeio Público, durante a qual o Cel. Ferraz, comandante do batalhão militar, foi declarado governador. Ferraz não era republicano, o que desagradou parte daqueles que se consideravam republicanos de “primeira hora”. Para esses, bem como para Aristides Lobo e Rui Barbosa, o Ceará, nos primeiros momentos do novo regime, deveria ser administrado por João Cordeiro. Contudo, a nomeação de um comandante não foi à toa, é claro. Segundo o *Apontamentos biográficos*, Cordeiro defendeu a nomeação do Cel. Ferraz a fim de ter o batalhão à disposição da República no Ceará, caso houvesse uma contrarrevolução no Rio de Janeiro. Em resposta à decisão de João Cordeiro, Aristides Lobo envia uma carta, reproduzida por Cordeiro (1945):

“Segue a nomeação do Ferraz como você exigiu e a sua para 1º vice-governador. Mande nomes para o 2.º e 3º vice-governadores. Devido á sua correção republicana e á sua energia de “caboclo o norte” foi o Ceará o unico Estado da Republica que ficou com governador aclamado. Todos os mais foram nomeados aqui”... (CORDEIRO, 1945, p. 281).

Não podemos atestar a veracidade das motivações a respeito das ações realizadas no Ceará logo após a proclamação da República, e esse não é o nosso objetivo. Porém, destacamos que a narrativa apresentada no documento, que se refere à trajetória de João Cordeiro como homem de negócios e político, já mencionado várias vezes durante este tópico, faz-se importante à medida que contribui para compreendermos alguns fatos ocorridos durante o ano de 1889, como, por exemplo, a fundação do Centro Republicano Cearense, que, após a proclamação da República, assumiu o compromisso de regenerar a sociedade cearense.

Afora os republicanos e militares do Ceará, a sociedade cearense manteve-se à parte dos acontecimentos das primeiras horas. Sem obter muitas informações sobre o ocorrido no dia 15 de novembro, no Rio de Janeiro, pois a comunicação telegráfica havia sido interrompida, os partidos políticos, maiores interessados, o povo e o comércio almejavam notícias completas. No dia 17 do mesmo mês, houve uma reunião na casa do Barão de Aquiraz, onde encontravam-se chefes dos partidos políticos da província. Durante a reunião, decidiram aguardar os próximos acontecimentos.

Na imprensa, o jornal *Gazeta do Norte*, que se declarava “orgam liberal” até 15 de novembro de 1889, declara-se, no dia 20 do mesmo mês, “Orgam republicano”. Assim como o *Cearense*, esse jornal também apresentou sua narrativa sobre o advento da república no Ceará e, além disso, deixou registrada a posição daqueles a quem o jornal representava.

A transformação que acaba de operar-se no cenário governamental, por mais estranha e inesperada que pareça, é o produto de fatores que por ora escapam ao nosso exame, mas que a história há de registrar e compreender, como já fez em relação a outras épocas e outros povos.

(...)

Aos velhos partidos, circunscritos nas suas aspirações e atividade dentro das raia constitucionais, só restava, depois da batalha, adoptar um dos seguintes alvitre: resistir, abster-se, ou entrar em campo com suas forças em prol do novo regime.

(...)

Cumprimos esse dever aceitando os factos consumados, e esforçando-nos por consolidar as liberdades cidadãos e locais, de que tanto precisamos acima dos princípios abstratos da filosofia política, e pela qual estaremos sempre prontos a sacrificar as formas transitórias de governo (NOSSA..., 1889, p. 1).

A partir do trecho acima, apreende-se que não houve resistência, por parte dos liberais liderados por Accioly, à instauração da República no Ceará. Apesar de considerarem estranha tal “transformação”, posicionaram-se a favor da nova ordem e trataram logo de se declarar igualmente republicanos. Pois, segundo o discurso apresentado, optaram por entrar em campo com suas forças em prol do novo regime, ou seria mais adequado concluir que usaram suas forças em prol do novo regime para permanecer em campo? Esses antigos monarquistas tinham por objetivo o seu reaproveitamento na construção da nova ordem.

No *Cearense* observamos um discurso seguindo a mesma linha da *Gazeta do Norte*, mostrando também disposição para contribuir com a nova ordem, embora muito surpreso com a “repentina” mudança: “Em plena vitalidade monárquica, quando a câmara temporária, quase unanimemente composta de adeptos do 7 de Junho verificava seus poderes, o telégrafo comunica a proclamação da república, e o País a aceita sem protestos, a duvidar da celeridade do facto, surpreso e calmo” (O ADVENTO..., 1889, p. 1).

Por meio das fontes, é possível perceber que, no Ceará, a notícia da proclamação da república foi recebida com surpresa e sem resistência. Assim como em âmbito nacional, o governo provisório do “Estado livre do Ceará” logo foi montado, e o novo regime, instaurado. Não houve uma revolução, como alguns republicanos desejavam e acreditavam. Apesar disso, a República tampouco foi simples quartelada. Resultou “[...] de crises sobrepostas a que as instituições monárquicas foram incapazes de responder” (ALONSO, 2019, p. 141).

Para os antigos monarquistas, a instauração da república pode ter sido vista como um golpe contra a ordem natural das coisas, uma atitude precipitada que poderia levar a uma grande instabilidade e insegurança política. Mas, apesar dessas considerações a respeito da proclamação da República, em primeiro momento, os antigos chefes dos partidos monarquistas não tardaram em se adaptar à nova ordem. E, por meio da imprensa, buscaram

permanecer no campo político cearense, demonstrando que a monarquia havia deixado o que aproveitar.

Esses políticos, nas narrativas dos jornais que os representavam, apresentavam-se preparados e dispostos a contribuir com a construção da República. No tópico seguinte, dissertamos a respeito dos discursos dos dois grupos liberais cearenses, recentemente convertidos republicanos, sobre os primeiros passos para a institucionalização da nova ordem e as ações do governo provisório do Ceará.

2.3 “Se em 1889 abriu-se o túmulo para a única monarquia americana, seja em 1890 elevado mais um templo à democracia neste grande mundo”¹⁰: Adesões, Fervor e Engajamento Imediatos na Construção da República no Ceará

No Ceará, como em todos os Estados do Brasil, o advento da República foi aceito sem resistências, sendo hoje a aspiração de todos a fundação do novo regime sobre as bases as mais sólidas da justiça e liberdade, da igualdade e fraternidade, e mantida sempre unida e íntegra a nossa pátria.

Se em 1889 abriu-se o túmulo para a única monarquia americana, seja em 1890 elevado mais um templo à democracia neste grande mundo, e constituída a república dos Estados Unidos do Brasil nos moldes que nos oferecem os nossos irmãos da parte septentrional e a laboriosa Suíça (1889- 1890..., 1890, p.1).

Iniciamos este tópico com um trecho do 1º número do *Cearense* no ano seguinte à proclamação da República no Brasil. Desta forma, remontamos ao advento da República no Ceará e entramos em contato com os anseios dos grupos políticos do período a respeito dos primeiros passos para a formação da nova ordem. Os grupos já existentes e consolidados durante a monarquia buscavam manter sua influência, apresentando-se capacitados e dispostos a colaborar com a elevação do templo da “democracia no Brasil”.

Mais uma vez, a fonte afirma que a República foi aceita sem resistências, e que a aspiração de todos era a fundação de um novo regime sobre bases mais “sólidas da justiça e liberdade, da igualdade e fraternidade, e mantida sempre unida e íntegra a nossa pátria” (1889-1890..., 1890, p.1). No início do novo regime, todos os grupos políticos identificados por nossa pesquisa defendiam a união como a melhor estratégia para a formação da República. Contudo, o Centro Republicano Cearense, agremiação que tomou como missão a regeneração da sociedade cearense, apenas aceitaria unir-se aos antigos se esses não

¹⁰ 1889-1890. **Cearense**, ano 44, n. 1, Fortaleza, 1 jan. 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=monarquia&pagfis=22146>. Acesso em: 10 jan. 2022.

assumissem posturas de liderança política, ficando sob a influência dos centristas e do Governo Provisório.

Unamo-nos. O governo que se isola, o governo que constitui-se inimigo do povo quando é tão favorável à predisposição em que todos se acham, e não sabe ou não quer dizer o que pretende, não tem capacidade para dar-nos uma constituição. Unamo-nos. As nossas ideias são as mesmas: são as ideias do Governo Provisório, são as ideias dos revolucionários do Rio, com as quais não vai de harmonia o governo do Ceará, senão declaradamente, com certeza pelas pretensões ocultas dos nossos governantes que promovem um fim que não é do povo.

(...)

Quanto a nós, compreendemos perfeitamente a linguagem da *Gazeta do Norte*: é a linguagem do patriotismo. E respondemos: Não nos separam ideias. Unamo-nos. A união faz a força. (A UNIÃO..., 1890, p.1).

O trecho acima foi extraído da publicação que tem por título *A união faz a força* (1890). A partir dele, podemos perceber o desejo de união por parte do Club Democrático e também da facção liberal liderada por Nogueira Accioly, pois, no excerto, o jornal *Cearense* faz menção à *Gazeta do Norte* que, na edição de 7 de maio de 1890, publicou um discurso sugerindo a união de todos os grupos políticos, antigos e novos, e que no lugar dos extintos partidos monárquicos fosse construída uma grande “União Democrática”. O governo provisório do Ceará foi ferrenhamente criticado por não aceitar a proposta desses grupos, e desacreditado da capacidade de dar uma Constituição ao povo.

Retomando a abordagem da citação com a qual iniciamos este tópico, entendemos que a construção do templo da democracia deveria ser iniciada pelo cumprimento das leis que não haviam sido revogadas ou alteradas, por decretos federais, com o advento da nova ordem. Sentia-se a necessidade da elaboração de uma nova Constituição política que correspondesse aos princípios republicanos. O desejo pelo cumprimento daquilo que uma república representa é perceptível no jornal *Cearense*, quando, nos primeiros números do ano de 1890, reincidem, em suas páginas, características atribuídas à república. A saber: justiça, igualdade e liberdade.

Ainda sobre o primeiro excerto, podemos observar os modelos de república referenciados pelo grupo político liderado por Conselheiro Rodrigues Júnior. A primeira referência é a dos Estados Unidos da América; a segunda é a república da Suíça. Ao analisar os números do jornal, observamos um grande interesse da agremiação à qual ele representava em estudar as Constituições desses países, e o desejo de que o Brasil as usasse como exemplo para a produção da sua primeira Constituição republicana.

O interesse pelo cumprimento das leis e pela elaboração da nova Constituição, apresentado no jornal em questão, parece ter sido motivado pelas atitudes autoritárias do governo provisório cearense. Diz o jornal *Cearense*:

É absurda e falsa a ideia que por aí voga de que no período que ora atravessamos a vontade da autoridade substituiu a lei, porque isso seria o despotismo oriental, a negação de todos os princípios que regem as nações cultas, ainda nos dias tormentosos das suas revoluções.

As leis criminais, civis, comerciais, da fazenda, e até mesmo as leis políticas, que não houverem sido expressamente revogadas ou alteradas por decretos do governo federal estão de pé e em seu pleno vigor (CEARENSE, 1890, n. 2, p. 1).

Acreditamos que o autoritarismo denunciado pelo *Cearense* esteve relacionado à exoneração de servidores de cargos públicos. Atitude que colocava o Governo Provisório do Ceará em contradição, uma vez que, em seu programa de governo, publicado no número 266 do jornal *Libertador*, assumiu o compromisso de manter todos os servidores do Estado ocupando postos de trabalho a servir à Pátria livre.

Na citação destacada da publicação no jornal *Cearense*, há referência às leis do antigo regime que, no período, ainda estavam em vigor, pois não foram revogadas pela República. Essa referência também foi realizada a fim de cobrar uma postura de compromisso do Governo Provisório com seu próprio programa de governo, uma vez que, nele, constava a promessa de cumprir e fazer cumprir as leis gerais e provisórias que estavam em vigor. A denúncia do *Cearense* se refere à falsa ideia de que, durante o período de transição entre regimes, a autoridade dos governantes estava acima da lei.

Como já mencionado no início deste tópico, os antigos monarquistas, chamados novos republicanos, membros do Club Democrático, sem tardar, mostraram-se dispostos a contribuir com a construção da República recém-proclamada. Durante os dias 05 (cinco) e 8 (oito) de janeiro de 1890, o *Cearense* apresentou, em sua primeira página, a “Constituição Federal da Confederação da Suíça”. Com o título *Estudos Sociais*, na coluna que levava o mesmo nome do jornal, o periódico justificava a publicação da Constituição da Suíça como um meio de estudar a nova forma de governo e compartilhar conhecimento com a população.

Durante o mês de janeiro de 1890, o jornal *Cearense* manifestou grande preocupação com a configuração institucional da República, apresentando modelos de constituição e questionando qual ideologia o governo provisório nacional seguiria. A elaboração das leis que regeriam a República seria um mecanismo de proteção contra o autoritarismo do governo. Como não podiam participar diretamente da elaboração do projeto de Constituição, buscavam, pelo menos, esclarecer aos leitores as principais características do novo regime e os limites do poder do governo provisório.

A *Gazeta do Norte*, órgão de imprensa que representava a facção liberal Pompeu-Acciolý, a 7 de janeiro de 1890, já sugeria que o Ceará iniciasse a elaboração da Constituição

do Estado e citava, como exemplo, os estados de Minas Gerais e Bahia. O primeiro já tinha um projeto pronto, e o segundo já estava em processo de nomeação da comissão de elaboração. Ainda no mesmo texto, há a sugestão de que o projeto de Constituição Nacional fosse intensamente publicizado e submetido ao exame e discussão de todos os cidadãos.

Vale ressaltar que, sobre o período em estudo, José Murilo de Carvalho (1987), em *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, apresentou a divisão entre cidadãos ativos e inativos, assim classificados por Pimenta Bueno desde a Constituição de 1824, classificação que se manteve após a proclamação da República. Os cidadãos ativos eram aqueles que possuíam, além dos direitos civis, os direitos políticos. Os inativos só possuíam os direitos civis. Acreditamos que os cidadãos aos quais a *Gazeta do Norte* se referiu em seu discurso eram aqueles que detinham direitos políticos e votariam no pleito de 15 de setembro de 1890.

É perceptível que, durante esse período, a imprensa se caracterizou, principalmente, como palco dos debates institucionais e manteve-se como ferramenta de luta simbólica pelo poder. Enquanto o *Cearense* apresentava em suas páginas os modelos de república e constituição, e a *Gazeta do Norte* solicitava que os cidadãos participassem das discussões e que o projeto de Constituição do Ceará fosse elaborado, o *Libertador* publicava as novas leis, decretos, exonerações e nomeações.

O mais novo templo democrático contava com construtores que divergiam em suas ideias, e já tomava forma, antes de mais nada, nas páginas da imprensa. À medida que o Governo Provisório do Ceará buscava fazer a transição para a República, tomavam medidas consideradas autoritárias aos olhos dos antigos monarquistas que estavam empenhados em participar da nova ordem.

Em meio aos discursos voltados para a institucionalização do novo regime, presentes nos jornais pesquisados, identificamos a transcrição de um documento produzido pelos vereadores da Câmara Municipal de Fortaleza, informando suas renúncias aos cargos e colocando-se à disposição do Governo Provisório do Ceará, “diante do grande renascimento”, palavras dos vereadores. O referido documento foi transcrito na segunda página do número 04, de 7 de janeiro de 1890, do jornal *Libertador*. O comunicado de renúncia foi assinado por Manoel Theophilo Gaspar de Oliveira, Arnulpho Pamplona, Olegario Antonio dos Santos, Francisco Florencio de Araujo, Paulino Joaquim Barroso, Olympio Barreto, Jesuino Lopes de Maria, Joaquim Felicio de Oliveira e Antonio Pinto Nogueira Accioly.

Diante do contexto de mudanças iniciado com a proclamação da República, desfazer-se dos elementos que representavam o antigo regime era algo considerado prioritário para o

regime emergente. A renúncia da Câmara Municipal de Fortaleza, eleita ainda durante a monarquia, caracteriza-se como uma estratégia desses sujeitos para demonstrar colaboração com a construção da República, pois, com ou sem renúncia, os vereadores seriam destituídos de seus cargos. Com a destituição, o poder municipal passou a ser exercido por um Conselho de Intendência. Foram nomeados membros do Conselho o Dr. José Freire Bizerril Fontenelle, José Correia do Amaral, Dr. João Marinho de Andrade, Martinho Rodrigues e João Lopes Ferreira Filho.

Dos vereadores que abdicaram do cargo e se colocaram às ordens do Governo Provisório, destacamos Antonio Pinto Nogueira Accioly, que, como vimos anteriormente, foi líder de uma das facções liberais do Ceará e, logo após a proclamação da República, manifestou-se a favor da nova ordem. Accioly e seu grupo político, por meio do jornal *Gazeta do Norte*, buscaram se inserir nas discussões a respeito da institucionalização da República, imprimindo, nas páginas do órgão de imprensa, a ideia de uma república moderada que incorporasse os aspectos favoráveis deixados pela monarquia.

Retomando a discussão sobre a elaboração da primeira Constituição da República, neste momento, voltamo-nos para a abordagem dos projetos de Constituição, feita pelos jornais que utilizamos como fonte. Vimos que, durante janeiro de 1890, os principais jornais da província, sobretudo o *Cearense*, compartilharam modelos de constituição republicana com seus leitores, bem como questionaram o Governo Provisório acerca da ideologia a ser seguida.

A respeito dos projetos, localizamos, no jornal *Libertador*, aquele que fora elaborado por Santos Werneck e Rangel Pestana¹¹, membros da comissão nomeada, em 3 de dezembro de 1889, para a elaboração do projeto de Constituição. O documento, oferecido aos estudos da comissão, fora publicado nas páginas do *Libertador* durante o mês de abril de 1890, tendo o primeiro título apresentado no número 83, de 9 de abril, página 2, na coluna intitulada com o mesmo nome do jornal, e os últimos artigos publicados no número 95, de 23 de abril de 1890. O jornal se limitou a apresentar o conteúdo do projeto, não fazendo considerações a respeito.

O projeto de Constituição elaborado por Santos Werneck e Rangel Pestana é um documento que reflete as ideias políticas e sociais de seus autores e da época em que foi

¹¹ “A Comissão deliberou, para a organização dos trabalhos, que cada membro seu apresentaria um projeto, o que realmente ocorreu, à exceção de Santos Werneck e Rangel Pestana, que resolveram apresentar um trabalho conjunto, e de Saldanha Marinho, que, na condição de Presidente da Comissão, não apresentou proposta. Concluídos os projetos, foi, então, unificado o trabalho da Comissão, que apresentou o projeto definitivo ao Governo Provisório em 30 de maio de 1890. Antes de apreciado pela Assembleia Constituinte, foi ainda o projeto revisado e retocado por Rui Barbosa” (SANTOS, 2003, p. 338).

criado. Os dois foram importantes juristas brasileiros que viveram entre o final do século XIX e o início do século XX. No projeto, defenderam a garantia dos direitos e liberdades individuais para todos os cidadãos brasileiros.

Sobre os direitos e liberdades individuais, consideramos importante destacar, neste projeto de constituição, o artigo que versava sobre o livre exercício de qualquer religião, um dos principais pontos do novo regime.

Art. 56. É livre o exercício de qualquer religião, respeitando a moral e os costumes já conquistados pela civilização. Em todo o território da República o legislador impedirá a subvenção oficial, direta ou indireta, a qualquer serviço, qualquer serviço religioso e de culto; garantirá a liberdade das ordens religiosas enquanto não impedirá os templos e cemitérios religiosos, guardados os regulamentos sanitários, policiais e posturas locais (PROJECTO..., 1890, p. 3).

É de nosso conhecimento, que antes da Proclamação da República, a religião oficial do Estado era o catolicismo, o que significa que as outras religiões eram consideradas ilegais. Antes mesmo da promulgação da primeira Constituição da República do Brasil, o novo regime declarará a laicização do país por meio do decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, que proibia a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagrava a plena liberdade de cultos e extinguiu o padroado.

Entendendo que uma Constituição política é um conjunto de regras jurídicas que rege um país, a garantia de liberdade religiosa era impreterível. Desse artigo, ressalta-se a atenção de Santos Werneck e Rangel Pestana ao respeito à moral e aos costumes já conquistados pela civilização, uma vez que, logo após a Proclamação da República, houve repressão de tudo aquilo que lembrasse a monarquia. Também vale destacar que, a respeito da eleição presidencial, o projeto propunha eleição indireta, com os Estados formando circunscrições eleitorais, cada qual tendo uma quantidade de votos diretos correspondente ao número de senadores e deputados de que dispunham no Congresso.

Lembramos que a Comissão de Elaboração do Projeto de Constituição apresentou três projetos, que, posteriormente, foram unificados e, após a unificação, revisados por Rui Barbosa. A presente investigação não identificou, na imprensa cearense, a publicação dos demais projetos, sendo o de Werneck e Pestana o único a ser reproduzido nas páginas do *Libertador*, órgão oficial do Governo Provisório. No *Cearense*, jornal do Club Democrático, identificamos a reprodução do projeto de Constituição do Estado de Pernambuco,

demonstrando a pressão para a elaboração da Constituição do estado, à qual já abordamos alguns parágrafos acima.

As discussões desenvolvidas, na imprensa cearense, a respeito da institucionalização da República demonstram o interesse óbvio da elite política oligárquica de manter seu lugar de prestígio. É importante perceber, nesses discursos, a construção de uma narrativa que vai desenhando a República ideal para cada grupo político. Tais discursos não influenciaram a elaboração da primeira Constituição republicana do Brasil, e talvez este nem fosse objetivo do debate proposto pelos antigos monarquistas. Acreditamos que o intuito era moldar a opinião dos (e)leitores a fim de conquistar apoio para concorrer às eleições para a Constituinte, que também teria caráter congressual, pois, além de apreciar o projeto oferecido pelo Governo Provisório, os eleitos exerceriam o poder legislativo.

No que concerne às ideias compartilhadas pelos jornais a respeito da Constituição, em especial *A Gazeta do Norte*, o *Cearnense* e o *Libertador*, as principais fontes deste tópico, enfatizamos aquelas que se fizeram recorrentes e que denotam os rumos que os diferentes grupos políticos cearenses desejavam que a nascente república seguisse. Além disso, apresentamos os conflitos entre as facções políticas do período monárquico - grupos liberais e conservadores - e os republicanos puros, narrados nos jornais.

Para o grupo político representado na imprensa cearense pelo jornal *Gazeta do Norte*, a República brasileira deveria instituir o catolicismo como a religião oficial do Estado, pois, para agremiação política liderada por Nogueira Accioly, a prosperidade estava atrelada ao catolicismo. No número 45, de 24 de fevereiro de 1890, o jornal comentou um fato que considerava de grande importância: o concílio ordenado pelo Papa, que discutiria, no mês de março, a introdução da religião cristã no Japão.

Nessa publicação, muito provavelmente redigida por Nogueira Accioly, um dos redatores da *Gazeta do Norte*, não há menção ao Estado brasileiro e sua relação com a Igreja Católica, mas é perceptível a insatisfação com a instituição do estado laico e exaltação da Igreja Católica. Para os antigos liberais da facção Pompeu-Accioly, a separação da Igreja e do Estado era um grande erro. No texto, o redator elogiou o *Mikado* e fez menção à constituição e ao parlamento japonês como benevolências concedidas pelo imperador. Para esse grupo político, essa atitude do império japonês era um exemplo a ser seguido.

Ao analisar o referido jornal, não identificamos muitas pautas referentes à elaboração da Constituição. Seus redatores direcionaram a maior parte dos discursos às críticas ao governo provisório e, ao mesmo tempo, suplicaram união de todos os grupos políticos do Ceará. Os antigos liberais reclamavam a falta de diálogo entre os centristas, membros do

Centro Republicano Cearense, e os demais partidos políticos existentes no Ceará desde o período monárquico.

Abaixo, apresentamos dois recortes de uma das publicações da *Gazeta do Norte*. Os trechos selecionados representam o desejo de aproximação dos antigos monarquistas ao Governo Provisório do Ceará e, por conseguinte, a participação na construção da nova ordem. Além disso, na mesma publicação, demonstram a grande insatisfação com a centralização da organização do novo regime pelo Centro Republicano Cearense.

Enfraquecidos por dissensões intestinas, minados por antagonismos pessoais, retalhados em grupos pequenos e fracos, os partidos, que se digladiavam na antiga província, não tinham o prestígio necessário, perante a opinião e perante os governos, para poderem ser úteis ao engrandecimento desta terra.

(...)

Por termo a este Estado lastimável, tão comprometedor de nosso bom nome e tão contrário à prosperidade pública, era indeclinável dever de todos os espíritos patriotas e desinteressados.

Para isto jamais houve momento tão oportuno, como a da fundação do governo republicano.

Desaparecidos os princípios que explicavam as antigas distinções políticas, tinham perdido sua razão de ser e extintas estavam, virtualmente, as agremiações que se fundam nelas.

O que restava, pois, era se congregar todos à sombra da mesma bandeira, todos se unirem para consolidação do novo regime, necessidade fundamental da ordem e da liberdade (ANGARIAR..., 1890, p. 2).

Os trechos citados foram destacados da publicação que tem por título *Angariar inimigos*, presente na seção *Notas Políticas*, do número 71 de 28 de março de 1890, do jornal *Gazeta do Norte*. O primeiro excerto desta citação apresenta a compreensão da antiga facção liberal a respeito dos partidos políticos durante o regime monárquico, declarando que as divergências pessoais motivaram a divisão e enfraquecimento dos grupos políticos cearenses.

Nesse discurso, é interessante perceber que o redator, falando em nome de todos aqueles que compõem o antigo grupo liberal, afirma que os partidos políticos, da forma que se encontravam, não tinham prestígio necessário diante do governo imperial e, por isso, não conseguiram contribuir com o engrandecimento do Ceará. A fim de conquistarem credibilidade dos republicanos e, principalmente, do governo provisório, diante das críticas feitas aos antigos políticos, justificam as dificuldades de colaboração com o desenvolvimento da província, transferindo a culpa para o antigo regime. Acusaram o período monárquico de comprometer os nomes daqueles que fizeram parte da sua política e de ser contrário à prosperidade pública.

A instauração de um novo regime, para eles, apresentava-se como um momento oportuno para estabelecer a harmonia entre os antigos partidos políticos, uma vez que as

distinções políticas haviam desaparecido com a monarquia. A fundação da República deveria contar com a colaboração de todos. Esta fala, que transfere a responsabilidade dos partidos para a Monarquia, é bem conveniente, pois, passados quatro meses da Proclamação da República, os grupos liberais, percebendo que a monarquia havia de fato arruinado, já estavam resignados e buscavam se adaptar da forma mais rápida possível às novas regras do jogo.

Ainda na mesma publicação, percebemos mudança no discurso. O início se apresenta de maneira harmoniosa, sem ofensas e acusações ao governo provisório, agradável aos republicanos. Pois se refere ao período monárquico como responsável pelas divergências que minavam os partidos políticos e os impediam de garantir o engrandecimento das províncias, neste caso, da província do Ceará. Gradualmente, o discurso vai apresentando um caráter mais agressivo, e caracteriza a política praticada durante os primeiros momentos da República, no Ceará, como ambiciosa e sem inteligência. Segue abaixo um excerto carregado de ironia e acusações.

E eis aí a infeliz política realizada neste estado pela ambição e pela inépcia: em vez de estarem substituídos os quatro antigos grupos pela união de todos os cearenses, para o bem da pátria, existe hoje cinco frações pessoais! Que brilhante resultado conseguiram os atuais dominadores! Podendo unir, preferiram dividir; podendo conciliar, preferiram afastar; podendo realizar a política do amor, realizaram a política do ódio! (ANGARIAR..., 1890, p. 2).

Os quatro antigos grupos referidos são os dois grupos liberais e os dois conservadores, que surgiram da cisão dos partidos monarquistas no Ceará:

Nessa época, havia quatro partidos políticos na Província: liberais paulas, liberais pompeus, conservadores aquirazes ou miúdos e conservadores ibiapabas ou graúdos. No começo da década de 1880, os paulas estavam unidos aos aquirazes e os pompeus aos ibiapabas (MONTENEGRO, 1980, p.43).

Segundo Gleudson Passos Cardoso (2016), esses partidos concentraram “poderes ao longo do revezamento 26 entre os ministérios liberais e conservadores na Corte, elas se envolveram em disputas acirradas em prol do monopólio dos bens públicos na antiga Província do Ceará” (CARDOSO, 2016, p. 25-26).

A divisão dos partidos representava as dissensões intestinas e a política de interesses particulares das oligarquias cearenses durante o antigo regime. Apoiando-se no próprio discurso republicano, que colocava os interesses coletivos e o progresso da pátria em primeiro plano, consideram a manutenção do fracionamento das forças políticas cearenses

incompatível com a nova ordem. Se reportaram ao contexto da república recém-proclamada como mais desfavorável à pátria que o império decaído.

Ao invés da união, conciliação e realização da política de amor, assim como pregavam os liberais que influenciaram o início do movimento republicano no Brasil, os republicanos cearenses preferiram realizar a política do ódio. A República acrescentou ao cenário político cearense mais um grupo, aumentando, dessa forma, a quantidade de frações que se digladiavam pelo poder local. De forma irônica, trataram como brilhante esse feito dos republicanos e os alcunharam de "dominadores".

No parágrafo anterior, ao mencionar os liberais que influenciaram o movimento republicano, referimo-nos àqueles que, segundo Faoro (1977), fizeram parte do núcleo radial do partido liberal, a saber: Rangel Pestana, Luiz Monteiro de Souza, Limpo de Abreu. Esse núcleo era a ala que, diante do contexto brasileiro do período, fazia reivindicações consideradas extremadas. Seus objetivos eram: “descentralização, ensino livre, polícia eletiva, abolição da Guarda nacional, Senado temporário e eletivo, sufrágio direto e universal, presidentes de províncias eletivos, extinção do Poder Moderador e do Conselho de estado” (FAORO, 1977, p. 448).

Sobre a política do amor, mencionada no trecho do jornal *A Gazeta do Norte*, consideramos importante relacionar essa abordagem com o protesto realizado pelo *Correio Nacional*, jornal que circulou no Rio de Janeiro, sob a direção de Henrique Limpo de Abreu e Francisco Rangel Pestana. Esse protesto abordou a democracia como o estado de paz universal e pregou o amor entre todos os homens. Trechos dessa publicação foram apresentados por Faoro (1977). O autor atribuiu ao protesto um caráter romântico, pois projetava de forma pacífica e harmoniosa o início de um regime democrático.

Conseguiremos assim, sem revolução armada, sob a forma democrática federal, a posição que nos compete no continente americano. Não há grande política sem um ideal. Toda democracia é a paz universal - sonho sublime - que depende apenas de tempo para ser, como tantas outras utopias, uma realidade. Ainda que negue a Cúria Romana, o evangelho de Cristo é o mesmo dos democratas. Os povos, como os homens, nasceram para se amar e progredir pela fraternidade (Correio Nacional apud FAORO, 1977, p. 448).

Ao associarmos o discurso do jornal *Gazeta do Norte* ao protesto do *Correio Nacional*, órgão que representava a ala radical do Partido Liberal, no Rio de Janeiro, acreditamos que o grupo acciolino estava apelando para as origens do movimento republicano brasileiro. O movimento republicano surgiu justamente do radicalismo liberal, que não foi episódio exclusivo do Rio de Janeiro, tendo também se manifestado em São Paulo. Ao fazer

isso, evidenciaram as divergências entre a instauração da República e os princípios defendidos pelos liberais radicais, em primeiro momento, e o movimento republicano.

Essa é nossa percepção a respeito do discurso do jornal *Gazeta do Norte*, não podemos garantir que de fato tenha sido a intenção do redator, e não é nosso objetivo. Mas, diante do contexto de instauração da nova ordem e da exclusão dos antigos monarquistas dos momentos iniciais desse processo, acreditamos que o enunciador, no caso, o editor do jornal, quis fazer com que o enunciatório acreditasse na ideia de que a República deveria contar com a união de todos. O progresso viria a partir da fraternidade entre todos os homens.

Analisando a edição 71, da qual selecionamos as citações da publicação *Angariar inimigos*, ressaltamos o discurso conveniente desses antigos liberais, ao transporem a culpa da falta de progresso do país, em particular, da província do Ceará, para a monarquia, regime do qual, meses antes, faziam parte e defendiam (ANGARIAR..., 1890). Essa imagem da monarquia compartilhada nessa publicação foi moldada somente após tomarem ciência de que a nova ordem estava sendo estruturada, e que não haveria restauração da monarquia. Estudando os números da *Gazeta do Norte* que antecedem a Proclamação da República, bem como aqueles que circulam após esse evento, é perceptível a mudança do discurso.

Essa mudança, percebida no jornal, representa a íntima relação entre o poder e as estruturas sociais em que os discursos são produzidos: “(...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2014, p. 10). Assim, compreendemos, a partir da publicação mencionada e analisada, o desejo dos antigos monarquistas cearenses, liderados por Accioly, de tomar posse da liderança da construção da República no Ceará.

Para concluirmos a abordagem do jornal *Gazeta do Norte*, após breve análise das relações entre os discursos sobre a instauração da nova ordem e as condicionantes sob as quais foi produzido, discorreremos sobre o antepenúltimo número desse jornal. No número 152 da *A Gazeta do Norte*, publicado no dia 11 de julho de 1890, foi realizada uma discussão a respeito da representação política do Ceará no Congresso Nacional. Foram evidenciadas as influências da Constituição dos Estados Unidos da América e da França na elaboração da Constituição brasileira que seria apresentada aos constituintes. O ponto central abordado pelo texto intitulado *A representação do Ceará* (1890) era, como já indica o título, a representação política cearense no Senado e na Câmara dos Deputados.

Denunciava a violação da pequena parte da Constituição Federal que estava em vigor, decretada a 22 de junho de 1890, pelo regulamento eleitoral enviado aos estados no mês de junho. Na Constituição, havia sido estabelecido que a representação na câmara dos senadores

seria igual para todos os estados e, na câmara dos deputados, a quantidade de representantes seria proporcional à população, seguindo como modelo os princípios da Constituição americana. O jornal não apresentou uma discussão política a respeito dessa decisão, apenas constatou o que foi determinado.

O motivo da objeção era o número de deputados determinado para o Ceará de acordo com o regulamento eleitoral. Para esse grupo político, o Ceará e outros estados do Norte seriam prejudicados pelo governo provisório brasileiro, por este não ter determinado com precisão e justiça a representação dos estados. De acordo com os critérios sugeridos no discurso, “únicos admissíveis, únicos irrecusáveis”, o Ceará deveria ter um número maior de representantes na câmara dos deputados.

Na publicação, a desigualdade denunciada pelos antigos liberais foi apresentada em um quadro, no qual estão contidos o nome dos estados, o número de candidatos determinado pelo regulamento eleitoral e o número de candidatos que eles consideravam justo. Abaixo, transcrevemos o quadro com essas informações:

Tabela 1 - Número de deputados fixados pelo governo e número que deveria ter sido fixado

Norte	Número decretado	N.º justo
Amazonas	2	2
Pará	7	6
Maranhão	7	7
Piauí	4	4
Ceará	10	14
R. G. do Norte	4	5
Paraíba	5	8
Pernambuco	17	17
Alagoas	6	7
Sergipe	4	4
Bahia	22	28
Sul	-	-
E. Santos	2	2
R. de Janeiro	17	16
S. Paulo	22	17
Paraná	4	3
S. Catarina	4	3
R. G. do Sul	16	9
Minas Gerais	37	42
Goiás	3	3
Mato Grosso	2	2
Distrito Federal	10	6
Total	250	250

Fonte: A REPRESENTAÇÃO do Ceará (1890, p. 1)

O quadro acima, como já dito anteriormente, apresenta o número de deputados determinado pelo decreto eleitoral para cada estado e o número de deputados que o grupo político representado pela *Gazeta do Norte* considerava justo. A segunda coluna do quadro, com o número decretado para cada estado, foi organizada com base no recenseamento de 1872, que fixava a população total do Brasil em 9.939.478, e a do Ceará, em 721.686. Na Constituição, foi mantida a proporcionalidade entre a população dos estados e sua representação na Câmara, sobre a base francesa, de 1 deputado por 70.000 habitantes.

Levando em consideração essa proporcionalidade e a população fixada pelo recenseamento de 1872, a quantidade de deputados deveria ser 141, mas o número apresentado pelo decreto eleitoral foi o de 205 deputados. Diante disso, os membros do ex-partido liberal do Ceará reclamaram a divisão desleal entre os estados, pois, desta forma, o número de representantes do Ceará também deveria aumentar.

Observando a tabela, identificamos as alterações sugeridas. Os estados do Norte deveriam ter 14 candidatos a mais, totalizando 102 representantes. Dos 11 estados do Norte, apenas um teria a representação reduzida em um 1 deputado. Os estados do Sul, seguindo a lógica, perderiam 14 representantes, totalizando 103 deputados. Assim, o Ceará seria agraciado com mais 4 vagas na Câmara dos deputados.

Acreditamos que essa insatisfação com o número de representantes se justifica pelo fato dos antigos monarquistas pretenderem pleitear vagas para a Constituinte e perceberem que, diante dessa representatividade, seria ainda mais difícil concorrer com os republicanos do Centro Republicano Cearense. Diante desse cenário, apelaram para as incoerências já apresentadas pela República, pois, se durante o regime imperial a desproporção da representação parlamentar das províncias era injustificável, na República, era inaceitável. Além disso, estariam os próprios republicanos, membros do governo provisório brasileiro, violando a pequena parte da Constituição que estava em vigor.

Em suma, os antigos liberais, liderados por Nogueira Accioly e representados na imprensa cearense pelo jornal *A Gazeta do Norte*, apresentaram poucas sugestões para a elaboração da primeira Constituição da República do Brasil. Durante os meses de janeiro, fevereiro e março, foram realizadas publicações que apresentavam modelos de Constituições republicanas e discursos que enfatizavam o desejo de união dos partidos a favor da construção de uma república moderada.

Além d'A *Gazeta do Norte*, ressaltamos os apontamentos mais recorrentes a respeito da Constituição e da organização dos primeiros momentos do novo regime no jornal

Cearense. Esses dois jornais e o *Libertador* foram os de maior circulação no período e apresentaram os interesses, ideias e desejos dos grupos políticos que disputavam espaço na nova conjuntura. O *Libertador*, representante oficial do Governo Provisório Cearense, limitava-se a anunciar as decisões institucionais. As discussões a respeito dos conflitos políticos cearenses não eram muito recorrentes, mas, vez ou outra, quando se sentiam muito pressionados, o Governo provisório e o Centro Republicano Cearense usavam o jornal para se defender das acusações feitas pelos antigos grupos políticos. Aqui, não faremos a análise deste jornal.

Para concluirmos este tópico, apresentaremos, a seguir, os anseios do Club Democrático para a elaboração da Constituição e a construção da República. Desse modo, seguimos com o jornal o *Cearense*, que, assim como *A Gazeta do Norte*, pertenceu a um antigo grupo político do período monárquico, também liderado por um ex-liberal, o conselheiro Rodrigues Junior. Diante disso, de certa forma, os discursos se assemelham, sobretudo no que concerne aos estudos e ao desejo de colaborar com a elaboração da Constituição. Porém, no decorrer da análise dos números do *Cearense*, observamos que as críticas ao governo provisório do Ceará são mais incisivas e mantêm uma constância na abordagem, sem oscilações, diferentemente da *Gazeta do Norte*.

O *Cearense*, dedicando sempre a primeira e a segunda página ao debate político, enfatizou a necessidade de proteção dos direitos e garantias individuais, a fim de que os cidadãos não ficassem passíveis aos abusos do Estado. Cobrou o cumprimento das leis do período monárquico que ainda estavam vigentes. Mantinha-se vigilante aos pronunciamentos e atos do governo provisório do Ceará, pois eram recorrentes as arbitrariedades. A organização prática da República acontecia antes da institucional.

Ao estudar os números do jornal do Club Democrático do ano de 1890, identificamos o mesmo empenho da *Gazeta do Norte* em demonstrar que seu grupo estava disposto a colaborar com a construção do templo democrático do Brasil. Isso foi notado a partir das publicações das Constituições dos Estados Unidos da América e da Suíça, já mencionadas anteriormente neste tópico. O estudo das Constituições durou meses, aparecendo quase que diariamente na coluna que levava o mesmo nome do Jornal, *Cearense. Estudos sociais* foi o título da seção criada para compartilhar com os leitores os modelos de constituição republicana. Segue, abaixo, o trecho de apresentação da seção.

Estudos sociais

Começamos hoje a publicar a Constituição Americana, que tem a experiência de um século e dado assombrosos benefícios de prosperidade pública em um país vasto e

novos, colocando-o a par das velhas nações. Estudar os grandes modelos e colocá-los ao alcance de todos é um dever do jornalismo atual, é de grande responsabilidade. Que todos colaborem para a consolidação do nosso regime, estudem, leiam, combine, apliquem e discutam é o nosso intuito; fornecemos dados preciosos como sejam as duas Constituições Suíça e Americana e confiamos que serão proveitosos os ensinamentos destas duas cartas [...] (ESTUDOS..., 1890, p. 1).

No discurso de apresentação da seção dedicada ao estudo dos modelos de constituição republicana, o redator não perde a oportunidade de ressaltar a importância da união de todos para a consolidação do regime. A colaboração de todos consistia, principalmente, na possibilidade de participação deles, membros do Club Democrático, na Constituinte de 1891. Assim como os liberais da facção Pompeu-Acciolý, os liberais liderados por Rodrigues Junior manifestaram constantemente, na imprensa, o desejo de inserção na nova conjuntura, e buscavam demonstrar disposição e capacidade para colaborar com a construção da República.

Sobre a relação entre Estado e religião, não identificamos discurso que defendesse a permanência do catolicismo como a religião oficial do país. No número 23, de 29 de janeiro de 1890, o jornal compartilhou artigos adicionais e emendas da Constituição Americana, que garantiam a proteção igual a todas as religiões e impediam que o Congresso legislasse sobre o estabelecimento de qualquer religião. Mas, ao mesmo tempo que compartilhava, em suas páginas, ideias sobre a liberdade de religião e laicização do Estado, cedia espaço para pronunciamentos da Igreja Católica.

Apesar de não militarem pela permanência do vínculo entre Estado e a Igreja Católica, o *Cearense* apresentou a opinião do ex-grupo liberal a respeito do início do processo de desvinculação do catolicismo como religião oficial do país. O jornal comentou algumas ações realizadas pelo governo provisório do Ceará que afetaram a Igreja Católica e alteraram o funcionamento de serviços “públicos” prestados pela instituição religiosa, custeados pelo Estado. A fim de colocar a laicização em prática, e com o pretexto de redução de gastos, o governo provisório cearense anunciou a supressão dos cargos de capelão e ajudante de farmacêutico da Santa Casa de Misericórdia, e o de capelão da Cadeia Pública.

No número 51, do dia 5 de março de 1890, o *Cearense* fez considerações a respeito da redução do funcionalismo público, avaliando como uma boa medida da administração do Ceará para a política das boas finanças. Contudo, em se tratando da supressão do cargo de capelão da Santa Casa e da Cadeia Pública, a infeliz ação do governo causaria um dano à sociedade. Opinião do jornal. Na publicação, foram apresentados alguns motivos que justificavam a importância desse cargo para as referidas instituições.

Na Santa Casa há enfermos que precisam das consolações do sacerdote da religião, de conforto na terrível e misteriosa passagem desta para a outra vida.

(...)

Suprimir o capelão da Cadeia é outra igual monstruosidade, é a ignorância mais crassa dos princípios que devem reger uma penitenciária, cujos fins principais, além de punir, são: corrigir, moralizar, converter criminosos em cidadãos pacíficos e úteis. E para o desempenho desta alta missão social - o mestre escola, o padre, o artífice são figuras obrigadas, necessárias (ECONOMIAS..., 1890, p. 1).

O capelão cumpria um papel fundamental nessas instituições, desde a consolação dos enfermos, na Santa Casa, até a moralização e conversão de criminosos em cidadãos passíveis e úteis à sociedade, na Cadeia Pública. Para o jornal, essa atitude já era reflexo do processo de laicização do Estado. De maneira sarcástica, o *Cearense* recomenda que o Governo Provisório seja radicalmente lógico com o princípio de separação da Igreja e do Estado e que se mande demolir a capela e retirar as imagens sagradas. O jornal estava ironizando a maneira brusca, na concepção do grupo ao qual representava, com a qual a República buscava apagar as heranças da monarquia, restringindo a participação e influência da Igreja na sociedade. Ao tratar, de forma sarcástica, do cumprimento lógico desse processo, o redator faz questão de lembrar que a população cearense era, quase unanimemente, católica, e que tais ações se caracterizavam como monstruosidades.

No que concerne ao regime monárquico, não identificamos publicações que desejassem o retorno do regime decaído. Pelo contrário, nas páginas do *Cearense*, foram impressas opiniões de apoio à República. Não havia oposição à nova ordem, entretanto, como já apresentamos, eram constantes as críticas à forma como a nova ordem estava sendo conduzida durante o primeiro ano. Devido a isso, O Jornal *Cearense* manteve constante conflito com o periódico *A Pátria*, outro órgão de imprensa que servia aos interesses do Centro Republicano Cearense e do Governo Provisório. *A Pátria* considerava que o grupo político fundador do Club Democrático tinha uma posição dúbia, pois havia se mascarado para se apresentar à República. As retaliações ocupavam geralmente a primeira página do *Cearense* e eram frequentes.

Como demonstração de apoio à República e aceitação do fim da monarquia no Brasil, no primeiro número do ano de 1890, o *Cearense* transcreveu, na seção *Documentos para a história*, a opinião de políticos sobre a fase na qual o país se encontrava. Essas opiniões foram transcritas do *Correio Paulistano* e tinham, em comum, o entusiasmo e confiança na nascente ordem. Na opinião de Visconde do Cruzeiro, todos deveriam envidar esforços para garantir que os legítimos interesses da causa pública não fossem prejudicados, e considerava que era responsabilidade da Assembleia Constituinte:

(...) resolver as graves questões de que dependem a ordem, o engrandecimento e a felicidade do Brasil. Dentre essas questões, nenhuma se afigura de mais transcendente importância do que a da manutenção da integridade da pátria, condição essencial da sua força e grandeza. (DOCUMENTOS..., 1890, p. 1)

Assim como Visconde do Cruzeiro, os sujeitos do ex-grupo liberal liderado por Conselheiro Rodrigues Junior via a Constituinte como o grande marco para a organização da República, uma vez que teriam a missão de elaborar o conjunto de normas que determinariam as condições reais do poder e constituiriam, de fato, o Estado. Partindo desse entendimento, esse grupo político não poupou esforços, na imprensa, a fim de comprovar que estava apto a contribuir com a institucionalização da República.

Compreendendo que os jornais davam visibilidade àquilo que consideravam importante ao favorecimento dos grupos que representavam. Percebemos, nas publicações do *Cearense*, discursos que mantêm uma coerência entre a transição de liberais monarquistas para republicanos, que buscam se inserir na nova conjuntura, demonstrando respeito pelo regime decaído e compromisso com o regime recém-proclamado. Não há um rompimento brusco com os ideais outrora defendidos, assim como também não há uma defesa enfática. Ao dar publicidade às opiniões de apoio à República, manifestaram-se receptivos à nova ordem.

Acreditamos que o discurso cauteloso do *Cearense*, durante os primeiros meses do ano de 1890, tinha como objetivo conquistar a adesão do público diante da nova agenda de ideias. Além disso, devemos levar em consideração o conhecimento que os redatores do jornal tinham do seu público, um público que, como foi apresentado na bibliografia sobre o período e nas fontes aqui pesquisadas, não demonstrou resistência à instauração da República. Segundo Lustosa (2000):

Uma das regras básicas da retórica é que quem escreve tem de saber para quem está escrevendo, conhecer o público que compõe seu auditório. (...) O orador deve ter do seu auditório uma ideia tanto quanto possível próxima da realidade, uma vez que um erro sobre esse ponto pode ser fatal para o efeito que ele quer produzir; é em função do auditório que toda a argumentação se deve organizar, se esta quiser ser eficaz. A qualidade do auditório determina a da argumentação (LUSTOSA, 2000, p. 433-434).

Os redatores do *Cearense* demonstraram conhecer bem essa regra. Apresentaram um discurso moderado, buscando sempre manter coerência com os princípios republicanos e, ao mesmo tempo, demonstrando as contradições dos republicanos cearenses na condução dos primeiros momentos do novo regime. Por conhecer a população cearense, o Club

Democrático analisava de forma cautelosa as mudanças decorrentes da nova conjuntura, postas em prática pela administração do Ceará, que alterassem bruscamente o cotidiano e os costumes.

Em relação à forma como o país deveria ser organizado, o jornal fez ponderações sobre o sistema de governo federativo, levando em consideração, sobretudo, as condições climáticas e financeiras do Ceará. Apresentaram, com base nos anos de seca e de condições climáticas favoráveis, a capacidade produtiva do estado e defenderam a autonomia e prosperidade do Ceará a partir do auxílio do Governo Federal. “Do que carecemos principalmente é de governos previdentes, patrióticos, econômicos, que esperamos, com auxílio divino, ter agora no domínio do regime democrático” (CEARENSE, 1890, n. 15, p. 1).

O *Cearense*, por diversas vezes, trouxe à tona os conflitos entre as antigas facções políticas do período monárquico, que se revezavam na administração da província do Ceará, e os adeptos da doutrina do Centro Republicano Cearense, chamados centristas, no interior do estado. Transcreveu, na edição 15, do dia 19 de janeiro de 1890, uma correspondência enviada de Sobral. Na correspondência, há relatos de conflitos relacionados à condução do clube republicano em Sobral. De acordo com a mensagem transcrita no jornal, os sujeitos que se declararam republicanos antes da proclamação da República haviam perdido espaço para a facção política liderada pelo Barão de Ibiapaba, grupo político conservador, do período monárquico, conhecido como Graúdos.

A correspondência apresentada pelo *Cearense* retrata o caos gerado pela disputa, entre conservadores e liberais, do poder local no interior do Ceará. Denunciou a violência praticada por um dos grupos conservadores, que tinha por objetivo manter a influência política da região, inserindo-se na República por meio da fundação de um clube republicano. Vale destacar que, durante o império, a facção política liderada por Barão de Ibiapaba era adversária da facção liberal chefiada por Rodrigues Junior. Acreditamos que, por esse motivo, os conflitos, no interior do Ceará, que denotavam vantagem aos Graúdos foram apresentados como sofrimento e perseguição aos liberais, trazidos pela República. Cobraram do governo do Ceará uma postura justa para a resolução desse conflito.

Finalizamos este tópico dissertando sobre o pensamento desse grupo liberal, que se converteu ao republicanismo após a proclamação da República, a respeito da participação popular nas decisões políticas do país. Para o Club Democrático, a democracia desordenada poderia representar riscos à pátria, uma vez que a maior parte da população não havia atingido, ainda, “o grau suficiente de independência e de luzes” (O PLEBISCITO, 1890, p. 1). De acordo com o discurso do Cearense, de 09 de abril de 1890, o sufrágio universal no seio

dessa população, despreparada para tão grande responsabilidade, causaria perturbações e alteraria gravemente, por tempo longo, a saúde do corpo social.

Os membros deste grupo tinham consciência de que a tendência de um governo democrático era outorgar, cedo ou tarde, o direito de voto a todos os cidadãos e, pelo que se apresentou na publicação, deram a entender que concordavam com isso. Entretanto, acreditavam que, naquele momento, de configuração de uma nova ordem, não era propício promover um plebiscito.

O sufrágio universal, para esses antigos políticos monarquistas, representava a desordem. Temiam que as massas politicamente inexperientes pudessem ser facilmente manipuladas. Ademais, acreditavam que a melhor forma de governar era através de uma elite esclarecida que pudesse tomar decisões em nome do povo. Assim, com o discurso de que ainda não era o momento de conceder poder ao povo, buscavam retardar o sufrágio universal. Abaixo, apresentamos um trecho da publicação que tinha por título *O plebiscito*. Neste trecho, os liberais, recém-convertidos republicanos, apresentam um dos motivos que os levaram a ser contrários ao plebiscito naquele momento:

[1] É o que acontecia ao tempo da monarquia. Os ministros do Imperador pela reação, compressão e corrupção, suprimiram a livre manifestação do voto fazendo câmaras, muitas vezes, unânimes! Excepção feita do ministério Saraiva. É o que intentam os ministros do Estado Livre do Ceará pelos mesmos processos do regime decaído: demitindo em massa, proscrevendo os suspeitos, corrompendo com os empregos e os socorros públicos, formando juntas qualificadoras ao seu sabor, aumentando enormemente a força policial, pregando a incompatibilidade para a eleição dos antigos chefes de partido! (O PLEBISCITO, 1890, p. 1).

A partir da leitura do excerto, podemos perceber que o temor ao plebiscito se dava justamente pela grande possibilidade de manipulação do eleitorado. Tomando como parâmetro as eleições ocorridas durante o império, o Club Democrático desenhava um cenário semelhante, com o eleitorado refém daqueles que detém maior poder. Os processos de manipulação do eleitorado permaneciam os mesmos do regime decaído. Dessa forma, a situação dos antigos políticos monarquistas não se apresentava favorável.

Analisando os discursos presentes no jornal *Cearense*, compreendemos que o grupo político liderado pelo Conselheiro Rodrigues Junior, assim como a ex-facção liberal chefiada por Nogueira Accioly, buscou inserção na conjuntura inaugurada pela proclamação da República. Demonstraram uma rápida adaptação aos princípios republicanos, dispostos a contribuir com a construção da nova ordem. A primeira página do jornal *Cearense* foi dedicada, durante os três primeiros meses do ano de 1890, período que antecede à

apresentação do projeto de Constituição, aos estudos de modelos de constituição republicana, com o objetivo de mostrar que o periódico estava a par das novas ideias.

Apesar de desejarem uma aproximação do Governo Provisório Cearense, esta agremiação se manteve, durante todo o ano de 1890, alerta às medidas autoritárias praticadas pela administração do estado. Com um discurso linear, coerente com os ideais e interesses que defendia desde a monarquia, criticavam a forma como a transição dos regimes estava sendo realizada e cobravam o cumprimento das promessas e as ações de acordo com os princípios republicanos.

O Club Democrático almejava que a República fosse construída sem muitos abalos na estrutura social deixada pela monarquia e criticava o processo de laicização do Estado. No entanto, não argumentou a favor da permanência do catolicismo como religião oficial. Além disso, era a favor da união de todas as forças políticas na construção do mais novo templo da democracia na América. Essa união se referia, sobretudo, à possibilidade de participação dos antigos chefes dos extintos partidos monárquicos na elaboração e aprovação da primeira Constituição republicana do Brasil e na composição da Assembleia Nacional.

Em síntese, esta agremiação política defendia uma democracia limitada, pelo menos nos primeiros momentos da República, de acordo com a narrativa do *Cearense*. A extensão do sufrágio deveria acontecer de forma prudente, lenta, seguindo o progresso das luzes. A partir do discurso republicano e das ações destoantes do governo provisório, os sujeitos membros do Club Democrático se apresentaram, aos (e)leitores, como capazes de colaborar, sem grandes choques, com o processo de transição entre os regimes.

Com a República proclamada e o processo de institucionalização iniciado, distintos grupos políticos entraram na disputa pela construção e condução da nova ordem no Ceará. Por meio das práticas letradas, esses grupos travaram uma batalha pelo poder e, de acordo com a situação política na qual se encontravam, construíram a república ideal nas páginas de seus jornais. No capítulo seguinte, discutiremos sobre as reorganizações dos grupos políticos, que tinham por objetivo conquistar ou manter espaço na conjuntura política recém-fundada.

3 “FAZER A REPÚBLICA DIGNA DE UM POVO LIVRE, LEGÍTIMO GOVERNO DO POVO PELO POVO, É, E NÃO PODE DEIXAR DE SER, ASPIRAÇÃO NACIONAL”. ALIANÇAS E DISPUTAS PELO PROTAGONISMO E DIRECIONAMENTO DO NOVO REGIME NO CEARÁ

A fim de compreender as subjetividades que marcavam os discursos dos grupos com maior destaque na imprensa do período em estudo, e de que forma a antiga facção liberal, liderada por Nogueira Accioly, adaptou-se ao novo cenário político, apresentamos, neste capítulo, os grupos políticos de maior destaque no campo político cearense e na imprensa, bem como analisamos as narrativas que esses grupos compartilharam sobre a República. No tópico II, analisamos a fundação da União Republicana, visando evidenciar as alianças realizadas entre duas facções políticas divergentes durante a monarquia. Por meio dessa agremiação, Nogueira Accioly e Barão de Aquiraz se inseriram na disputa pela condução da República no Ceará e iniciaram o processo de fortalecimento da máquina político-partidária que logo se configuraria na Oligarquia Acciolina. No último tópico, destacamos a organização dos trabalhadores/operários/artistas em meio às disputas intra-oligárquicas e o governo provisório. Damos maior ênfase à atuação do Partido Operário, junto ao Club Democrático, no movimento ocorrido em 14 de setembro de 1890, véspera da eleição para o 1º Congresso da República.

3.1 “A República é uma escola de educação prática, onde o exemplo é tudo”¹²:

Agremiações políticas cearenses e a construção da república na imprensa.

Segundo Montenegro (1980), as atividades republicanas começaram, no Ceará, em 21 de abril de 1870, no município de Aracati, com a fundação do Clube Republicano, presidido por Júlio Cesar da Fonseca Filho. Após a fundação do Clube Republicano em Aracati, outros clubes também foram fundados. Montenegro (1980) faz rápida menção às cidades de Saboeiro e Sobral como cidades que possuíam agremiação republicana. Apesar da existência dessas organizações efêmeras, o movimento republicano no Ceará, assim como ocorria em todas as províncias do Norte, à exceção de Pernambuco, durante a década de 1870, era fraco.

¹² REGIMEN de economia. **Libertador**, ano IX, n. 274, Fortaleza, 28 nov. 1889, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=229865&pagfis=4107>. Acesso em: 15 mai. 2021.

Somente em 1889, ano da Proclamação da República, surge o Centro Republicano Cearense (CRC), a primeira entidade dedicada às causas republicanas fundada em Fortaleza. A CRC foi criada em 13 de junho de 1889, na data de aniversário de Antônio Sales, mas sua instalação solene foi realizada em 1º de julho do mesmo ano, com a aprovação da Lei Orgânica redigida por Amorim Figueira, Floriano Florambel, Cândido Mariano e Pinheiro Júnior (BÓIA, 1984, p. 68). Esta agremiação surgiu em um cenário nacional conturbado, período em que a monarquia passava por um desgaste causado pela abolição da escravidão. Aproveitando-se das condições nacionais, que aparentemente estavam desfavoráveis ao regime vigente, um grupo de intelectuais funda um clube republicano, com o objetivo de liderar o movimento republicano, que vinha ganhando cada vez mais apoio dos letrados pelo Brasil. O Centro Republicano Cearense passou a congregar homens pertencentes a diferentes grupos: militares, antigos abolicionistas, jornalistas, caixeiros. Alguns dos integrantes desta agremiação foram Antônio Sales, Justiniano de Serpa, João Cordeiro, Martinho Rodrigues, Joakim Catunda, Bezerril Fontenele, João Lopes.

Essa agremiação teve como órgãos de imprensa o jornal *Libertador* e o periódico *A Pátria*. O primeiro surgiu no ano de 1881, inicialmente como órgão de imprensa da Sociedade Cearense Libertadora. Com a Proclamação da República no Brasil, passou a ser um dos jornais do Centro Republicano Cearense (CRC), publicando e apoiando as ações do governo provisório. *A Pátria*, periódico que surgiu em 28 de novembro de 1889, teve como redatores Martinho Rodrigues e Justiniano Serpa. Foi outro órgão que se proclamou adepto carbonário da República.¹³

¹³ Neste trabalho não analisamos o periódico *A Pátria*.

Figura 1 - Jornal Libertador (1881-1892)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil, Acervo Digital.

O Libertador foi inicialmente órgão de imprensa da Sociedade Cearense Libertadora, servindo à causa abolicionista no Ceará. Iniciou sua circulação no ano de 1881 e, em seus discursos antiescravistas, mesclou ideias revolucionárias com os princípios da fé católica. Esse jornal surgiu para estimular a propaganda abolicionista e defender o direito de liberdade dos escravizados. O primeiro número do Libertador foi publicado no dia 1º de janeiro de 1881, ano no qual apenas 20 números do periódico foram publicados. Esses números saíram nos meses de janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto, setembro e dezembro. As

edições de setembro e dezembro foram especiais, em honra à promulgação da Lei do Ventre Livre, ocorrida em 28 de setembro de 1871, e em comemoração ao 1º aniversário da Sociedade Cearense Libertadora, respectivamente.

Após a abolição da escravidão no Ceará, o jornal continuou na arena política, compartilhando e comentando os movimentos da política em âmbito global, nacional e, sobretudo, local. Além de permanecer com o discurso antiescravista, tendo em vista que a abolição da escravidão no Brasil foi decretada em 1888. As críticas mais ferrenhas foram direcionadas às facções liberal e conservadora, lideradas, respectivamente, por Rodrigues Junior e Barão de Aquiraz.

É de suma importância ressaltar que este jornal pertenceu ao jornalista, abolicionista, presidente da Sociedade Cearense Libertadora e um dos primeiros republicanos do Ceará, João Cordeiro, cujo redator-chefe foi João Lopes. O Libertador circulou diariamente, de segunda a sábado, e deixou de ser publicado após o Centro Republicano Cearense (CCR) fundir-se com a União Republicana, em 1892. Após a proclamação da República, ele passou a representar o CRC na arena política cearense e a publicar e apoiar as ações do Governo Provisório, assumindo um caráter mais oficial.

O jornal manteve a estrutura que já vinha sendo produzida desde 1884. Composto por 4 páginas, reservava sempre a primeira e a última página aos anúncios, a segunda página às notícias e discussões consideradas mais relevantes, sobretudo as querelas da política local, e a terceira, à correspondência e atividades do cotidiano da cidade. Ao se tornar órgão oficial do governo provisório do Ceará, passou a dedicar a segunda página aos atos do governo, em âmbito nacional e estadual. As discussões mais calorosas eram realizadas na coluna homônima ao nome do jornal. A partir dos discursos presentes no Libertador, buscamos perceber como o Centro Republicano Cearense representou a República.

No mesmo espaço social no qual o Centro Republicano Cearense estava inserido, havia mais duas importantes agremiações políticas: o Club Democrático e a União Republicana. Agremiações fundadas pelos “novos republicanos”,¹⁴ que procuraram se inserir com rapidez na nova conjuntura, a fim de conquistar espaço na construção da República no Ceará. A seguir, abordamos brevemente a primeira agremiação fundada por antigos políticos monarquistas nos “moldes” republicanos.

O Club Democrático foi fundado por Rodrigues Junior, líder de uma das facções liberais do Ceará, em fevereiro de 1890. Apesar de a fundação ter ocorrido em 1890, ainda em

¹⁴ Como também ficaram conhecidos aqueles que aderiram à República apenas após sua proclamação.

novembro de 1889, o *Cearense*, jornal da então facção liberal, já se declarava “órgão republicano”, em seu número 261 do dia 22 de novembro, e, logo no número seguinte, declarou-se “órgão democrático”, demonstrando agilidade em “adaptar-se” à nova ordem.

Militantes do antigo regime, embora da escola mais adiantada, vinculados á mártires da liberdade pelo sangue e pelo patriotismo, não fomos dos primeiros a fazer profissão ao dom dos hinos da vitória; mas não somos retardatários, nem recusamos adesão franca e cordial ao início dos fastos nacionais (A NOVA ERA, 1889, p. 1).

No trecho acima, a facção liberal, por meio do jornal *Cearense*, buscou explicar a adesão repentina ao novo governo. Deixaram claro que não foram os primeiros a aderirem à República, mas também não seriam tolos em ficar fora do sistema. Abaixo, apresentamos a imagem da primeira página do jornal *Cearense* do ano de 1890.

Figura 2 - Jornal Cearense (1846 – 1891)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil, Hemeroteca Digital.

Esse jornal representava, na imprensa política do Ceará, a facção liberal “Paulas”. Segundo Studart (1924), o *Cearense* foi fundado por Frederico Pamplona e Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, e seu primeiro número foi publicado no dia 4 de outubro de 1846. Durante o primeiro ano, era publicado uma vez por semana, já no segundo ano, 1847, passou a ser publicado às quartas e aos domingos.

A partir de 1882, o *Cearense* começou a circular com mais frequência, quatro vezes por semana. No ano de 1890, primeiro ano da República, o jornal foi publicado de terça a

domingo. Era composto por 4 páginas. Na primeira página, havia uma coluna fixa com o mesmo nome do jornal, na qual eram abordadas as notícias e discussões mais importantes para o grupo político liderado por Rodrigues Junior. Outras seções que costumavam figurar na primeira página eram *Noticiário* e *Correspondência*. A segunda página era composta pela seção *Publicações solicitadas* e Editais. A terceira e a quarta página estavam reservadas aos anúncios.

Logo após a proclamação da República, o órgão liberal se apresentou como “Órgão Democrático”, pois seguia o exemplo dos chefes dos partidos liberais e conservadores de São Paulo que, “em 18 de novembro, aderiam ao novo regime. No Ceará, os chefes políticos *realistas* desejavam proceder igualmente” (MONTENEGRO, 1980, p. 63). Os chefes dos partidos monarquistas não queriam perder as suas posições de prestígio e participação no controle da administração local e nacional, por isso ansiavam pela normalização da adesão à nova ordem. Dessa forma, talvez conseguissem permanecer ativos na nova conjuntura.

Nesse contexto de mudança repentina, outras facções políticas que não tardaram em se encaixar foram as lideradas por Nogueira Accioly e Barão de Aquiraz, líderes das facções liberal e conservadora, respectivamente, no Ceará, durante a monarquia. Os dois grupos representados por esses líderes políticos, que se diziam divergentes na esfera política cearense, firmaram uma aliança e fundaram a União Republicana¹⁵, em julho de 1890.

Está em via de formação um grande partido patriótico, pela assimilação definitiva de elementos tradicionais da antiga política.

Os dois partidos que representavam os princípios antagônicos do constitucionalismo imperial, fundam [ilegível] organização permanente, acentuando assim, do modo mais claro, a extinção dos velhos antagonismos de escolas. (GAZETA..., 1890, p. 1).

O excerto apresentado, retirado do último número da *Gazeta do Norte*, anuncia a formação de “um grande partido patriótico”, no caso, a União Republicana. Chama-nos a atenção, nesse trecho, a afirmação a respeito da “extinção dos velhos antagonismos de escolas”, pois traz à tona uma discussão a respeito das alianças políticas no Ceará que antecede o recorte temporal da nossa pesquisa: a cisão dos partidos liberais e conservadores e a formação de coligações, assunto já mencionado alguns parágrafos atrás.

¹⁵ Discutiremos sobre a fundação da União Republicana no próximo tópico deste capítulo.

Figura 3 - Jornal O Estado do Ceará (1890 - 1891)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil, Acervo Digital

Para concluir a apresentação da União Republicana, é imprescindível falarmos do seu órgão de imprensa, o *Estado do Ceará*, que pode ser observado na imagem acima. Esse jornal surgiu a partir da fusão dos jornais *O Brasil: ordem e progresso*, outrora *Pedro II*, e *Gazeta do Norte*. Por meio deste, os antigos chefes políticos criticavam as medidas autoritárias do governo provisório e compartilhavam as percepções dos membros da União Republicana sobre a ideia de república.

O jornal *O Brasil: ordem e progresso* foi a continuação do *Pedro II*, a mudança do nome do jornal se deu como o propósito de adaptação à nova fase política inaugurada com a

proclamação da República. O *Pedro II*, surgido em 1840, representou, durante muito tempo na imprensa cearense, a facção política conservadora chefiada por Barão do Aquiraz, Gonçalo Batista Vieira, “sustentando ideias como ordem, constituição, monarquia e os direitos dos cearenses” (FERNANDES, 2006, p. 63).

Em novembro de 1889, mais especificamente em 24 de novembro, o jornal passou a se chamar *O Brazil: Ordem e progresso*. Pouco tempo depois, em janeiro de 1890, o jornal encerrava suas atividades na imprensa cearense. Em julho de 1890, a facção à qual representava uniu-se à facção liberal comandada por Nogueira Accioly, fundando, assim, a União Republicana.

Os dois jornais, que os representavam, - o *Brazil*, que foi, sob a antiga denominação de *Pedro II*, o órgão semi secular das tradições conservadoras, e cuja publicação se havia apenas interrompido, e a *Gazeta do Norte*, - fundem-se num só órgão de publicidade, cujo programa será anunciado em seu primeiro número, o qual aparecerá na próxima semana (GAZETA..., 1890, p. 1).

O jornal resultante dessa fusão foi o *Estado do Ceará*. Seu primeiro número foi publicado em 21 de julho de 1890. Congregava os interesses das facções liberal e conservadora, já mencionadas no parágrafo anterior. Esses dois grupos políticos, após o racha dos partidos no Ceará, faziam parte de coligações rivais, mas, diante da conjuntura política que se apresentava, reorganizaram-se e firmaram uma aliança, com objetivo de fortalecerem-se, unindo o eleitorado.

Apresentadas as agremiações, seguimos para alguns trechos de publicações feitas em seus jornais a respeito da construção da República no Ceará. Para tanto, é importante ressaltarmos: “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 2014, p. 9-10). Entendemos que o discurso não é apenas uma forma de expressão que reflete ou representa as lutas e os sistemas de poder existentes em uma sociedade. Mais que isso, o discurso, em si, é uma arena de luta pelo poder, e é através dele que se busca conquistar e exercer poder sobre os outros.

As ideias, crenças e valores compartilhados por esses jornais foram produzidos a partir de certas condicionantes históricas. Representam o lugar social ocupado pelos sujeitos que compõem as agremiações políticas que disputavam a administração do Ceará, naquele período, momento que marcou a história do país, pois dava-se início a construção de uma nova ordem. Esses grupos exerciam, por meio de seus discursos, o poder simbólico.

(...) poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. (...) O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crenças cuja produção não é da competência das palavras (BOURDIEU, 2010, p. 14-15).

Uma característica importante do poder simbólico é que ele é mantido e reproduzido por meio dos hábitos, ou seja, dos valores, crenças e práticas que são internalizados pelos indivíduos. Assim, mesmo que as estruturas sociais sejam transformadas, o poder simbólico pode persistir por meio da reprodução dos hábitos. A persistência de velhos hábitos na esfera política é percebida até hoje, mesmo após mais de 1 século da proclamação da República no Brasil. Ao analisar os discursos dos jornais que compõem o nosso quadro de fontes, percebemos que seus redatores se valem do lugar de prestígio social e valores culturais da população cearense, sobretudo os antigos grupos monarquistas, para mobilizar os (e)leitores entorno do modelo de República que eles defendiam.

Buscamos destacar, nos jornais pertencentes às agremiações apresentadas, elementos que caracterizassem a República de acordo com as subjetividades desses grupos. A partir dessas subjetividades, evidenciamos, sobretudo, os aspectos informais, costumes e desejos que, de uma forma ou de outra, terminariam por se materializar nesse processo de construção da República brasileira. Vale ressaltar que, ainda na atualidade, a República se encontra em constante construção, uma vez entendido que a república nasce “como uma proposta de organização ideal da sociedade — com viés primeiramente político, mas também social, econômico e cultural” (SANTOS, 2021).

A nossa discussão a respeito da construção da república na imprensa está ambientada no período que Lessa (2015) denomina como “anos entrópicos”: período que corresponde ao início da República e antecede a chamada República oligárquica, momento de dilatada incerteza política. Essa instabilidade política, observada em âmbito nacional, também se refletia nas ex-províncias. Considerando tal contexto, ao analisar os discursos dos jornais pesquisados, também conseguimos perceber as disputas políticas que, em escala regional, caracterizaram esse período de instabilidade.

Antes de iniciarmos a análise dos discursos presentes nos jornais dessas agremiações, é importante frisar que esses grupos políticos possuíam culturas políticas diferentes. Entendendo cultura política

(...) como as representações e práticas sociais através das quais os agentes sociais de uma dada comunidade codificam, interpretam o campo político e agem sobre ele; como código particular de um tempo-espço, que somente pode ser percebido quando operado nos espaços e momentos de sociabilidade do campo. Por meio desse código, vemos que cada prática, cada processo, cada atividade está ligada a uma rede de sentidos compartilhados pelo conjunto dos agentes sociais, a qual é perceptível apenas de forma indireta (PACHECO, 2008, p. 184)

Uma cultura política está diretamente ligada a uma realidade concreta e objetiva, surgindo como resultado das experiências vividas ao longo do tempo. Caracteriza-se como um fenômeno de sociabilidade política e adesão implícita a uma mesma leitura do real. Nesse sentido, objetivamos perceber como os sujeitos representados pelas agremiações apresentadas neste tópico interpretaram o campo político em discussão e agiram sobre ele. Quais crenças e sentimentos foram registrados nas páginas dos jornais, revelando de que forma eles significavam aquele processo político. Os discursos apresentados pela imprensa cearense evidenciam as regras e pressupostos nos quais se baseavam o comportamento de seus autores.

Mantendo a mesma ordem das agremiações apresentadas no tópico anterior, abordamos primeiramente o jornal *Libertador*, que, logo após a Proclamação da República, iniciou suas publicações sobre o novo regime. Abaixo, temos um excerto de uma publicação que tratava do novo regime, do governo provisório e de como este era representado.

Concidadãos: O Governo provisório, simples agente temporário da soberania nacional, é o governo da paz, da liberdade, da fraternidade e da ordem. No uso das atribuições e faculdades extraordinárias, de que seja investido para a defesa da integridade da pátria e da ordem pública, o Governo Provisório, por todos os meios ao seu alcance, promete garantir a todos os habitantes do Brasil, nacionais e estrangeiros, a segurança de vida e de propriedade, o respeito aos direitos individuais e políticos, salvos, quando a estes, as limitações exigidas pelo bem da Pátria e pela legítima defesa do Governo proclamado pelo povo, pelo exército e pela armada nacional (REPÚBLICA..., 1889, p. 2).

O texto apresenta os compromissos do governo provisório do regime republicano para com todos os habitantes do Brasil, sem exceções. Já inicia a construção de uma república que garante os direitos individuais e políticos, mas deixa uma brecha para quebrar seus compromissos com os brasileiros caso a pátria corra perigo. O governo provisório é representado, nesse trecho, como “o governo da paz, da liberdade, da fraternidade e da ordem” (REPÚBLICA..., 1889, p. 2). É-lhe atribuído o perfil de um sistema que se preocupa com o bem-estar do seu povo.

Para os republicanos membros do Centro Republicano Cearense, 15 de novembro marcava o início da regeneração política da pátria. Contava-se com a união das províncias para que essa regeneração fosse possível. Para eles, o povo procurou pelas próprias mãos o

remédio para os males causados pela monarquia, e esse remédio era a República. Uma das primeiras ações do governo provisória do Ceará seria a regeneração da economia cearense.

E' digna de todo o encomio a política de economia dos dinheiros públicos, iniciada pelo Governo Provisório deste Estado.
O regime do desperdício, do assalto ao tesouro da nação, fez sua época e caiu.
Agora é preciso mostrar, que sem boas finanças não há politica possível.(...)
O povo não está preparado para o regime moralizado e moralizador da nova política.
E' preciso educá-lo à luz dos novos princípios, (...).
A República é uma escola de educação prática, onde o exemplo é tudo. Continuem os dignos membros do Governo Provisório a pôr por obras os novos princípios e não se farão esperar os aplausos da Pátria agradecida (REGIMEN..., 1889, p. 2).

Como podemos perceber, para os republicanos não existia política possível sem uma boa organização financeira, e a monarquia era um exemplo de política falida, pois o desperdício reinava à época. Para a pátria funcionar bem, a economia precisava estar em ordem, mas, para isso, o Governo Provisório deveria educar o povo “à luz dos novos princípios” (REGIMEN..., 1889, p.2). A educação viria de modo prático, por meio dos exemplos. Nesse trecho, a República é representada como regime moralizador.

A monarquia era o regime da corrupção e da desordem. Já não correspondia mais, como antes, aos interesses de suas bases, e, aos poucos, arruinava-se. Com a proclamação da República, ela finalmente caiu, e, de acordo com os discursos presentes nos jornais, o que sobrou foram só ruínas.

Não é permanecendo em demorada contemplação das ruínas do pesado casarão que foi pouco a pouco esboroando-se, terminando por desabar sem o mínimo estrepito, que poderemos reconhecer os defeitos que comprometiam a sua estabilidade. Jazem soterrados na calça, apontando aqui e ali por entre o entulho, destroços de um vigamento grosseiramente falquejado, de pesados muros e disformes portadas, característicos da construção desgraciosa e acachapada do mestre d'obras bragantino, cujo senso estético esgotou-se no conceber e realizar senzalas e monjolos. Demolir para reorganizar, mas abandonar completamente todo o material estragado pela ferrugem monárquica, ou carcomido pelo imperial cupim, foi e é tema de combate e de trabalho dos republicanos (POLÍTICA..., 1889, p. 2).

No trecho acima, percebemos que o novo regime não pretendia somente “demolir” todos os vestígios da monarquia, mas abandonar completamente tudo que a lembrasse. Que a população não deveria contemplar, sentir falta, e muito menos desejar o retorno de algo que havia sido destruído, mas, antes, aprender com os erros e tentar não repeti-los nessa nova fase pela qual passava o país. A República combatia ferrenhamente tudo que a ameaçasse, demonstrando, assim, seu caráter positivista e autoritário.

Em outra publicação, intitulada *O que lhes apraz*, os membros do Centro Republicano Cearense e agentes do Governo Provisório tecem críticas sutis aos antigos chefes dos partidos políticos da província, ao mesmo tempo em que reafirmam o que é a República, posto que a representavam.

A República é o governo do povo; só o povo é soberano para dizer quem deve dirigir o Estado, quem tem capacidade para ser chefe.”

E’ realmente este o ideal proclamado pelos republicanos, e constantemente ridicularizado e repellido outrora pelo novo democrata.

Mas durante a fase transitória de gestação de uma constituição definitiva foi preciso que alguém tivesse desprendimento e coragem bastante para, julgando-se interprete das necessidades sociais, eliminar um governo retrógrado e proclamar o advento de um governo livre (O QUE..., 1889, p. 2).

O discurso ironiza o interesse repentino dos antigos chefes políticos pelas causas republicanas, fazendo referência a estes como o “novo democrata”, e representa a República como o governo do povo, um governo livre, que se preocupa com as necessidades sociais. A partir das análises dos números do *Libertador*, observamos que o Centro Republicano Cearense ia construindo, pouco a pouco, a nova forma de governo nas páginas do seu jornal, atribuindo a ela um caráter moralizador e uma noção de pureza. A agremiação, que se denominava regeneradora da sociedade cearense, ao iniciar a construção do novo regime através da representação de república, almejava fazer a população “ver e crer” na nova ordem antes mesmo desta se concretizar como tal.

Apesar de almejarem uma República pura, o Centro Republicano aceitava adesão de qualquer ex-membro das antigas facções, mas não confiava “o bastão de marechal aos mesmos indivíduos que tão tristes provas deram de suas habilitações de estadistas” (SHOFISMAS, 1889, p. 2). Em dezembro de 1889, foram fundadas várias filiais do Centro Republicano Cearense. Nos números do *Libertador*, encontramos registros da fundação dessas filiais nas cidades de Maranguape, Messejana, Sobral, Aquiraz e Cascavel. Abaixo, temos um desses registros.

CI. un Município do Cascavel

COPIA. Acta da sessão de instalação do Club Republicano Municipal do Cascavel. Aos dezesseis dias do mês de dezembro de mil e oitocentos oitenta e nove, nesta cidade do Cascavel, na casa da Câmara Municipal, presentes a mesma Câmara, diversas autoridades, representantes do exército, da guarda nacional, do comércio, e de diversas outras classes sociais e o povo, bem como uma comissão do Centro Republicano Cearense [...], resolveram fundar o partido Republicano Municipal do Cascavel [...] é filial do Centro Republicano Cearense [...] O Club Republicano de Cascavel declara, em consequência dos compromissos que assume no presente

documento, nada ter de comum em política com os diretores dos partidos ou frações da antiga província do Ceará (CENTRO REPUBLICANO, 1889, p. 2).

Essa cópia da ata da sessão de instalação do Club Republicano de Cascavel afirma o combate a tudo que lembrasse a monarquia. Neste caso, combatem-se as possíveis relações que possam existir entre os “novos” e os “antigos”. Afinal, as filiais do Centro Republicano Cearense não poderiam ter nada em comum com os antigos chefes políticos, uma vez que os “novos” tentavam combater as antigas forças a fim de fazer uma República pura, longe das práticas exercidas pelos “extintos” partidos monárquicos.

Porém, para o Centro Republicano, a união de todos em prol do governo democrático era o melhor caminho a ser seguido, desde que ficasse bem claro que somente os “verdadeiros republicanos” deveriam estar à frente do governo, ou seja, poderia haver contato com ex-membros dos antigos partidos, mas não com as antigas e falidas ideias. Os membros do CRC confiavam na sinceridade e no patriotismo dos homens que dirigiam o governo provisório, e acreditavam que a administração estava no caminho certo para o estabelecimento da República sã, pura e ideal como eles desejavam.

Com a transição da Monarquia à República, o país deveria passar por uma série de mudanças, a fim de se adequar ao novo regime. Essas mudanças iniciaram pelos decretos e leis, além, claro, das representações, que logo tomaram conta da imprensa. Uma nova instituição deveria ter seu processo de construção iniciado. Dessa forma, também buscamos perceber como as novas regras (principalmente a elaboração do projeto da primeira constituição do Brasil República) eram abordadas pelos jornais que pesquisamos.

O Projeto de Constituição da República brasileira foi publicado no jornal *Libertador* com o objetivo de ser apresentado à população. Percebemos que não houve nenhum comentário do jornal a respeito do projeto, que apenas reproduziu os artigos em seus números. Vários decretos também estiveram presentes nas páginas do jornal. Decretos tratando do alistamento eleitoral e da separação entre Estado e Igreja são exemplos do que conseguimos identificar. Notícias sobre o Governo Federal, o expediente do Governo provisório do Ceará, as portarias e editais tomavam conta do *Libertador*, uma vez que este cumpria o papel de veículo de comunicação oficial do governo provisório do Ceará.

Já que estamos falando sobre as formalidades da República, vamos agora perceber como o Club Democrático, por meio do jornal *Cearense*, abordou o projeto de Constituição, leis e decretos que foram publicados no *Libertador*. Aqui, apresentamos apenas parte dessa análise.

No jornal *Cearense*, em alguns números do ano de 1890, algo que nos chamou bastante atenção foi a presença da *Constituição Suíça* na primeira página do jornal, algumas vezes chegando até a segunda. Segundo o *Cearense*, eles estavam publicando aquilo que encontravam de mais oportuno e útil sobre a nova forma de governo, com o objetivo de levar a todos os leitores conhecimentos sérios e completos sobre república. Por esse motivo, apresentava aos seus leitores a revisão da *Constituição Suíça*, “o tipo da forma republicana”. Para o Club Democrático, a instrução deveria ser a primeira preocupação dos que governam, com o objetivo de fazer com que o povo compreendesse seus novos deveres, direitos e responsabilidades. “Instruir é construir, disse o mestre imortal” (RECONSTRUÇÃO, 1889, p. 1).

O que podemos perceber a partir dessa ação do jornal do Club Democrático? Qual era o objetivo dessa agremiação ao compartilhar informações e exemplos da nova forma de governo? Os números que abordavam essa constituição foram publicados no início de janeiro de 1890. É de suma importância destacar que, nesse período, o projeto de Constituição da República brasileira estava em elaboração para ser apresentado ao Congresso Nacional Constituinte. Fazendo essas considerações, acreditamos que, com isso, o Club Democrático buscava mostrar que estava disposto a contribuir com a construção da nova forma de governo. Estava se preparando para isso, de olho nas eleições para a Constituinte.

Cedendo espaço à Igreja Católica, o *Cearense* publicou, na primeira página, uma fala do Bispo Diocesano, D. Joaquim José Vieira, na coluna homônima ao título do jornal, na primeira página, sobre a Constituição brasileira e as eleições para a constituinte, pedindo que os eleitores exigissem dos candidatos à Constituinte uma posição que salvaguardasse “os interesses espirituais nosso e da sociedade brasileira” (OPINIÃO..., 1890, p. 1).

Caríssimos diocesanos, a Igreja Católica, á que nos gloriamos de pertencer, não faz questão de forma de Governo: monarquia, aristocracia, democracia pura, e até mesmo a estratocracia... todas estas formas de governo podem ser boas ou más, consoante os princípios, á fé, a moralidade e o patriotismo dos que governam (OPINIÃO..., 1890, p. 1).

O discurso do qual retiramos esse trecho não foi produzido pelo redator do jornal ou por algum membro do Club Democrático, mas representa a opinião desses sujeitos que discordaram do decreto que estabelecia a separação entre Igreja e Estado, extinguindo o sistema de padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas. Acima, no discurso do bispo diocesano, depreende-se que, para a Igreja Católica, qualquer forma de

governo que seguisse os princípios, a fé e a moralidade do catolicismo e, principalmente, auxiliasse financeiramente a Igreja, seria de bom grado.

Nas páginas do *Cearense*, encontramos facilmente críticas direcionadas ao Governo provisório do Ceará, condenando a forma como a República estava sendo conduzida. Abaixo, apresentamos um trecho da publicação que tinha por título *Nossa opinião*, veiculada no número 56, de 11 de março de 1890. Nesse discurso, o Club Democrático lamenta a partida de “honrados” cidadãos cearenses por falta de oportunidade de emprego público, emprego negado pelo Governo provisório, como se lê abaixo:

Se vamos errados na faina que nos impusemos estamos de boa-fé, pois, não temos outro intuito senão cumprir um dever de patriota.

Mais cômoda seria a posição do retraimento, que nos pouparia o desgosto de ouvir e sofrer invectivas e injúrias, a dor de ver e lamentar honrados amigos caírem – uns – feridos ao gume do alfange reacionário, outros – serem constrangidos a buscar em estranhos Estados aquilo que no Ceará, lhes negam ódios, vindictas, os cálculos egoísticos de corrilheiros, arvorados, infelizmente, em governantes desta terra tão nobre quão inditosa.

(...)

Entre os inscritos nas taboas de proscrição, *ilotas* na terra natal, que a amam tanto e almejam servir, há mancebos cheios de talento, ilustração, de civismo, cujo – novo crime – é a altivez d’ânimo, é a nobre recusa de se agremiarem ao *Centro dos setes ministros*, para repelir a suspeita infamante de venderem crenças e convicções a troco de empregos! Há ânimos varonis que preferem ir buscar o pão horando em terras de estranhos, curtir as amarguras do desterro, chorar as saudades da família, sofrer a ausência dos amigos, a curvarem a fronte nobre aos manejos de vilões e vilão ruins (NOSSA..., 1890, p. 1).

De acordo com o trecho acima, os honrados cidadãos que não se agremiassem ao “Centro dos sete ministros”, referindo-se ao Centro Republicano Cearense, não teriam vaga no serviço público do Estado do Ceará. Essa condicionante era percebida pelo Club Democrático como barganha, com o objetivo de conquistarem apoio de grandes nomes da sociedade cearense para o regime que ainda dava seus primeiros passos. Nesse discurso, ao mesmo tempo que há lamentações pela partida de renomados sujeitos, com ênfase nas dificuldades que enfrentariam longe da terra natal, há também a exaltação das atitudes destes, que preferiam “buscar o pão em terras estranhas” a se curvarem “aos manejos dos vilões”. O redator encerrou o discurso protestando por igualdade e liberdades para todos.

Para concluir este momento dedicado ao jornal *Cearense*, selecionamos dois últimos fragmentos, um do número 269 e outro do número 274, do ano de 1889. Acreditamos que esses fragmentos trazem um pouco daquilo que o Club Democrático almejava como República, fazendo uma construção desta em seu jornal.

A partir do entendimento de que a Constituição determinaria os rumos do país, a discussão sobre a elaboração do projeto da Constituição e as eleições para a Constituinte estavam presentes em quase todos os números do *Cearense*. “Entendemos que ao legislador da *constituente* [...] importa, baseando-se na Constituição dos Estados Unidos da América, na Suíça e na Francesa e tendo em vista a índole do povo brasileiro, ter muito em conta os sentimentos e costumes populares [...]” (PARA O POVO, 1889, p. 1). O trecho sugere que a Constituição da República brasileira tome como base as constituições de outros países em que essa forma de governo vinha dando certo. Duas coisas deveriam ser fundamentais na construção da nova ordem: os sentimentos e os costumes populares. Mas por que os sentimentos e costumes populares eram tão importantes para a construção da República? O que esses sujeitos objetivavam com esse discurso?

Segundo Montenegro (1980), não houve uma intensificação do movimento republicano no Ceará. No período que corresponde à intensificação da crise do Segundo Reinado, a monarquia ainda era a forma de governo mais desejada dos cearenses. As massas continuaram monarquistas até o fim do Império, parte delas até depois do fim. A vontade do povo não foi superior, o Império não podia se sustentar “sobre o povo, na faixa da população sem poder econômico, sem altos empregos e sem chefias partidárias” (FAORO, 1977, p. 488). Ou seja, as massas não tinham nenhuma força política. Seguindo essa lógica, a população cearense, mais especificamente os eleitores, tenderiam a confiar nos políticos já conhecidos por eles, no caso, os antigos monarquistas. É aí que entra essa valorização dos sentimentos populares.

O último fragmento trata de forma mais direta da escolha dos representantes para a Constituinte de 1891. O jornal, de fato, apelou para os sentimentos dos eleitores.

Fazer a república digna de um povo livre, legítimo governo do povo pelo povo, é, e não pode deixar de ser, aspiração nacional.

Para isso faz-se necessário que todos os bons cidadãos se unam para escolher quem os deve representar: escolher homens feitos, conhecidos por sua prudência, firmeza de caráter, ideias sãs e princípios moderados.

[...]

Não é um mandato comum que possa ser confiado á quem nunca se exhibiu ; não trata-se de fazer experiencias e sim de saber-se quem merece ser eleito, quem pode garantir aos eleitores a segurança dos seus direitos e a sua defesa ; quem tem garantias a dar e sobretudo caráter inquebrantável para o eleitor poder dizer com tranquilidade; -- este é um homem moderado e sério, não se deixa arrastar por entusiasmos de momento e não quer mostrar-se *adiantado* de mais.

[...]

“A vitória pertencerá sempre aos moderados, pois nada é mais forte do que a moderação” (DOUTRINEMOS, 1889, p. 1).

Para a construção de uma República digna de um povo livre, os cidadãos deveriam unir-se e escolher bem seus representantes, homens cujas qualidades são elencadas no discurso abordado: homens feitos, conhecidos por sua prudência, firmeza de caráter, ideias sãs e princípios moderados. Ou seja, homens que já possuíam bastante experiência na carreira política.

O momento inicial da nova forma de governo deveria ser conduzido com muita cautela, moderação, sem entusiasmos de momento. Não cabia, no momento, confiar a formação da base da estrutura republicana àqueles que acabavam de entrar em cena, que almejavam uma República pura, centralizadora e positivista. A moderação seria conciliação entre as tradições e os novos ideais trazidos pela nova ordem. A República desejada, pensada e construída nas páginas desse jornal assumia um caráter moderador, de respeito aos costumes populares, sem muitas mudanças institucionais.

Agora, encaminhamo-nos para as discussões do último jornal abordado neste tópico: o *Estado do Ceará*. Este jornal pertenceu à União Republicana, agremiação que surgiu a partir da aliança entre Nogueira Accioly e Barão de Aquiraz. Essa agremiação, por meio do *Estado do Ceará*, também fez várias críticas ao governo provisório e buscou conquistar um espaço no processo de formação da República.

Como já vimos no início deste tópico, o Centro Republicano Cearense tomou para si a missão de regenerar a sociedade cearense, seus membros defendiam a ideia de que somente os “verdadeiros republicanos” poderiam conduzir o novo regime, objetivando, assim, a construção de uma República pura, sem influência das antigas práticas. A fim de rebater a ideia de república pura, a União Republicana fez inúmeras publicações em seu jornal, buscando mostrar que nem tudo que remetia à monarquia deveria ser considerado ruim ou sem serventia para a nova ordem.

[...] são puros sonhadores os que pretendem de momento consolidar, a todo transe, a nova ordem de cousas, inaugurada a 15 de novembro, por movimento brusco, e sem conveniente preparo do país para entrar em diferente regime de governo: [...] A monarquia deixou-nos o que conservar, e o que, reformar. Façamos isto desprendidos de paixões, de ganância pelo poder, e tendo em mira somente o interesse da coletividade, e do futuro do Brasil, sem assolamentos e sem violências; sem obstinação e sem leviandades. Podem conservar-se as partes uteis da velha instituição, e estabelecer a harmonia entre o que se reforma, e o que se mantiver (O ESTADO..., 1890, p. 2).

Objetivando se encaixar nessa nova ordem, a União Republicana garante que a monarquia deixou, sim, o que conservar. As partes úteis da monarquia poderiam ser mantidas e dever-se-ia estabelecer harmonia entre o que se mantém e o que se renova. É perceptível que

a publicação está se referindo aos antigos chefes como algo que deveria ser mantido no novo regime.

Sendo a república uma forma de governo que faz aversão às tiranias e tem como objetivo realizar uma boa gestão da coisa pública, visando ao interesse comum — pelo menos na teoria é isso que a república se dispõe a ser, apesar dos vários significados que foram atribuídos à expressão “república” ao longo do tempo (STARLING, 2018) —, a União Republicana usou isso a seu favor, quando, ainda na publicação, disse: “Façamos isto desprendidos de paixões, de ganância pelo poder, e tendo em mira somente o interesse da coletividade [...]” (O ESTADO..., 1890, p. 2).

Os sujeitos que faziam parte do Club Democrático e da União Republicana tinham discursos bem parecidos sobre a república, por serem considerados descendentes da monarquia. O fragmento a seguir trata, ainda, dos republicanos sonhadores, que acreditavam que mudar costumes era uma tarefa fácil.

Não é, pois, para surpreender que, num país novo, não educado ainda para essas grandes agitações políticas, domine a ilusão tantas vezes condenada pela história. Espíritos sonhadores, apaixonados por um ideal de regeneração fantástico [...]. Como se transformar costumes, reverter as condições psicológicas de uma sociedade fosse empresa tão fácil quanto mudar as placas das ruas e os desenhos das bandeiras. [...] Quantos anos, podemos ter esperança no patriotismo entusiasta dos novos; mas é segura a nossa confiança na virtude experimentada dos velhos (ABSTENÇÕES, 1890, p. 2).

O que nos chama bastante atenção no discurso acima é a crítica que eles fizeram à postura autoritária da República, quando esta tentava transformar os costumes de uma sociedade. Segundo Cardoso (2006), a República era “feroz em combater as manifestações populares por lembrar o período monárquico [...]” (CARDOSO, 2006, p. 45).

Para os antigos monarquistas, esse processo de transição de regimes não era algo tão fácil e rápido. Os costumes não podiam ser mudados da noite para o dia. Uma das primeiras atitudes do governo republicano, criticada pela União Republicana e pela Igreja Católica, foi a laicização do país. A União Republicana, em seu programa de fundação, assumiu o compromisso de zelar pelas tradições religiosas, no caso, a tradição católica.

Analisando as publicações do O Estado do Ceará, percebemos que as críticas feitas ao governo provisório não se estendiam à República enquanto modelo de regime. Na verdade, de acordo com o jornal, era o governo cearense, com sua política do egoísmo e do ódio que estava manchando a imagem do regime republicano.

Já agora, consultamos, como nos cumpria, os sentimentos dos nossos amigos, sentimo-nos felizes de expandir, na luta contra a tirania á causa sagrada da liberdade. O governo tem-nos pela frente. E há de sentir, nas angustias do esmigalhamento, o pulso dos lutadores. (...)Impondo nos essa missão, difícil e gloriosa, sem ódios nem agressões pessoais, mas com todas as energias do patriotismo, não recusaremos de sacrifícios, de amarguras e de violências. Conhecemos a luta, e o governo já conhece. Para Salvar a honra de nosso estado, para amparar a causa da liberdade, concitamos os esforços de todas as almas patrióticas, de todos os caracteres sãos. Ao combate! (PERANTE..., 1890, p. 2).

Os novos republicanos, como também ficaram conhecidos os monarquistas que aderiram à República logo após a sua proclamação, declararam guerra à administração do Ceará, dizendo que não poupariam forças para verem seu estado livre da tirania que ali se instalava. É importante percebermos que tanto os membros do Centro Republicano quanto os membros da União Republicana se declaravam patriotas. Ambos lutavam pelo “bem da pátria”. Pelos textos analisados nos veículos de imprensa dessas duas agremiações, percebemos que o que realmente estava em jogo não era o bem-estar da pátria, mas sim a condução da república no Ceará e quem ficaria no poder.

Com a aproximação das eleições para constituinte, os conflitos entre o Centro Republicano e a União Republicana aumentaram. *O Estado do Ceará* trazia, em seus números, inúmeras críticas à forma como a preparação para essas eleições estava se encaminhando no Estado.

Sem dúvida, orgias eleitorais teve o Brasil, nos tempos do império; mas ainda salvavam-se as aparências e já a nossa educação cidadão havia atingido o progresso revelado pela imaculada eleição do ministério – Saraiva. Decorreram anos e por amor e em nome da liberdade destruiu-se a monarquia e se fundou a república, o regime da pura democracia (A SATURNAL..., 1890, p. 2).

Observamos que a União Republicana representa a República como o regime da pura democracia, regime da liberdade no qual as “orgias eleitorais” não deveriam existir, o que não condizia com a República que estava sendo construída no Brasil e no Ceará. No número 22, o jornal continua com a mesma linha de pensamento, quando diz que a república não precisar roubar votos para consolidar-se.

A república, não! A república não carece de consolidar-se, roubando o voto popular e corrompendo a opinião. Em uma nação indiferente às formas de governo, estas não precisam de outros alicerces, senão a consciência da liberdade e o respeito sincero á vontade popular (OS RESPONSÁVEIS, 1890, p. 2).

Para os membros da União Republicana, o regime republicano no Brasil não passava de uma farsa, pois, passado um ano da proclamação da República, o governo provisório havia

cometido as mesmas faltas das quais acusava a monarquia e cerceado todas as liberdades. Para eles, em um ano do novo regime nada de bom e útil havia sido realizado.

A partir da leitura e análise de alguns números do *Estado do Ceará*, observamos que a república era construída, em suas páginas, com base nos costumes, tradição política advinda da monarquia e valorização das tradições religiosas. Para os sujeitos que faziam parte dessa agremiação política, a nova forma de governo deveria ser instaurada sem movimentos bruscos, seguindo o curso natural das coisas.

Proclamada a República e com a necessidade de construção da nova ordem em âmbito nacional e local, um grupo de intelectuais que se congregavam em uma agremiação política de caráter republicano — fundada meses antes do evento de 15 de novembro, o Centro Republicano Cearense — tomou para si a missão de regenerar a sociedade cearense e construir esse novo regime no Ceará. Essa agremiação objetivava a construção de uma República pura.

Em contrapartida, nesse mesmo cenário político, havia outras agremiações políticas que almejavam se inserir nessa nova ordem e participar da sua construção. Dentre essas outras agremiações existentes, destacamos o Club Democrático e a União Republicana. As duas reuniam antigos chefes dos extintos partidos monárquicos, faziam críticas ao governo provisório republicano e denunciavam a farsa que era a República em seus primeiros momentos.

As agremiações pesquisadas buscavam construir a República em seus jornais de acordo com os seus interesses e posição política. O Centro Republicano Cearense representava a República como o regime do povo, regime da ordem, moralizador, libertador, transformador e puro. Já o Club Democrático e a União Republicana desejavam uma República moderada, que contasse com a participação dos políticos experientes para representar os interesses da população, homens de tradição política. As bases da nova instituição deveriam ser construídas levando em consideração os sentimentos e costumes populares, bem como as tradições religiosas.

Nesse contexto, que se configurou logo após a proclamação da República, chamou-nos a atenção a união entre potentados familiares que antes se entrincheiravam na disputa pelo monopólio da administração provincial. Com o objetivo de permanecerem ativos no cenário político cearense e participarem da construção do novo regime que se instaurava, Barão de Aquiraz e Nogueira Accioly, líderes de grupos políticos distintos e outrora adversários, uniram-se e fundaram a União Republicana. É especificamente sobre esta agremiação que trataremos no próximo tópico.

3.2 “O casamento civil entre os Srs. Aquiraz e Accioly”¹⁶: O Início do Pacto Oligárquico Cearense na primeira República

Tomamos conhecimento da existência da União Republicana por meio da historiografia cearense, cujo recorte temporal contemplava os últimos anos do século XIX no Ceará. Esse primeiro encontro foi proporcionado pela tese do professor Dr. Gleudson Passos Cardoso, intitulada “*Bardos da Canalha, Quaresma de Desalentos*”. *Produção Literária de Trabalhadores em Fortaleza na Primeira República* (2009), quando, no primeiro capítulo, o autor faz um mapeamento “sobre as forças sociais, culturas políticas e o jogo de interesses presentes” no contexto cearense do início da República, no qual seu objeto de estudo estava inserido (CARDOSO, 2009, p. 65). Nesse trabalho, Cardoso (2009) apresenta a referida agremiação política como fruto da aliança entre grupos anteriormente adversários, e destaca, por meio da imprensa, seus esforços na disputa pela condução do partido Republicano no Ceará.

É fato que, naquele contexto de transição da Monarquia à República, os antigos grupos monarquistas buscaram ocupar um espaço no novo cenário. Logo durante o primeiro ano da nova forma de governo, lideranças políticas dos extintos partidos liberal e conservador, a saber, Conselheiro Rodrigues Junior, Nogueira Accioly, Barão de Aquiraz e Barão de Ibiapaba, declararam-se adeptos da República e fundaram agremiações que correspondessem melhor ao contexto republicano, uma mudando apenas o nome, outra, resultado da aliança de grupos antagônicos. Assim, citamos, como exemplo dessas agremiações políticas, o Clube Republicano e a União Republicana.

Segundo o último número da *Gazeta do Norte*, com a união de dois partidos antagônicos do período imperial, funda-se, no cenário republicano cearense, um *grande partido patriótico* que possuía, em sua gênese, elementos tradicionais da antiga política: a União Republicana. Os discursos desta agremiação, presentes no jornal *O Estado do Ceará*, estavam em constante conflito com o órgão de imprensa do Centro Republicano Cearense, agremiação que se declarou republicana pura e regeneradora da ordem social e política do Ceará naquele momento. Ao compreender que a União Republicana era parte das manobras de ex-grupos monarquistas a fim de continuarem existindo no novo cenário político, e

¹⁶ CHRONICA Política. **Cearense**, ano XLIV, n. 162, Fortaleza, 23 jul. 1890, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=Instruir%20%c3%a9%20construir&pagfis=22790>. Acesso em: 03 set. 2021.

percebendo que o seu órgão de imprensa veiculava constantemente as percepções e representações de República, buscamos entender como se deu sua formação, quem foram seus idealizadores e fundadores e quais interesses motivaram o surgimento desta agremiação política.

Encontramos, no número 154 da *Gazeta do Norte*, último número desse jornal, do dia 15 de julho de 1890, um discurso informando e justificando a aliança entre dois grupos antagônicos do período imperial e a fundação da União Republicana como resultado desta aliança política. O discurso buscou transmitir uma ideia de sacrifício patriótico, ao mesmo tempo em que deixou transparecer saudosismo.

A primeira página deste número da *Gazeta do Norte* foi iniciada com um boletim convidando a todos os “concidadãos” a participarem da assembleia geral de fundação da União Republicana, que seria realizada no Club Iracema. O boletim foi assinado por Antonio Pinto Nogueira Accioly e Barão de Aquiraz. O primeiro, chefe de uma facção liberal, o segundo, chefe de uma facção conservadora durante a monarquia.

Logo após o boletim, na coluna que recebia o mesmo nome do jornal, podemos ler o discurso a respeito da formação do “grande partido patriótico”. O texto foi produzido em nome dos dois grupos que se aliançavam, porém, é perceptível uma maior representação da facção política liderada por Nogueira Accioly, uma vez que a *Gazeta do Norte* era seu órgão de imprensa. Abaixo, apresentamos um trecho da publicação.

Está em via de formação um grande partido patriótico, pela assimilação definitiva de elementos tradicionais da antiga política.

Os dois partidos que representavam os princípios antagônicos do constitucionalismo imperial, fundam [ilegível] organização permanente, acentuando assim, do modo mais claro, a extinção dos velhos antagonismos de escolas.

Este facto, que é tudo quanto puderam conseguir os nossos esforços e os dos eminentes cidadãos, a quem cabe a responsabilidade d’essa patriótica empresa, é o primeiro passo efetivo para a obra de fraternização, que tantas vezes temos aconselhado, com o único meio capaz de consumir-se, com a serenidade e segurança, a reorganização nacional. A esse generoso empenho votámos nossa atividade nos últimos meses; e hoje vimos fazer-lhe o último e mais nobre sacrifício. A sinceridade dos intuitos e o caráter definitivo dessa transformação reclamam necessariamente o desaparecimento de tudo aquilo que exprima tendências, direção e compromissos particulares das fracções que se congregam.

A *Gazeta do Norte* tem, pois, terminado a sua missão; e desde hoje, cessa de publicar-se.

Não é que se poderia dizer uma extinção: partidos que se fundem, afirmam, nesse ato mesmo, a sua vitalidade, não morrem; que transformar-se não é morrer (GAZETA..., 1890, p. 1).

Do trecho acima, retirado do último número da *Gazeta do Norte*, destacamos algumas passagens que consideramos fundamentais para compreendermos a importância da formação

da União Republicana como uma estratégia política de inserção no cenário político em construção. A princípio, chama-nos a atenção, logo no segundo parágrafo, a afirmação a respeito da “extinção dos velhos antagonismos de escolas”. Esse excerto traz à tona uma discussão a respeito das alianças políticas no Ceará que antecede o recorte temporal da nossa pesquisa, mas que consideramos essencial para entender a relevância dessa união em torno da República em construção.

Na transição da monarquia para a república, no Ceará, segundo Weyne (1990), liberais e conservadores estavam divididos nas seguintes facções: Liberais Paulas, liderados pelo conselheiro Rodrigues Junior, representados na imprensa pelo jornal *Cearense*; Liberais Pompeus, liderados por Nogueira Accioly, tinham como órgão de imprensa o *Gazeta do Norte*; Conservadores Aquirazes ou Miúdos, chefiado por Gonçalo Batista Vieira, o Barão de Aquiraz, eram representados, na imprensa, pelo jornal *Pedro II*; Conservadores Ibiapabas ou Graúdos, dirigidos pelo Barão de Ibiapaba, Joaquim da Cunha Freire, cujo órgão de imprensa era o jornal *A Constituição*.

Esses quatro grupos surgiram da cisão dos partidos liberal e conservador na província do Ceará. De acordo com Montenegro (1980), no início da década de 1880, os liberais Paulas estavam unidos aos conservadores Aquirazes, e os liberais Pompeus estavam aliados aos conservadores Ibiapabas.

A esse tempo, as aproximações dos grupos adversos pela necessidade de luta pela vida; não no pensamento de abdicarem os seus princípios e se recolherem à sombra da bandeira contrária, mas se secundarem pelo voto e formarem coligações eleitorais, na ocasião dos pleitos representativos. Os Paulas [liberais ligados à família Alencar, proprietária do jornal *Cearense*] ligaram-se aos conservadores do *Pedro II* [conservadores “miúdos” liderados pelo Barão de Aquiráz], os Pompeus [liberais dissidentes, proprietários do jornal *Gazeta do Norte*] aos da *Constituição* [da família Freire, ala dissidente do partido conservador liderada pelo Barão de Ibiapaba]. Foi no convívio dessa união (...) que a *Constituição* e a *Gazeta do Norte* (conservadores e liberais) fraternizaram para o fim comum da emancipação dos escravos. (BRASIL FILHO, 1924, p.7-8 apud CARDOSO, 2016, p. 60).

Retomando a análise do trecho que citamos, do discurso a respeito da formação do grande partido patriótico, percebemos que a aliança entre os grupos antagônicos é tratada como o último e mais nobre sacrifício realizado em prol da pátria, baseado na “fraternização”, que, segundo o discurso, seria o “único meio capaz de consumir-se, com a serenidade e segurança, a reorganização nacional” (GAZETA..., 1890, p. 1). A partir disso, questionamos: A aliança entre esses grupos seria um sacrifício em prol da pátria ou a única forma de permanecerem atuantes no cenário político cearense? Defender a ideia da fraternização como

o único meio para a reorganização social teria como objetivo a aproximação aos republicanos?

Ainda sobre a fala referente à reorganização política desses antigos monarquistas, transcrevemos, abaixo, outro trecho que reflete um caráter saudosista e de descontentamento com o governo provisório do Ceará.

Um dia, vimos ruir, ao choque do aríete revolucionário, o majestoso edifício da organização imperial, á cuja sombra mais de meio século de liberdade e de glória fruirá esta nação. Curvámos a cabeça ao sopro de Deus, que sentíamos na fatalidade dos acontecimentos; mas não irrogámos uma injúria ao passado, ingratição covarde que tantos vimos cometer. Colocando os grandes interesses da pátria acima das teorias políticas e dos impulsos do coração e convencidos de que as formas de governo, aceitas pelos povos, só carecem de sábia direção, para assegurarem a liberdade e a ordem; não cessámos de trabalhar para que fossem mantidas, sob o novo regime, aquelas garantias fundamentais. Dia por dia, reclamámos a restauração da liberdade e dos direitos do cidadão. Pregámos a política da tolerância, da fraternidade, da construção. Desprendemo-nos de todas as ambições, protestando, mais de uma vez, nosso desprezo pelas posições, que nos não viessem da confiança, expressa e livre, de nossos concidadãos. A princípio, aconselhadores comedidos e discretos do governo; depois, quando á má parte eram tomados os nossos conselhos, respondidos com o desdém, a injúria e a guerra, aceitamos o combate, firmes e intemeratos. Contrariamos corajosamente a política exclusivista, desorganizadora, insensata que se inaugurou este estado (GAZETA..., 1890, p. 1).

A partir da leitura e análise deste trecho, notamos uma valorização do passado imperial, um passado muito recente, pois estamos tratando de um discurso produzido 8 meses após a proclamação da República no Brasil. O texto se reporta ao período imperial como uma época de liberdade e glória, um “majestoso edifício”. Mas, apesar desta contemplação do passado, esses grupos acreditam que qualquer forma de governo só carece de sábia direção para obter êxito, ou seja, não importa se a forma de governo é uma monarquia ou uma república, o essencial é ter as pessoas “certas” à frente da administração (GAZETA..., 1890, p. 1).

Percebendo que não seriam “aproveitados” pelos republicanos, tendo seus conselhos rejeitados e respondidos com injúria e desdém, resolveram formar uma aliança, fundando uma agremiação política com aspectos republicanos para disputar a construção e administração dessa nova ordem, defendendo uma República moderada. Decidiram combater não à instituição republicana em si, mas àquela que se desenhava no Ceará, considerada, por eles, autoritária, com ordens e decretos “incompatíveis com a dignidade humana” (GAZETA..., 1890, p. 1).

A fim de entendermos como a fundação da União Republicana repercutiu na sociedade cearense do período, procuramos perceber como alguns jornais de maior circulação e de grupos políticos distintos abordaram essa notícia. Para isso, elencamos o *Libertador* e o *Cearense*, jornais que já foram abordados no primeiro tópico deste capítulo. O primeiro jornal, como já mencionado anteriormente, foi o órgão de imprensa do Centro Republicano Cearense; o segundo, foi órgão de imprensa da facção liberal liderada pelo Conselheiro Rodrigues Junior, que, com a proclamação da República, deixou de ser órgão liberal e se declarou democrático.

Como já abordado anteriormente, em 15 de julho de 1890, a *Gazeta do Norte* informou à população cearense a fundação do novo partido patriótico e convidou a todos os concidadãos a participarem da cerimônia de instalação. No dia seguinte a essa notícia, o nº 161 do jornal *Libertador*, de 16 de julho de 1890, também tratou da criação do novo partido, bem como mencionou a despedida da *Gazeta do Norte* da imprensa cearense, o que fez em poucas linhas, poupando palavras e espaço de sua segunda página. O jornal limitou-se a reproduzir pequenos trechos do discurso assinado por Nogueira Accioly e Barão de Aquiraz, discurso que buscava apoio dos (e)leitores à União Republicana.

No pequeno espaço dedicado a esta notícia, ao final de sua segunda página, o *Libertador* enfatiza o seguinte trecho: “Está em via de formação um grande partido patriótico, pela assimilação definitiva de elementos tradicionais da antiga política” (GAZETA..., 1890, p. 1). Após esta fala, o jornal traz mais um trecho, apresentando o jornal *O Estado do Ceará* como fruto da fusão dos jornais *Brazil: ordem e progresso*, outrora *Pedro II*, e o jornal *Gazeta do Norte*. Não houve nenhum comentário do jornal a respeito da aliança entre as facções lideradas por Accioly e Barão de Aquiraz, nenhuma impressão sobre a criação da União Republicana.

A partir dessa abordagem feita pelo *Libertador*, percebemos que o Centro Republicano Cearense optou por não dar destaque à aliança de grupos que faziam oposição ao governo provisório do Ceará. Mas, mesmo sem manifestar suas considerações de forma explícita, ao enfatizar o trecho que se refere à agremiação como “o grande partido patriótico, pela assimilação definitiva de elementos tradicionais da antiga política”, compreendemos que, dessa forma, o Centro republicano Cearense, por meio do seu jornal, quis enfatizar que a antiga política era a gênese do novo partido que estava surgindo. O excerto foi mencionado duas vezes no curto espaço que o *Libertador* destinou à notícia.

Diferentemente do *Libertador*, o jornal *Cearense*, órgão de imprensa do Club Democrático, dedicou grande parte da primeira página do número 162, de 23 de julho de

1890, à fundação da União Republicana, expressando a percepção do grupo liderado pelo Conselheiro Rodrigues Junior a respeito da aliança entre Nogueira Accioly e Barão do Aquiraz. Mas, antes de abordarmos o conteúdo publicado no Cearense do dia 23 de julho de 1890, consideramos importante destacar que, no número 158, do dia 18 de julho de 1890, o jornal fez um discurso a respeito do surgimento de novas facções políticas, porém, sem menções diretas à nova agremiação política que seria fundada no dia seguinte.

Os partidos são, diz notável publicista, um mal inerente aos governos livres, não tendo em todos os tempos o mesmo caráter e os mesmos instintos.

A fase por que passamos é de formação dos grandes partidos, que são aqueles que se interessam mais pelos princípios do que pelas suas consequências; mais pelas generalidades do que pelos casos particulares; mas pelas ideias do que pelos homens. Estes partidos têm – em geral – traços mais nobres, paixões mais generosas, convicções mais reais, conduta mais franca e ousada que os outros.

Os pequenos partidos pelo contrário são em geral sem fé política. Como não se sentem elevados e sustentados por grandes objetos, seu caráter ressentido-se de um egoísmo que se manifesta ostensivamente em cada um dos seus atos. Os meios que empregam são miseráveis com o fim a que eles se propõem.

(...) combatemos há muito a facção centrista por ter dividido – criminosamente – a família cearense, que era acorde na ideia de manter e organizar o regime republicano; combatemos energicamente, sem tréguas, à essa facção egoísta e exclusivista, antidemocrática e antipatriótica.

Perseverando no mesmo pensamento, havemos de combater pela mesma forma, qualquer outra facção que se levante com intuítos iguais ao do *Centro*; tome ela o título, denominação ou a máscara que tomar.

Lamentamos que novas facções se levantem, com pretensões políticas, mas sem representar uma ideia, nem personificar um princípio que se possa claramente definir e conhecer (CEARENSE, 1890, n. 158, p. 1).

O discurso presente neste número do Cearense suscita várias reflexões a respeito do contexto. Aqui, destacamos um trecho da publicação, bem considerável, por sinal, tanto em tamanho quanto em conteúdo. Apesar do discurso, em sua totalidade, abordar as querelas que envolviam o período de preparação para as eleições para a constituinte, buscamos evidenciar a percepção do grupo político, representado por este jornal, a respeito do surgimento de novos partidos. Além disso, observamos, no excerto, a aversão do Club Democrático ao Centro Republicano Cearense, a quem se refere no texto por *Centro* e *facção centrista*.

Abordando as percepções a respeito do surgimento de novos partidos, o texto trata da importância e dos objetivos dos grandes partidos e afirma que aquele momento era a fase de formação destes, caracterizados por se interessarem por questões mais amplas, ideias e princípios, não sendo guiados por interesses particulares. Para fins de comparação, os partidos considerados pequenos também são abordados no texto. Entendemos que a palavra *pequeno* não se referia apenas à proporção do partido e ao seu número de adeptos, mas,

principalmente, aos seus objetivos. Esses partidos, caracterizados por praticarem atos egoístas e sem fé política, tinham seus interesses particulares como motor.

Seguindo a ordem das ideias dispostas no texto, a partir da leitura e análise desse discurso, percebe-se que o Club Democrático atribui ao Centro Republicano Cearense, referenciado como facção centrista, a divisão da “família cearense”, deixa bem claro a aversão ao grupo político centrista, considerado egoísta, exclusivista, antidemocrático e antipatriótico, tudo aquilo que não correspondia, ou, pelo menos, não deveria corresponder, à República. Assim como combatiam o *Centro*, estavam dispostos a combater qualquer outra facção que surgisse com propósitos iguais aos do CRC. Por fim, lamentaram o surgimento desses novos grupos sem ideia e princípio claros. Tendo em vista que esta publicação foi realizada um dia antes da cerimônia da fundação da União Republicana, acreditamos que o *Cearnense*, ao falar sobre partidos pequenos e o surgimento de novas facções no contexto cearense, estivesse se referindo à União Republicana.

Agora seguimos para o número 162, no qual evidenciamos considerações mais diretas a respeito da aliança política entre Nogueira Accioly e Barão de Aquiraz. Percebendo como a agremiação, fruto dessa aliança, foi recepcionada pelo Club Democrático e quais impressões foram compartilhadas com seus leitores. Essas considerações não foram publicadas na coluna principal do *Cearnense*, mas ocuparam um grande espaço de destaque no jornal, pois as opiniões sobre a União Republicana estavam presentes na primeira e na segunda página. Na primeira página, na coluna *Chronica Política*, o discurso é mais direto e marcado por sarcasmo. Na segunda página, na coluna *Comunicado*, identificamos uma fala mais abrangente, referindo-se às modificações causadas pela imprensa oposicionista e, de forma implícita, mais considerações sobre a fundação do “novo partido patriótico”.

Segundo Fernandes (2006), a coluna *Chronica política* do jornal *Cearnense* “se dizia ser *os olhos públicos*”, tinha um caráter informal, sarcástico e apresentava apoio ou críticas à administração em voga. Analisando a referida coluna da edição de 23 de julho de 1890, percebemos de fato as características citadas pela autora, das quais o sarcasmo é a mais evidente. Abaixo, segue o trecho que selecionamos do texto que representa *os olhos públicos*, segundo o *Cearnense*, a respeito da União Republicana.

Perante numeroso auditório efectuou-se na noite de 19 do corrente, no edifício do Club Iracema, a “União Republicana” o casamento civil entre os Srs. Aquiraz e Accioly.

Os nubentes dispensaram a cerimônia religiosa; e, com quanto não efectuado perante a autoridade competente, o contrato garante a indissolubilidade matrimonial pela seguinte cláusula:

“Não se trata, - fique isto bem claro, - não se trata de uma coligação ocasional, determinada por interesses efêmeros, subordinada a condições transitórias.”

(...)

Parece-nos entretanto que a “União” não tem ambições, limitando-se a querer justamente o que também quer o Centro Republicano, e isto não é muito, uma vez que, partido do *futuro* e não do *presente*, jamais recusará sua patriótica coadjuvação aos manipuladores da ideia republicana, que tanto têm trabalhado para a nossa felicidade (CHRONICA..., 1890, p. 1).

A coluna tratou a cerimônia de fundação da União Republicana como a realização do “casamento civil” entre o Barão de Aquiraz e Nogueira Accioly, uma metáfora utilizada para representar a aliança política entre as facções que, antes da proclamação da República, estavam em lados opostos, pelo menos aparentemente. A seguir, o redator do texto cita um trecho, que acreditamos ser do manifesto da União Republicana, a fim de ironizar as intenções da aliança firmada, abordando-a como a cláusula de um contrato que garante a “indissolubilidade matrimonial”. No trecho acima, os fundadores do “novo partido” buscam afirmar que os interesses que levaram à formação dessa “coligação” não são efêmeros.

Analisando a crônica e o discurso do redator do *Cearense*, que vinha logo após, percebemos que o Club Democrático já denunciava uma aproximação da União Republicana, recém-fundada, ao Centro Republicano Cearense, agremiação autodeclarada regeneradora da sociedade cearense. Denunciava-se algo que seria concretizado em 1892.

Na coluna *Comunicado*, da segunda página do jornal, observamos um discurso a respeito da reorganização política ocasionada pela República. Segundo o *Cearense*, após a proclamação da República, todos os elementos da massa política do Ceará entraram em conflito “químico tornando-se perfeitamente sensível a deslocação dos elementos, notando-se perfeita tendência para formação de um corpo político inteiramente novo, animado dos mais puros sentimentos(...)” (COMMUNICADO..., 1890, p. 2). Esse corpo “político novo” não tinha nada de novo, pois era composto pelos antigos monarquistas que aderiram à República após a queda da Monarquia. Por estarem à margem das decisões administrativas e sem perspectivas de vaga para a constituinte, nesse discurso, o Club Democrático mais uma vez critica os rumos que o regime republicano vai tomando no Ceará e incentiva o “povo” a participar da construção do novo regime.

O número 162 do *Cearense* é riquíssimo em conteúdo a ser abordado e nos renderia uma discussão ampla a respeito de República: opinião como o princípio da atividade política e representante da vontade do povo; participação política; eleições para a constituinte e elaboração da constituição; reorganização e aliança política. Das várias possibilidades, destacamos as percepções a respeito da União Republicana enquanto resultado de uma aliança

política. Ao contrário do CRC, o Club Democrático, por meio do seu órgão de imprensa, dedicou um grande espaço ao “novo partido”. Fez várias reflexões e ironizou bastante as motivações que levaram à sua fundação.

É perceptível que a instalação da União Republicana desagradou esses antigos monarquistas, uma vez que foi percebida como uma estratégia de aproximação da administração do Ceará, com o objetivo de conquistar vagas na constituinte. O que fica bem explícito no seguinte trecho:

Nada exige do governo; mas se este por sua espontânea vontade quiser obrigá-la a aceitar num certo número de deputados ao congresso ou algum senador, o caso muda de figura: fica o dito por não dito.
Desta maneira a dedicação e lealdade que garante ao *Centro* não terá limites (CHRONICA..., 1890, p. 1).

Percebendo que estavam cada vez mais à margem da política cearense e observando a aproximação de duas facções, outrora monarquistas, aos republicanos, o Club Democrático apresenta, no *Cearense*, grande insatisfação com o contexto político dos primeiros momentos da República no Ceará e faz inúmeras críticas à União Republicana e ao Centro Republicano Cearense. A fim de discutirmos mais sobre a agremiação fundada por Nogueira Accioly e Barão do Aquiraz e entendermos sua importância para as articulações políticas realizadas no Ceará daquele momento, analisamos alguns artigos que estavam no manifesto da União Republicana. Acreditamos que esse manifesto tenha sido publicado no 1º número do jornal *O Estado do Ceará*, o qual, por infortúnio, não conseguimos localizar por completo. Esse número do jornal não está disponível no acervo virtual da Biblioteca Nacional, e no Instituto Histórico do Ceará encontramos apenas a primeira página, que apresenta anúncios de serviços e bens de consumo. Contudo, observamos que o *Cearense*, ainda em seu número 162, reproduziu alguns artigos desse manifesto.

Após afirmar que, naquele momento, a União Republicana ainda não tinha um programa, o jornal do Club Democrático apresentou 18 artigos do manifesto da agremiação que acabara de ser fundada. A União Republicana obrigava-se:

- 1º a concorrer para a organização e o engrandecimento deste Estado;
- 2º cercar de todas as garantias o exercício dos direitos individuais, respeitando também a igualdade de todas as classes;
- 3º resguardar a liberdade e os direitos da santa religião de nossos pais;
- 4º permitir ação livre e harmônica aos poderes políticos;
- 5º assegurar a independência de magistratura, colocando-a em esfera inacessível à intervenção das paixões populares e de partido;
- 6º garantir o funcionalismo público;

- 7º levantar o nível intelectual da população;
- 8º destinar o melhor das rendas do Estado ao desenvolvimento da cultura inicial;
- 9º promover o bem estar das classes operarias;
- 10º fomentar o espírito de associação, criando o ensino profissional;
- 11º conceder razoável proteção as nossas indústrias;
- 12º aumentar a riqueza pública;
- 13º realizar melhoramentos;
- 14º desoprimir o mercado;
- 15º introduzir, quanto antes, na aplicação das rendas do estado economia severa e escrupulosa fiscalização;
- 16º estabelecimento imediato das liberdades municipais;
- 17º dar na política interna o mais largo desenvolvimento ao princípio federativo;
- 18º evitar preferências odiosas e funestos antagonismos (CHRONICA..., 1890, p. 1).

Entendendo que não conseguimos dar conta de um evento por completo, e que a construção da narrativa histórica é realizada a partir de recortes, selecionamos apenas alguns artigos desse manifesto para discutirmos. Abordamos os artigos seguindo a ordem na qual foram apresentados. Acreditamos que esta ordem, de algum modo, determina a relevância dessas “obrigações” para a União Republicana.

Seguindo esta lógica, consideramos que a 1ª obrigação, “concorrer para a organização e o engrandecimento deste Estado”, tenha sido a mais importante para a agremiação, uma vez que, considerada por seus fundadores como um grande partido patriótico, a União Republicana foi criada com objetivo de inserir os antigos monarquistas das facções liberal e conservadora no cenário político republicano.

Objetivando analisar parte do manifesto da União Republicana que foi apresentado pelo jornal *Cearense*, buscamos estabelecer uma conexão entre três obrigações presentes no manifesto e os discursos contidos no jornal *O Estado do Ceará*. As obrigações selecionadas foram as seguintes: “1º a concorrer para a organização e o engrandecimento deste Estado”, “3º resguardar a liberdade e os direitos da santa religião de nossos pais” e “9º promover o bem estar das classes operarias”(CHRONICA..., 1890, p. 1).

Concorrer para a organização e o engrandecimento do Estado era o principal foco do “grande partido patriótico”. Identificamos, em vários números d’*O Estado do Ceará*, discursos que deixavam explícito o interesse dos membros da União Republicana em concorrer para a organização do Estado. Esses discursos tinham como assunto principal as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1891. Analisando *O Estado do Ceará*, percebemos que, nos seus primeiros dias de circulação, seus redatores não foram tão incisivos em atacar as medidas do governo provisório, o que foi percebido pelos demais grupos políticos do período como uma tentativa de aproximação da administração do Ceará.

Após receber inúmeros ataques, principalmente do Club Democrático, a União Republicana resolveu explicar por qual motivo fez críticas discretas à condução da república no Ceará durante os primeiros números do seu jornal. Em 8 de agosto de 1890, no número 17 d' *O Estado do Ceará*, a agremiação fez um discurso destinado a combater os rumores de uma possível tentativa de aproximação entre o governo provisório e o Centro Republicano Cearense; justificaram a atitude discreta diante das ações do governo provisório e reafirmaram o compromisso de lutar contra a tirania no Ceará.

A atitude discreta que, nos poucos dias decorridos de sua fundação, a União Republicana e seu órgão na imprensa têm guardado em relação aos atos do governo, resulta necessariamente das condições em que e dos intuitos com os quais se formou aquele partido.

Iniciando o trabalho inadiável de organização das forças políticas, ainda esparsas e desagregadas, tínhamos o dever de concentrar todos os nossos primeiros esforços, para que essa patriótica empresa não fosse perturbada por elementos internos de dissolução, quais poderiam ser a influência de nossos sentimentos individuais e de nossos compromissos de grupos (PERANTE..., 1890, p. 2).

Após a Proclamação da República, os monarquistas ficaram à margem do novo contexto político durante seus primeiros momentos. As antigas forças políticas encontravam-se dispersas e buscavam se encaixar na nova ordem. A partir do trecho citado acima e da análise dos discursos das demais fontes desta pesquisa, percebemos os esforços desses grupos para permanecerem politicamente ativos na sociedade cearense.

Ao justificar a atitude discreta em relação aos atos do governo, a União Republicana reforça o princípio da fraternidade, sob o qual a agremiação foi fundada. Almejando participar da reorganização nacional, pregavam a abnegação dos interesses pessoais e a união de todas as forças políticas em favor da pátria. Buscando participar dessa reorganização, antes de qualquer coisa, os líderes desse “partido nascente” precisavam concentrar esforços para consolidar a aliança que deu origem à agremiação, bem como montar uma chapa forte para concorrer às eleições para a Constituinte.

E mais manifestas fizemos nossas disposições e atitude, quando, indo ao encontro de infundadas versões, declaramos, no editorial do 1º número desta folha, que com o governo não tínhamos aproximação alguma.

Mas do programa em que apelávamos para o esforço de todos os nossos concidadãos, afim de reorganizar-se a pátria pela fraternidade, teríamos destoadado, si, partido nascente, houvéssemos tomado a iniciativa de uma luta de antagonismos antipatrióticos e de veementes hostilidades (PERANTE..., 1890, p. 2).

Esse discurso unionista da União Republicana desagradava o Club Democrático, que não dava trégua ao governo provisório, sempre denunciando atividades arbitrárias. Contudo,

esse desejo de união, esse sentimento de fraternidade, não estava presente em todas as publicações d'*O Estado do Ceará*. Ao passo que a eleição para a Constituinte se aproximava, os ânimos afloravam e os discursos se tornavam mais agressivos.

O aprofundamento sobre a eleição para a Assembleia Constituinte Nacional, no Ceará, será realizado no terceiro capítulo, porém, neste momento do texto, recorreremos à apresentação dos candidatos da União Republicana, com o intuito de expor quais foram as estratégias utilizadas pela agremiação para cumprir com o que haviam proposto em seu manifesto, sobretudo no que concernia a concorrer para a organização e engrandecimento do Estado.

Os candidatos foram apresentados à população por meio do jornal *O Estado do Ceará*, no dia 22 de agosto de 1890. Como forma de contextualizar a apresentação da chapa e pedir o apoio dos eleitores, foi publicada, na coluna que levava o mesmo nome do jornal, uma breve declaração tratando das dificuldades impostas pelo regulamento eleitoral que favoreceriam as fraudes do governo provisório.

No último parágrafo da declaração, que antecede os nomes dos candidatos, a União Republicana deixa explícito os esforços praticados em prol da formação de uma chapa que tivesse a responsabilidade comum das forças oposicionistas. Contudo, isso não foi possível. O parágrafo transmite um sentimento de desapontamento. Entretanto, apesar de não conseguirem formar a chapa que idealizaram, sentiam que seus pensamentos e ideias estavam bem representados pelos candidatos que levariam às urnas.

PARA SENADORES:

Barão do Aquiraz, proprietário, residente na Fortaleza;
Bacharel Antônio Pinto Nogueira Accioly, industrial, residente na Fortaleza;
Bacharel Leandro Bezerra Monteiro, advogado, residente na Parahyba do Sul.

PARA DEPUTADOS:

1 Bacharel Manoel Ambrosio da Silveira Torres Portugal, advogado, residente em Fortaleza;
2 Bacharel Virgilio Augusto de Moraes, advogado, residente na Fortaleza;
3 Dr. Joaquim Bento de Souza Andrade, agricultor, residente em Messejana;
4 Dr. Ildefonso Correia Lima, medico, residente na Fortaleza;
5 Bacharel Joaquim Felicio de Almeida Castro, proprietário, residente na Fortaleza;
6 Bacharel Gonçalo de Almeida Santo, proprietário, residente na Fortaleza;
7 Dr. Helvecio Monte, médico, residente na Fortaleza;
8 Bacharel Francisco Fernandes Vieira, criador, residente na Fortaleza;
9 Bacharel Francisco de Assis Bezerra de Menezes, advogado, residente em Baturité;
10 Dr. Francisco Sá, engenheiro, residente na Fortaleza.

Fortaleza, 19 de agosto de 1890

Barão do Aquiraz.
Antônio Pinto Nogueira Accioly.
(AO ELEITORADO..., 1890, p. 2).

Nos números seguintes do jornal, a chapa foi frequentemente mencionada como aquela recomendada pela União Republicana. As denúncias a respeito das fraudes eleitorais também estiveram presentes em vários números d'*O Estado do Ceará*. Assim, tornam-se evidentes os esforços da agremiação em cumprir, por meio do seu órgão de imprensa, com a primeira pauta do seu manifesto, aquela em que se obrigavam a concorrer para a organização do Estado. A formação de uma chapa para concorrer à eleição da Constituinte, as denúncias de fraudes praticadas pelo governo provisório e os discursos solicitando apoio, direcionados aos eleitores, foram estratégias utilizadas pelo “partido político” liderado por Barão do Aquiraz e Nogueira Accioly.

Outro ponto do manifesto que esteve muito presente nas publicações do órgão de imprensa da União Republicana foi a defesa da Igreja Católica, que, no referido documento, foi denominada como a “a santa religião dos nossos pais”. Os novos republicanos¹⁷, aqueles que faziam parte da União Republicana e do Club Democrático, discordavam do decreto que determinava a separação entre a Igreja e o Estado. O decreto do dia 07 de janeiro de 1890, enviado aos governadores dos Estados, por telegrama, e publicado no jornal *Libertador* em 10 de janeiro do mesmo ano, instituía, dentre outras coisas, a liberdade de culto de todas as religiões e extinguiu o sistema de padroado. O Estado buscava se desvincular de qualquer confissão religiosa, ao mesmo tempo em que defendia o direito de liberdade a todas as religiões presentes no país.

Para Ruy Barbosa, um dos grandes idealizadores da república no Brasil, a separação entre Igreja e Estado traria a libertação de todos os cidadãos. Essa liberdade seria garantida, de fato, após a aprovação da Constituição Federal, mas já estava sendo moldada pelo decreto. Ruy Barbosa defendia a independência dessas duas instituições, o Estado e a Igreja: uma não deveria depender da outra, a Igreja Católica tendo que se contentar com “suas forças naturais”, sem nenhum auxílio do Estado.

Em 21 de agosto de 1890, o jornal *O Estado do Ceará* publicou um discurso a fim de apoiar o protesto dos bispos brasileiros. Os números 26 e 27, respectivamente veiculados nos dias 21 e 22 de agosto de 1890, compartilhavam com a população cearense a *Reclamação do Episcopado Brasileiro*, junto ao chefe do governo provisório, o *Exmo. Sr. Marechal* Deodoro da Fonseca, a respeito dos “papéis públicos” (decretos) e o projeto de Constituição Nacional que seria submetido ao Congresso Federal Constituinte. No discurso, intitulado *O protesto*

¹⁷ Os que aderiram à república após a proclamação.

dos bispos, a União Republicana justificou e reforçou seu apoio à Igreja Católica, repudiando as medidas de intolerância e de hostilidade ao catolicismo.

Vão ver os nossos leitores a página mais brilhante da história contemporânea de nossa pátria.

O eco solene dos primeiros tempos, da idade das maiores tribulações e das maiores glórias do cristianismo, a palavra divina com que os primeiros Defensores da Fé afrontavam, intemeratos, os imperadores e os déspotas, ressoa nessa linguagem firme, serena, majestosa com que os Apóstolos do Brasil apontam ao Ditador os grandes erros de seu governo (O PROTESTO..., 1890, p. 2).

Segundo a União Republicana, o cristianismo já havia passado por tempos de tribulações e enfrentado imperadores e déspotas a fim de defender a Fé. E, naquele momento, enfrentavam o ditador de forma majestosa, apontando os erros imperdoáveis que vinham cometendo contra a Igreja Católica. Percebemos, a partir da leitura desse discurso, que agremiação política compreendia a Igreja como uma aliada na disputa pela organização e condução do Estado e, por isso, dispunha-se a defender a fé católica.

O texto ainda descreve, brevemente, sob a ótica dos antigos monarquistas, o contexto sobre o qual a reclamação dos bispos tratava. O período é retratado como tempos de amarga desilusão e esmorecimento. A atmosfera da corrupção e do medo sufocava os mais puros ideais. Apesar dessas condições adversas, entretanto, a fé católica era capaz de inspirar as grandes e nobres coragens e fazer crer que ainda era possível reacender a chama da liberdade. Ao publicar as reclamações do episcopado com relação à república que estava sendo construída, a União Republicana acreditava que os “concidadãos” do estado recobririam a confiança na vitória “da causa que nunca foi vencida”. A causa nunca vencida, à qual o discurso se refere, seria a liberdade ou a Igreja Católica?

Os bispos brasileiros, representados por uma comissão, reclamavam ao governo provisório a perda dos privilégios da Igreja Católica no Brasil. Iniciaram o documento falando sobre a liberdade prometida pela república e as ilusões que nutriam a respeito da nova forma de governo. Alguns parágrafos após a fala das decepções causadas pela república logo no seu primeiro ano, o texto apresenta o verdadeiro motivo do protesto dos bispos, que alegavam estar lutando pela liberdade.

Na pastoral Coletiva que dirigimos ao Clero e aos fiéis da Igreja brasileira, alçamos bem alto o pendão católico; profligámos com energia, sim, mas também com calma cheia de dignidade, a clamorosa injustiça praticada contra a Igreja Católica, excluída ignominiosamente de toda relação oficial com o Estado, banida das escolas, dos colégios, de todos os estabelecimentos do governo, e esbulhada da dotação que lhe era devida pelo erário nacional para sustentação e decoro do culto.

Desvendamos, por uma exatíssima exposição de princípios, a falsidade do ominoso sistema, que, a pretexto de liberdade de consciência, escancara as portas a todos os cultos, nivelando assim a verdade com o erro, e pondo na mesma categoria a Religião santíssima de Nosso Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus, e as tristes seitas engendradas pelo orgulho e a paixão de homens desvairados. (RECLAMAÇÃO..., 1890, p. 2)

No trecho apresentado acima, o Episcopado tratou do fim da relação entre Igreja e Estado, da exclusão, de forma vergonhosa, da religião cristã dos estabelecimentos do governo. Segundo os bispos, a República era um sistema falso e omissos que utilizava a liberdade como subterfúgio para autorizar todos os cultos. O novo regime estava cometendo um grande erro ao colocar a religião do *Filho de Deus* na mesma categoria que as seitas.

Problematizar o início do processo de laicização do Estado brasileiro não é nosso objetivo. Todavia, faz-se necessário observar os discursos que estão relacionados a esse processo nos primeiros momentos da construção da república no Brasil, uma vez que nos possibilita perceber, a partir dos registros da imprensa, a relação entre os novos republicanos e a Igreja católica.

Para concluir esse momento, durante o qual buscamos relacionar a terceira obrigação presente no manifesto da União Republicana, “resguardar a liberdade e os direitos da santa religião de nossos paes”, com os discursos, presentes no jornal *O Estado do Ceará*, em defesa da Igreja Católica, destacamos mais um trecho da *Reclamação do Episcopado Brasileiro*.

Reclamamos também, Sr. Marechal, contra a odiosa lei de exceção fulminada contra o Clero nacional, a quem a Constituição, com a mais clamorosa injustiça, despoja de um direito reconhecido a todo o cidadão! De que crime, com efeito, se tornou réu o Clero do Brasil para ser assim ferido de inabilidade jurídica para a nobre missão de representar os seus concidadãos nos comícios da nação, onde tantas graves questões de interesse público e social se ventitam, a que ele, mais em contacto com o povo, poderia, como D. Romualdo, como tantos outros, levar o contingente das mais brilhantes luzes? Pois não é a república a forma de governo que franqueia indistintamente a todos os cidadãos o acesso aos mais altos cargos do Estado, só atendendo aos méritos pessoais de cada um? Por que lança, pois, a Constituição da República brasileira o desprezo e o vilipêndio sobre uma classe inteira de cidadãos respeitáveis, e que, tendo de exercer na sociedade um ministério augusto e sacratíssimo, tão necessário ao bem da mesma sociedade, é rodeado por todos os povos cultos de consideração e acatamento? Só no Brasil, Sr. Marechal. Julga-se conveniente e decoroso nivelar os membros do Clero nacional com os analfabetos, os sentenciados, os banidos, os mentecaptos e reduzir-nos à ínfima esteira de *pariás* em nossa própria pátria! Que injustiça e que ignomínia! (RECLAMAÇÃO..., 1890, p. 2-3)

Deveras, o documento direcionado ao Marechal Deodoro da Fonseca estava repleto de reclamações da Igreja Católica. No último trecho que citamos, os bispos protestavam contra o artigo 70 do projeto de Constituição Federal, que, no parágrafo 2º, tornava inelegíveis os cidadãos não alistáveis, protesto que se justificava pelo fato de, aos “religiosos de ordens

monásticas, companhias, congregações, ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra, ou estatuto, que importe a renúncia da liberdade individual” (BRASIL, 1891), não ser atribuído o direito ao alistamento eleitoral, o que, por conseguinte, os tornava inelegíveis.

O discurso ironiza bastante um dos princípios fundamentais da república: a liberdade. Questiona que crime o Clero brasileiro cometeu para ser tão desprezado e desvalorizado pela República brasileira, sendo impossibilitado de representar os cidadãos. Essas ações não correspondiam com o que a nova forma de governo pregava. Além disso, segundo o episcopado, não bastasse tamanho desprezo, o projeto de Constituição ainda equiparava o Clero brasileiro aos analfabetos. Ao final do trecho, conseguimos perceber a fúria do episcopado, sobretudo quando se refere aos demais grupos excluídos do direito ao voto como mentecaptos.

Poderíamos continuar, ainda por muitos parágrafos, a abordagem da *Reclamação do Episcopado Brasileiro*, tendo em vista o tamanho do documento e o conteúdo riquíssimo referente à relação entre Estado e Igreja nos primeiros momentos da República. Porém, os trechos destacados neste tópico nos fornecem material suficiente para compreendermos o empenho da União Republicana em defesa da Igreja Católica.

Vimos que a Igreja Católica, de acordo com os “papéis públicos”, estava à margem das decisões políticas e havia perdido os benefícios outrora concedidos pelo governo. Contudo, ainda possuía grande influência sobre a população, e tal influência foi percebida pelos antigos monarquistas, recém-adeptos da república, que também foram colocados à margem das decisões políticas, como forma de se fortalecer e concorrer à eleição para a Constituinte. Com o Clero inelegível, necessitando que suas causas fossem representadas, e antigos monarquistas buscando apoio dos cidadãos alistados, a aliança entre esses grupos se apresentava como uma estratégia de inserção no novo cenário.

Após a abordagem da 3ª obrigação do manifesto da União Republicana, que tratava da Igreja Católica, encaminhamo-nos agora para uma breve abordagem da 9ª obrigação do manifesto, em que a agremiação assumiu o compromisso de “promover o bem-estar das classes operárias” (CHRONICA..., 1890, p. 1). Diferente do que observamos acerca da Igreja Católica, o jornal *O Estado do Ceará* apresentou pouquíssimo conteúdo relacionado aos operários. A União Republicana não fez jus, na imprensa, ao que prometeu em seu manifesto.

A organização dos trabalhadores em torno da República recém-proclamada não foi homogênea e, na Fortaleza daquela época, surgiram dois grupos divergentes que buscavam se estruturar e conquistar espaço na nova conjuntura: o Partido Operário e a União Operária.

Esses grupos tinham, como tendência de atuação, um caráter positivista. Segundo Batalha (2000), a tendência positivista consistia em defender as melhorias de condições de vida e trabalho por meio de “apelos às autoridades, apresentação de candidatos operários para os cargos eletivos e busca de formas de entendimento sem recurso à greve e outras formas mais radicais de luta” (BATALHA, 2000, p. 26).

Analisando o jornal *O Estado do Ceará*, identificamos apenas duas edições que continham algo relacionado aos operários cearenses. No número 2, do dia 22 de julho de 1890, o jornal apresenta uma publicação do Partido Operário. O texto da publicação tratava da reunião ocorrida no dia anterior, onde, na ocasião, o Partido Operário recebeu a visita de um representante da União Operária, Sr. João da Rocha, que pedia a união dos *artistas*¹⁸. Esse pedido de união não foi aceito pelo Partido Operário que, de acordo com o breve relato do ocorrido, discordou das considerações do representante da União Operária a respeito dos intuitos políticos da agremiação. Ainda na mesma publicação, foi informado que a escolha do candidato do Partido Operário seria realizada a 3 de agosto, por meio de um “escrutínio prévio”.

Após esta publicação, o Partido Operário só voltara a aparecer nas páginas d’*O Estado do Ceará* no dia seguinte à eleição para a Constituinte, como vítima da violência do Governo Provisório à véspera do pleito. A 16 de setembro de 1890, o jornal apresentou a narrativa sobre a desolação e o terror que dominavam a capital. Narrou o episódio em que a “guarda cívica” do Ceará repreende bruscamente operários e “diversos cidadãos respeitáveis” que acompanhavam, em passeata, Anderson Ferro até sua casa. A passeata era uma demonstração de apoio ao Partido Operário e uma forma de mostrar ao governo provisório que o eleitorado não “pertencia” somente aos seus candidatos.

Entendendo que os dois grupos operários já tinham alianças com outras agremiações políticas, e que o Partido Operário buscava se fortalecer à medida que o pleito do dia 15 de setembro se aproximava, temos, como hipótese, que a União Republicana, agremiação que buscava aliados a fim de chegar ao pleito com um grande número de eleitores e apresentar ao governo provisório sua influência política no novo cenário inaugurado com a proclamação da república, não encontrou, nas classes operárias, o apoio desejado. Desse modo, não teria motivos para cumprir com a obrigação 9 do seu manifesto.

¹⁸ Nos jornais que utilizamos como fonte e na bibliografia sobre o período estudado, os trabalhadores denominados como artistas são aqueles que exerciam pequenas profissões. Segundo Cardoso (2009), esses artistas eram “[...] marceneiros, mestres-de-obra, escultores, curtidores, pintores, dentre outros trabalhadores afeiçoados às habilidades manuais [...]” (CARDOSO, 2009, p. 146). Nas narrativas dos jornais Cearense, Libertador e O Estado do Ceará, as palavras trabalhadores, artistas e operários são usadas como sinônimos.

Ao nos voltarmos para as discussões a respeito do manifesto da União republicana e relacionar as obrigações contidas no documento com o discurso do jornal que introduzia essa agremiação na imprensa cearense e defendia seus interesses no circuito político, percebemos que os operários/artistas, apesar de não fortalecerem o grupo liderado por Nogueira Accioly e Barão de Aquiraz, somando-se a eles e angariando eleitores, protagonizaram um acontecimento que contribuiu para apresentar de maneira mais contundente as práticas autoritárias e violentas do Governo Provisório do Ceará. Tendo isso em consideração, no tópico a seguir, dissertaremos sobre a organização dos operários/artistas do Ceará no primeiro ano da República, em meio a disputas travadas entre antigos monarquistas e republicanos “puros”, na configuração da nova forma de governo e daremos maior atenção à passeata realizada em 14 de setembro de 1890, véspera da eleição para a Constituinte, e seus desdobramentos.

3.3 “É preciso que nós artistas, como uma boa porção do povo brasileiro, lutemos contra essa subserviência(...)”¹⁹: A Participação dos Trabalhadores no Novo Regime

Os primeiros anos da República no Brasil foram marcados pela expectativa de ampliação de direitos e participação política da população. O período de transição entre as formas de governo que se demonstravam antagônicas gerou uma atmosfera de grandes expectativas entre as “camadas antes excluídas do jogo político”, grupos que almejavam participar das decisões políticas do país (CARVALHO, 1987, p. 22). O entusiasmo dos trabalhadores, em especial, pudera ser notado a partir do surgimento de inúmeras organizações por todo o país, que se autoproclamavam operárias. No Ceará, esse entusiasmo logo se dissipou, quando, no primeiro ano da República, os trabalhadores organizados sofreram repressão por parte do governo provisório do Ceará, ao tentarem eleger, no pleito de 1890, um representante da classe para a Constituinte.

Em 1890, no Ceará, grupos políticos novos e antigos se organizavam para concorrer às vagas na Constituinte, formando alianças e indicando os nomes dos seus representantes para o pleito de 15 de setembro. Nesse contexto de (re)organização política, os trabalhadores,

¹⁹ PARTIDO operário. **Cearense**, Fortaleza, ano 44, n.134, 19 de jun. 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pagfis=22678>. Acesso em: 04 dez. 2021.

otimistas com a nova forma de governo, também buscaram uma oportunidade para garantir a representação da classe trabalhadora na Constituição republicana.

Na corrida para o pleito de 15 de setembro, os trabalhadores cearenses, no intuito de divulgar suas ações e ideias, contavam com os órgãos de imprensa de agremiações com culturas políticas distintas, compostas por antigos monarquistas e republicanos *positi* vistas: o Club Democrático e o Centro Republicano Cearense. Para identificar as ações e vertentes dos grupos de trabalhadores no recorte espaço-temporal que acaba de ser apresentado, a análise dos jornais publicados por essas duas agremiações é central para este estudo, uma vez que, nesse período, as organizações de trabalhadores, que, segundo Pereira (2001), emergiam em meio às disputas intraoligárquicas, não possuíam veículo de comunicação impressa.

Posto isso, neste tópico discutimos a respeito da organização dos trabalhadores no Ceará no primeiro ano da República, em meio a disputas travadas entre antigos monarquistas e republicanos “puros”, na configuração da nova forma de governo. Tratamos, de modo mais específico, da tentativa desses trabalhadores/operários/artistas em participar do pleito de 15 de setembro de 1890, quando, um dia antes, protagonizaram um evento veementemente utilizado, por grupos que faziam oposição ao Governo Provisório do Ceará, como forma de denunciar o autoritarismo da República.

Segundo Montenegro (1980) e Cardoso (2009), os conflitos entre os republicanos e ex-chefes políticos monarquistas acabaram envolvendo a classe operária. Tal circunstância não favoreceu a participação autônoma dos operários organizados, uma vez que a sobrevivência desses, enquanto sujeito coletivo que buscava participação política, dependia das negociações com as oligarquias e, no novo contexto, também com o governo republicano. Essas relações mantidas entre os diversos grupos que compunham a conjuntura política cearense, cujas *culturas políticas* eram divergentes, foram percebidas a partir da bibliografia estudada e, principalmente, da análise das narrativas presentes nos jornais do período.

No contexto referente ao nosso recorte espaço-temporal, identificamos dois grupos de operários na cidade de Fortaleza: o Partido Operário e a União Operária. Mas, além desses grupos, outros já ocupavam um espaço político há tempos e tinham seus próprios interesses. Esses grupos já foram apresentados ao longo do primeiro capítulo e, principalmente, no primeiro tópico deste capítulo. Eram eles: o Centro Republicano Cearense, o Club Democrático e a União Republicana. No decorrer da nossa abordagem, buscaremos apresentar as conexões entre os operários e as citadas agremiações políticas. Essas relações foram atravessadas por interesses mútuos e fizeram parte de estratégias próprias de cada um desses

agentes coletivos, fazendo com que o paradigma entre submissão e dominação fosse contrariado.

Segundo Cardoso (2009), o Partido Operário do Ceará, presidido por Anderson Ferro, recebeu apoio da família Paula Rodrigues, representada, no cenário político cearense, pelo Conselheiro Rodrigues Junior, fundador do Club Democrático. Como forma de apoio ao Partido Operário, o Club Democrático cedia espaço em seu órgão de imprensa, o jornal *Cearense*, às ideias e projetos defendidos pelos trabalhadores. O Partido Operário tinha pretensões de conquistar vaga na Assembleia Constituinte de 1891.

Já a União Operária, entidade que se caracterizou como uma sociedade beneficente, sem interesses políticos, tinha vínculo com o Centro Republicano Cearense (CRC) e, conseqüentemente, com o Governo Provisório do Ceará. A União Operária, assim como o Partido Operário, também não tinha um órgão de imprensa próprio, seus discursos eram veiculados pelo *Libertador*, jornal do CRC.

Assim, percebemos que os dois grupos cearenses, cuja pauta principal era a melhoria das condições de vida das classes operárias, recebiam apoio de dois grandes grupos políticos que, por sinal, eram opositores. O Partido Operário estava ligado ao Club Democrático, e a União Operária, ao Centro Republicano Cearense. Nessa conjuntura, a União Republicana, outra grande agremiação política do período, não conseguiu apoio das classes operárias, que, para seus líderes, poderiam ser fortes aliadas na eleição para a Constituinte. Desse modo, percebemos a aproximação das disputas intraoligárquicas ao “núcleo de ‘artistas, operários e trabalhadores’, estabelecendo alianças tópicas, notadamente na política eleitoral”²⁰ (PEREIRA, 2001, p. 89).

No número 2 do dia 22 de julho de 1890, o jornal *O Estado do Ceará* apresentou uma publicação do Partido Operário. O texto da publicação tratava da reunião ocorrida no dia anterior, quando a organização recebeu a visita de um representante da União Operária, o Sr. João da Rocha, que pedia a união dos *artistas*. Esse pedido de união não foi aceito pelo Partido Operário, que, de acordo com o breve relato do ocorrido, presente no jornal, discordou das considerações do representante da União Operária a respeito dos intuítos políticos da agremiação.

²⁰ No contexto histórico ao qual nos reportamos neste artigo, os termos operários, artistas e trabalhadores fazem referência aos trabalhadores de forma geral e, principalmente, aos profissionais dos pequenos ofícios. No Ceará, assim como em todo o Brasil, os movimentos de trabalhadores estavam se estruturando, e o termo operário era utilizado de forma genérica.

PARTIDO OPERÁRIO

Realizou-se ontem, no lugar de costume, uma reunião d'essa distinta sociedade.

Foi proposto e aceito para tesoureiro do partido o Sr. Zeferino Beleza.

Depois de haver o Sr. 1º vice-presidente comunicado à casa uma carta dirigida pelo chefe do Partido Operário do Rio de Janeiro, Sr. Roberto K. Benjamin, apresentou-se no recinto o Sr. Rocha, por parte da União Operária, trazendo uma missiva d'aqule mesmo cidadão, que lhe fora endereçada, com o mesmo fim: pedindo a união dos artistas. Foi muito bem recebido; deu-se-lhe a palavra, e então fez algumas considerações sobre os intuitos políticos que lhe constava eram atribuídas ao Partido Operário do Ceará.

Foi marcado o dia 3 de Agosto próximo para a escolha, por escrutínio prévio, o candidato do partido (PARTIDO..., 1890, n. 2, p. 2).

Na citação acima, observamos o interesse da União Operária em fazer com que o outro grupo se juntasse a ela. Talvez essa proposta de união tenha sido uma tentativa, por parte do Centro Republicano Cearense e do governo provisório, de afastar o Partido Operário do pleito de 15 de setembro. A recusa a essa proposta pode ser inferida quando, ao final do relato, é comunicada a data na qual seria realizada a escolha do candidato do partido.

Analizando os jornais, identificou-se parte dos conflitos que envolviam antigos monarquistas, republicanos e operários. Destacamos alguns trechos do discurso do Partido Operário, publicado no *Cearense*, em resposta ao redator do jornal *A Pátria*, Dr. Justiniano de Serpa. Segundo Anderson Ferro, na edição do dia 17 de junho do *A Pátria*, Justiniano de Serpa havia dito que nem o Brasil, e muito menos o Ceará, necessitavam de um partido operário. Aqui, no Ceará, segundo Serpa, um partido desta ordem era um “espírito de imitação” daqueles existentes na Europa: “Diz a ilustre redação d'*A Pátria*: ‘Não nos parece que um partido operário no Brasil e principalmente no Ceará tenha razão de existir. Na Europa um partido d'essa ordem é uma necessidade. Aqui pode ser um espírito de imitação’” (PARTIDO..., 1890, n. 134, p. 2).

O chefe do Partido Operário fez um longo discurso em resposta à redação do jornal *A Pátria*, apresentando motivos pelos quais a organização se fazia necessária em âmbitos nacional e local. Externou a insatisfação da classe com a monarquia, período no qual não houve “a mesma igualdade de direito, a mesma homogeneidade de princípios, a mesma concessão de graças, de que gozava as demais parcelas da sociedade brasileira” (PARTIDO..., 1890, n. 134, p. 2). Para esses sujeitos, a república representava um horizonte de melhorias.

A fase atual do nosso país exige que o aspecto ridículo que se nos manifesta, seja sucessivamente transformado em outros aspectos mais aproximados da realidade.

[...]

Tratemos por meio de reformas após reformas, de aperfeiçoamento a aperfeiçoamento, de modificar a maneira errada de pensar do povo.

A república, para que constitua o progresso e a verdade, deve envolver necessariamente toda uma série de instituições sociais, econômicas e políticas absolutamente diferentes das que estavam em vigor.

[...] n'este presente, digo, é preciso que nós artistas, como uma boa porção do povo brasileiro, lutemos contra essa subserviência, esse enervamento moral, esse indiferentismo, a que passivamente, até hoje nós temos submetido.

Dispondo de um contingente assaz numeroso para fazer peso na balança do grande pleito de 15 de setembro, contando com a imparcialidade preconizada pelo governo no livre cometimento do voto, é da máxima conveniência, segundo já demonstramos da tribuna, que concorramos às urnas e que elejamos também o nosso representante, mas um representante saído do nosso meio, bastante compenetrado dos seus deveres, do menosprezo e da injustiça de que temos sido vítima, o qual possa pugnar pela nossa causa, defender os nossos interesses e portanto os da pátria (PARTIDO..., 1890, n. 134, p. 2).

Anderson Ferro, representante da subjetividade coletiva daquele partido, defendia as reformas como uma maneira de transformar a conjuntura social herdada do período monárquico. Para isso, não bastava se livrar da “realeza”: todas as instituições que representassem a monarquia deveriam ser destruídas. Essa fala nos remete ao discurso da construção de uma república pura defendido pelo Centro Republicano. Não se trata de nenhuma surpresa, pois é sabido que a república representou, e representa ainda hoje, uma proposta de organização ideal da sociedade, com viés político, social, econômico e cultural, o oposto da monarquia, um governo do povo. Sabe-se também que, apesar do pouco conhecimento da população do período a respeito do que era a república, vários grupos sociais viram, nessa nova forma de governo, a possibilidade de participação política e garantia de direitos. Como exemplo desses grupos, temos os trabalhadores.

Observando esse discurso, percebe-se o desejo de participação política e de luta contra a indiferença social. O primeiro passo para iniciar essa luta seria reunir os “artistas” e formar um grupo forte, coeso; o segundo, concorrer ao pleito de 15 de setembro. De acordo com o excerto citado acima, o Partido dispunha de um grande contingente, que faria “peso na balança do grande pleito” (PARTIDO..., 1890, n. 134, p. 1). Dessa forma, o grupo buscava demonstrar força ao responder aos “insultos” do jornal *A Pátria*, um dos veículos de imprensa do CRC, ligado ao governo provisório.

Ainda sobre essa fala, destacamos a confiança dos operários na imparcialidade do governo na eleição. Ao final do trecho citado, fica claro que o Partido Operário concorrerá às urnas com um representante saído do meio deles, alguém que, de fato, compreendesse quais eram seus deveres e o menosprezo e a injustiça dos quais esses sujeitos foram vítimas. Esse representante deveria defender os interesses da classe. Segundo Montenegro, “O Partido Operário batalhava por 8 horas de trabalho, redução de horas no trabalho de mulheres e crianças, democratização capital e habitação higiênica” (MONTENEGRO, 1980, p. 74).

Apesar da crescente mobilização dos trabalhadores, estes ainda não tinham força suficiente para lançar uma chapa própria, de modo que precisaram compor a chapa do Club Democrático, que se caracterizava como oposicionista ao governo provisório do Ceará, lançando o nome de três candidatos a deputado. Dentre eles, Anderson Ferro.

Viviam os artistas nessa quadra ao sabor dos interesses político-partidários em choques. Cada partido tratava de arregimentar seu bloco operário. Não dispunha a classe operária de quadros dirigentes, nem seus componentes possuíam consciência de classe. Os artistas não eram vistos com simpatia pelas camadas sociais mais altas (MONTENEGRO, 1890, p. 74).

Ao passo que o pleito de 15 de setembro se aproximava, os conflitos entre os antigos monarquistas, operários e republicanos se acirravam ainda mais. Até então, esses conflitos limitavam-se às medidas administrativas do governo provisório e às *práticas letradas*, porém, à véspera da eleição para a Constituinte, materializaram-se e ultrapassaram os discursos presentes nas páginas dos jornais.

De acordo com a edição do dia de 16 de setembro de 1890 do jornal *O Estado do Ceará*, o Partido Operário, à véspera da eleição para a Constituinte, foi vítima da violência do Governo Provisório. O jornal apresentou uma narrativa sobre a desolação e o terror que dominavam a capital. Narrou o episódio em que a “guarda cívica” do Ceará repreendeu bruscamente operários e “diversos cidadãos respeitáveis” que acompanhavam, em passeata, Anderson Ferro até sua casa. A passeata era uma demonstração de apoio ao Partido e, também, uma forma de mostrar ao governo provisório que o eleitorado não “pertencia” somente aos seus candidatos. Abaixo, apresenta-se parte da narrativa desse acontecimento feita pela redação do jornal da União Republicana.

Há dois dias acha-se esta capital sob o domínio da desolação e do terror, qual si a houvera invadido um exército inimigo.
[...]

Anteontem, 14 de setembro cerca de 1 hora da tarde, uma multidão de operários, tendo terminado uma sessão pública, na sala de suas reuniões ordinárias, à rua Formosa, saíram para acompanhar seu presidente até a residência d’este, como o tinham feito em todos os dias anteriores. Diversos cidadãos respeitáveis, cortesmente, incorporaram-se à passeata, com o intuito, natural na véspera de um dia de eleição, de mostrar as simpatias públicas que os cercavam e de animar o povo para o pleito do dia seguinte.

No momento em que a multidão, já um tanto rarefeita, penetrava na praça do Ferreira, pela rua da Alegria, caiu bruscamente sobre ela uma numerosa força da guarda cívica. Sem preceder intimação, nem proibição alguma, os soldados, de reflex desembainhados, começaram a espancar brutalmente o povo, ouvindo-se, ao mesmo tempo, a detonação de alguns tiros, partindo os primeiros do lado da força, e sendo de pólvora seca, para aterrar o povo. A’ imobilidade do primeiro momento, causada pela surpresa do ataque, sucedeu o ardor excitado pela necessidade da defesa; e alguns dos populares, que levavam revólveres, dispararam-nos sobre a

força. Houve tiroteio, durante alguns minutos, ficando feridos pelos reflexos muitos homens do povo e a bala dois ou três soldados (GRAVES..., 1890, p. 2).

Esse acontecimento foi abordado pelos três principais jornais do período: *Cearense*, *O Estado do Ceará* e *Libertador*. Cada um desses construiu uma narrativa e compartilhou com os “(e)leitores”²¹ sua interpretação sobre os fatos. Cardoso (2009) fez uma breve análise dos discursos relacionados a tal episódio presentes nos jornais mencionados. De um lado, os grupos opositores utilizaram o ocorrido como forma de depreciar o governo provisório e os membros do Centro Republicano Cearense, apoiadores do Cel. Antonio Ferraz. De outro, o Centro Republicano Cearense tentou justificar a violência praticada contra os “artistas” e demais cidadãos que se juntaram à passeata, alegando que se tratava de um movimento que ameaçava a “ordem pública e a integridade de algumas autoridades” (CARDOSO, 2009, p. 68).

Segundo o trecho destacado, a passeata ocorrida à véspera da eleição era algo comum entre os membros do dessa organização, que costumavam acompanhar o presidente do partido até sua residência. Naquele dia em especial, contudo, esse ato tinha um objetivo: encorajar a população a participar do pleito do dia seguinte.

Também é importante observar o discurso do Centro Republicano e do Governo Provisório sobre o fato ocorrido. O excerto de discurso a seguir foi publicado no jornal *Libertador*.

O público desta cidade passou anteontem pelo vexame e tristeza de assistir ao deponente espetáculo dado pelos inculcados chefes da oposição ao Governo Republicano e testemunhou a louca perversidade com que o despeito desses indivíduos atentou contra a ordem pública, o sossego e tranquilidade das famílias e até contra a vida dos cidadãos, cujas pessoas tornaram-se objeto de seu ódio e rancor mais entranhado (AS OCURRENCIAS..., 1890, p. 2).

Esta é apenas uma amostra da enorme publicação referente ao acontecimento do dia 14 de setembro. Para os *centristas*²², os culpados do infeliz episódio foram os chefes oposicionistas. O discurso culpa principalmente o Conselheiro Rodrigues Junior, alegando que este teria manipulado e influenciado os trabalhadores a atentar contra a ordem pública. Segundo a publicação, o Partido Operário constituía-se como um forte núcleo de apoio ao Club Democrático.

²¹ (FERNANDES, 2006, p. 58).

²² Membros do Centro Republicano Cearense e do Governo Provisório.

Na mesma publicação, após culpar os oposicionistas, há uma narrativa do evento, obviamente muito diferente daquela presente no jornal *O Estado do Ceará*, pois este jornal estava entre aqueles que faziam oposição ao governo. Como resultado dessa passeata, que, segundo o *Libertador*, teria como objetivo a deposição do governador coronel Ferraz e a aclamação do conselheiro Rodrigues Junior como novo governador, o jornal divulgou os nomes de dois mortos: o guarda cívico Francisco Sergio de Carvalho e a criada Francisca Maria da Conceição, que transitava no momento do confronto. Os dois foram mortalmente feridos “por bala de revólver”.

Cada um dos grupos abordou o 14 de setembro de forma a ser favorecido. A narrativa é cheia de detalhes, e sua leitura permite, inclusive, imaginar algumas cenas. O movimento, que, segundo os centristas, caracterizava um golpe, contou com a participação de aproximadamente 400 (quatrocentas) pessoas, das quais, 150 (cento e cinquenta) eram artistas/operários, e o restante pertencia a outras classes e curiosos. Para o Governo Provisório e o Centro Republicano, os operários não passavam de massa de manobra dos antigos chefes monarquistas e, por vezes, eram tratados como ingênuos.

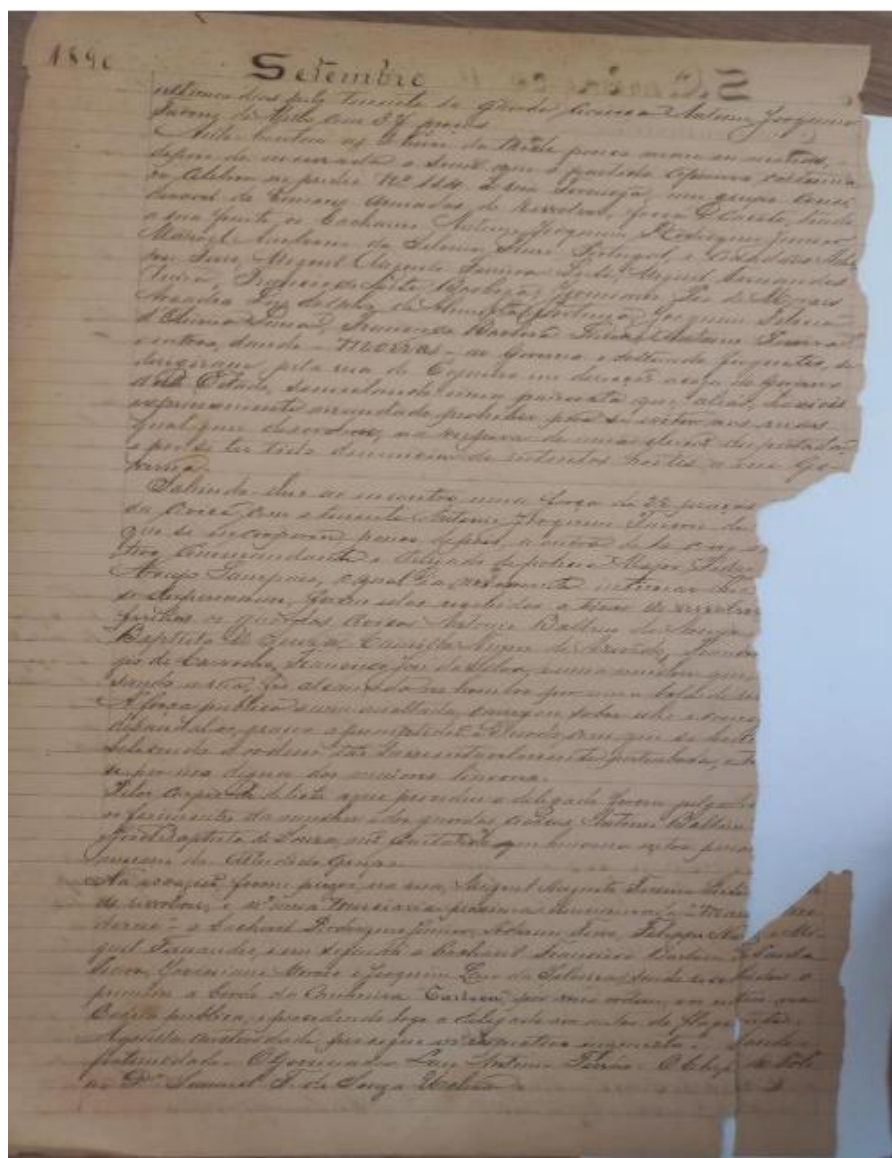
Abordando o que foi registrado no *Cearense*, que servia de porta-voz do Partido Operário na imprensa, destacam-se as denúncias a respeito das prisões durante o movimento sobre o qual se discute aqui. Entre os presos, estavam alguns candidatos da chapa Club Democrático/Partido Operário, sendo eles: Anderson Ferro, Conselheiro Rodrigues Junior, Dr. Francisco Barbosa de Paula Pessoa e Miguel Augusto Ferreira Leite. Nas edições seguintes, o jornal comentou o 14 de setembro e denunciou as fraudes eleitorais e a arbitrariedade do governo cearense. Faz-se importante destacar que o jornal, após o confronto e as prisões dos líderes da facção que representava, passou duas semanas sem circular, voltando a ser publicado no dia 28 de setembro.

A fim de encontrar um registro oficial sobre as prisões dos sujeitos citados pelo jornal *Cearense*, fomos à procura, no Arquivo Público do Ceará, do Livro de Presos da Chefatura de Polícia do Estado do Ceará, do ano de 1890. Direccionamos o nosso olhar aos meses de setembro, em que ocorreu a passeata e o confronto entre a chapa Club Democrático/Partido Operário e a Guarda Cívica do Ceará, e os meses subsequentes (outubro, novembro e dezembro), visando encontrar registro dessas prisões. Constatamos que não havia registro algum, e acreditamos que esse “silenciamento” oficial tenha sido proposital.

Dando prosseguimento à procura de algum documento do Governo do Estado do Ceará que houvesse tratado desse acontecimento, localizamos uma mensagem do Secretário da Chefatura de Polícia do Ceará, Manoel de Souza Garcia, ao Governo provisório. A

mensagem está no Livro de Correspondência da Chefatura de Polícia com o Governo Provisório do Ceará, do ano de 1890. Infelizmente, o documento está em péssimo estado de conservação e, por isso, não conseguimos ler a mensagem em sua totalidade. Segue abaixo a imagem do documento.

Figura 4 - Mensagem da Chefatura de Polícia do Ceará ao Governo Provisório (1890)



Fonte: Fotografia da autora. Manuscrito de página do Livro de Correspondência da Chefatura de Política com o Governo Provisório do Ceará, de 16 de setembro de 1890, consultado no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), com sede na Rua Senador Alencar, nº 348, Centro, Fortaleza. Parcialmente legível.(ARQUIVO PÚBLICO DO CEARÁ, 1888-1892)

No documento acima, há um breve relato do ocorrido em 14 de setembro de 1890. A mensagem descreve como iniciou a passeata e revela que o grupo, liderado por bacharel Antônio Joaquim Rodrigues Junior, Miguel Augusto Ferreira Leite e outros, deu moral ao Governo e soltou foguetes. Essa narrativa foi utilizada pelo jornal *Libertador*, que acrescentou mais elementos, a fim de mostrar que se tratava de um movimento golpista e violento.

Sob uma atmosfera otimista, de fortes expectativas de maior participação social e, em última instância, de participação política, as quais resultariam em melhores condições de trabalho e qualidade de vida, os trabalhadores/operários/artistas, no Ceará, buscaram logo ocupar o espaço que a República prometia. Entre antigas oligarquias e republicanos positivistas, esses sujeitos se dividiram e formaram suas alianças.

A análise aqui conduzida permitiu identificar que, dentre as organizações de trabalhadores existentes no período abordado, o Partido Operário ganhou maior destaque ao insistir na disputa por uma vaga na Constituinte e enfrentar o autoritarismo do Governo Provisório. Percebem-se os vínculos entre esse partido e o Club Democrático como estratégias para a conquista de espaço na conjuntura política em questão. Contudo, não cabem, nessa relação, os rótulos de submisso e dominado, dada a existência de interesses de ambos os grupos. O Partido Operário precisava, de alguma forma, exprimir suas demandas, e isso foi possível a partir das conexões com grupos que, muito antes, já ocupavam um espaço político.

Logo no primeiro ano da nova forma de governo, esses trabalhadores tornaram-se protagonistas do evento que tornou mais que evidente o autoritarismo e a capacidade repressiva da República recém-proclamada. O 14 de setembro de 1890, no Ceará, mostrou que o horizonte de melhorias para as classes trabalhadoras não estava tão próximo assim. Esse episódio fez parte do drama do processo eleitoral para a Constituinte de 1891.

As discussões a respeito da preparação para o pleito de 15 de setembro ocuparam um grande espaço na imprensa cearense. No capítulo seguinte, último desta pesquisa, abordaremos parte dessas discussões e os desdobramentos que levaram Antônio Pinto Nogueira Accioly à administração do Governo do Ceará, após a aliança entre o Centro Republicano Cearense e a União Republicana.

4 “PELA REPÚBLICA E PARA A REPÚBLICA, SERÃO OS NOSSOS ESFORÇOS (...)”²³: TENSÕES NA IMPRENSA E A HEGEMONIA DO PACTO OLIGÁRQUICO

Após a abordagem do contexto político cearense pré e pós-proclamação da República e as primeiras discussões sobre a construção do mais novo templo democrático da América, realizada no primeiro capítulo, foi compreendida a reorganização das antigas facções políticas cearenses, com ênfase na fundação da União Republicana, da qual tratamos no segundo capítulo. Nesse momento de nossa narrativa, buscamos apresentar os conflitos, travados na imprensa, motivados pelo pleito de 15 de setembro de 1890, onde foram eleitos representantes da população cearense para compor a Constituinte de 1891. Somado a isso, levando em consideração as agitações ocorridas no governo federal, dissertamos sobre a breve administração do General Clarindo de Queiroz e sua violenta deposição. Por último, apresentamos a aliança entre Nogueira Accioly e João Cordeiro, que resultou na fundação do Partido Republicano Federalista. Neste último capítulo, constatamos que os anos entrópicos no Ceará corresponderam ao período de 1890 a 1892, chegando ao fim com a administração de Cel. Bezerril Fontenele e Nogueira Accioly, em meados de 1892, configurando o primeiro governo estável do Ceará após a proclamação da República. Eleitos indiretamente pelo Congresso Estadual, esses sujeitos representavam, respectivamente, uma parcela daqueles que, logo após o 15 de novembro, defenderam a construção de uma República pura, sem interferência das antigas forças políticas e do poder das antigas facções liberais do Ceará. Nessa conjuntura, Accioly potencializou sua influência política e, em seguida, instaurou sua oligarquia.

4.1 “(...) Que todos concorramos às urnas cientes e conscientes do nosso dever, da nossa missão como cidadãos de um país livre”²⁴: As Eleições para a Constituinte de 1890

O debate sobre o processo de alistamento eleitoral e a preparação para o pleito de 15 de setembro de 1890 surgem nos jornais estudados por esta pesquisa em março, complementando as discussões a respeito da elaboração do projeto de Constituição. Os grupos políticos que anteriormente se denominavam liberais ou conservadores colocavam em prática

²³ A REPÚBLICA. **A República**, ano. I, n. 1, Fortaleza, 09 abr. 1892, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=801399&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 05 jan. 2023.

²⁴ ELEIÇÃO. **Cearense**, ano XLIV, n. 206, Fortaleza, 14 set. 1890, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=Instruir%20%c3%a9%20construir&pagfis=22966>. Acesso em: 5 ago. 2022.

suas estratégias, a fim de reunir condições mínimas para concorrer a vagas no Congresso Constituinte. Enfrentar os candidatos apoiados pelo Centro Republicano Cearense e o Governo Provisório seria tarefa simples, pois estes defendiam a construção de uma República pura, sem a interferência das antigas forças políticas saídas das ruínas da monarquia.

Durante o mês de março, os jornais se limitaram a divulgar a data de início dos trabalhos da Comissão Distrital, incumbida de realizar a qualificação eleitoral. Esses trabalhos iniciariam em 7 de abril de 1890, quando poderiam se alistar aqueles que soubessem ler e escrever e fossem maiores de 21 anos. Ao alertar sobre o início da data de alistamento, os jornais também indicavam os cidadãos que estavam prestando esse serviço.

Após o início do alistamento, iniciam também as considerações dos grupos opositores ao Governo do Coronel Ferraz. O mais contundente em suas críticas foi o Club Democrático, pois, como já tratamos em capítulo anteriores, a União Republicana ensaiava uma aproximação do Governo Provisório e do Centro Republicano Cearense, apresentando uma certa oscilação nos discursos. No entanto, durante o período em que a *Gazeta do Norte* circulou, no primeiro semestre de 1890, representando apenas os liberais liderados por Nogueira Accioly, identificamos críticas a respeito do alistamento eleitoral, ressaltando o caráter arbitrário e violento do primeiro processo eleitoral da República.

Um dia após o início do alistamento eleitoral, a *Gazeta do Norte* apresentou a insatisfação dos antigos liberais acciolinos com o regulamento eleitoral. Os autores do regulamento haviam se empenhado em excluir o elemento popular, e o Governo provisório havia se dedicado ao plano antidemocrático de criar divisões, formando um partido oficial, além de fomentar ódios e intrigas locais.

Se, porém, essas violências são apenas o prologo, se o governo está disposto a consumir, no alistamento e na eleição, o plano ambicioso e audaz de confiscar as liberdades populares em favor de mesquinhos interesses pessoais, - certo esteja que há de encontrar-nos pela frente. Unidos todos os bons cidadãos, sem divergência de antigos matizes nem lembrança de passados antagonismos, unidos todos aceitaremos o combate com a tirania.

Pode der doce a liberdade, se é apenas um dom; mas conquista-la, no sacrifício e na luta, essa é a doçura suprema, o mais glorioso triunfo (ALISTAMENTO..., 1890, p. 2).

As violências tratadas pelo jornal foram a intolerância partidária e o uso da força policial para intimidar os cidadãos que estavam passando pelo processo de qualificação eleitoral. A *Gazeta do Norte* recebeu alguns telegramas que relatavam a arbitrariedade da comissão distrital. Em um dos telegramas, o cidadão informa que requereu alistamento, em

petição, com assinatura e data reconhecida por tabelião, mas a comissão recusou o pedido, exigindo que ele lesse e escrevesse na presença dela.

O parágrafo único do artigo 22 do regulamento eleitoral, promulgado pelo Decreto nº 200-A, de 8 de fevereiro de 1890, dizia:

Art. 22. O cidadão que se julgar nas condições leais de ser qualificado poderá requerer o seu alistamento à comissão. Parágrafo único. No caso de requerimento, a letra da firma e data lançada neste será reconhecida por qualquer escrivão ou tabelião (BRASIL, 1890).

Dessa forma, a atitude praticada pelo cidadão que requereu seu alistamento em petição está de acordo com o regulamento eleitoral e não tinha motivos legais para ser recusado. No trecho acima, há um posicionamento firme e uma declaração de combate à tirania. De acordo com esse discurso, todos os grupos políticos existentes desde o Império estariam unidos com o objetivo de conquistar a liberdade. Nesse contexto, a liberdade, para esses grupos, seria a possibilidade de eleição de seus candidatos para a Assembleia Constituinte.

O jornal *Cearense*, também a respeito do alistamento eleitoral, apresentou, no número 77 do dia de abril de 1890, uma publicação com o título *Alistamento eleitoral*. Nessa publicação, o redator denunciou a parcialidade com a qual estava sendo realizado o alistamento, tratando da inclusão indevida de alguns eleitores e a exclusão de outros.

A parcialidade com que se está fazendo o alistamento eleitoral na infeliz freguesia da Porangaba, as portas desta capital, denota o rebaixamento dos nossos costumes, pervertidos nos tempos do Império e não corregidos ainda pela República; denota o plano de falsear o alistamento pela inclusão fácil, até mesmo indevida de uns e pelos embaraços e exclusão calculada de outros.

Para execução desse plano, que já denunciámos, foi que demitiram-se e nomearam-se autoridades policiais; que se eliminaram vereadores substituindo-os por intendentes; que se aumentou enormemente a força de polícia; que criaram os nossos 7 ministros o famigerado Centro Republicano com as suas juras e seus esconjuros; que pregoa-se a doutrina de não ser lícito votar nos chefes dos antigos partidos; embora estes tenham aderido ao regime republicano!

(...)

Pela corrupção e compressão desacreditou-se e caiu a monarquia; pelos mesmos processos intentam nossos ministros de desacreditar a república!

(...)

Neste propósito todos os cidadãos que tiverem os requisitos legais devem requerer às juntas seu alistamento; recorrer contra as decisões infringentes da lei; protestar contra as irregularidades do processo; reunir elementos e provas para exclusão dos incapazes e para responsabilidade criminal das juntas prevaricadoras.

(...)

A república organiza-se, pelo voto é que o cidadão faz sentir sua intervenção mais eficaz nos negócios públicos, e por isso desistir desse direito é além de grave falta uma miserável inépcia (ALISTAMENTO..., 1890, p. 1).

Nesse discurso, como já dito, o Club Democrático denuncia o falseamento do alistamento e compara as ações do regime republicano às ações da monarquia, o que acabava por desacreditar as Repúblicas no Ceará. Diante dos esforços para garantir a eleição dos candidatos do Governo, tais ações consistiam em: dificultar o alistamento do eleitorado simpatizante aos antigos partidos monarquistas e angariar votos para os centristas, concedendo título àqueles que não reuniam os requisitos para ter direito ao voto; na exoneração e nomeação das autoridades policiais; e na divulgação de que votar nos chefes dos antigos partidos seria contra os princípios republicanos, por mais que esses aderissem à nova ordem.

Preocupado com a conjuntura desfavorável, o grupo liderado por Rodrigues Junior clama aos cidadãos que fiscalizem e denunciem as fraudes, protestem contra irregularidades e juntem provas, pois era um dever cívico colaborar com a lisura do processo de alistamento eleitoral, e a indiferença política, nesse contexto, seria um crime. Se a situação estava assim às portas da capital, no interior deveria estar muito pior.

Com a aproximação do pleito de 15 de setembro, as denúncias e acusações passam a ser ainda mais recorrentes e a dividir espaço com as propagandas das chapas. Ao passo que o *Libertador*, órgão oficial do Governo Provisório e representante do Centro Republicano Cearense, apresentava a incompatibilidade entre o novo regime e os antigos políticos monarquistas e “ameaça” aqueles que fizessem propaganda desses políticos e insuflassem a população contra o Governo, o Club Democrático e os liberais acciolinos buscavam firmar alianças e persistiam em demonstrar as contradições da República no Ceará.

A respeito das ameaças realizadas pelo Governador provisório Coronel Ferraz, o *Cearense* relatou um episódio no qual seu redator principal recebeu a visita do chefe de polícia, Sr. Dr. Samuel Felipe de Souza Uchôa, a fim de fazer-lhe advertências sobre uma notícia que tratava de intrigas dentro do exército. Essa notícia havia desagradado ao Coronel Ferraz, que enviou uma correspondência ao chefe de polícia solicitando que este fizesse o redator do *Cearense* entender que o Governo, em favor dos interesses da ordem pública, estava disposto a impedir explorações caluniosas (ENERGICAMENTE, 1890, p. 1).

Esta atitude provocou uma manifestação popular de apoio à imprensa do Ceará. Foi realizada uma passeata que, segundo o *Cearense*, contou com a participação de mais de quatro mil pessoas. A passeata partiu da Sociedade beneficente Popular 20 de abril, dirigiu-se à residência do Conselheiro Rodrigues Junior e, a seguir, foi em direção à casa do Comendador Accioly. Este acontecimento foi narrado como uma grande festa patriótica a

favor da liberdade. O movimento, realizado em 10 de junho de 1890, partiu das classes operárias, e isso foi muito bem explorado pelos líderes políticos opositores, ao enfatizarem que se tratava de uma manifestação surgida diretamente do povo. Desse modo, o 10 de junho tornou-se uma data memorável na história do Ceará.

O Conselheiro Rodrigues saudado em sua residência pelo povo, sendo que por essa ocasião foram pronunciados diversos discursos, respondeu saudando por sua vez o povo cearense cujas nobres qualidades tomou altamente salientes, repetindo após cada discurso e continuamente a multidão em altos brados:

Viva o povo brasileiro.

Viva o povo cearense.

Viva o generalíssimo Deodoro.

Viva o exército e armada nacional.

Viva os revolucionários de 15 de novembro.

Viva a Imprensa livre.

Igual cena reproduziu-se na residência do Comendador Accioly (...) (MANIFESTAÇÃO, 1890, p. 1)

A *Gazeta do Norte* também apresentou sua narrativa sobre a manifestação, acrescentando detalhes. Abordou o ocorrido como um ensinamento patriótico. Já o *Libertador* não fez publicação alguma a respeito, limitando-se a publicar uma declaração oficial do governador, na qual esclarecia não ter decretado ou autorizado medida alguma contra os jornais e a livre discussão dos seus atos (DECLARAÇÃO..., 1890, p. 2).

No trecho destacado do *Cearense*, é possível perceber que os líderes dos antigos grupos liberais, apesar de protestarem contra a administração do Ceará, saldavam à República. Pois estes, entendendo que o novo regime seria consolidado, e não havendo possibilidade de restauração da monarquia, já decadente antes do golpe, buscavam apresentar-se como defensores da República.

Em 24 de julho, com a proximidade das eleições de 15 de setembro, o Club Democrático, em seu jornal, sob a epígrafe “Jam proximus ardet Ucalegon”, fala mais uma vez sobre a eleição dos representantes ao Congresso Nacional. Essa exclamação foi empregada para designar perigo iminente. Durante o período que vai de abril a setembro, a imprensa cearense opositora persiste nesse discurso.

Lembramos que, no mês de julho de 1890, as facções liberal e conservadora, chefiadas por Nogueira Accioly e Barão de Aquiraz, convertidas ao republicanismo, firmaram aliança e fundaram a União Republicana. Assim, a *Gazeta do Norte* sai de circulação e, em seu lugar, começa a ser publicado o jornal *O Estado do Ceará*, congregando as ideias dos dois grupos que, durante o Império, eram virais.

No dia 07 de agosto, o *Centro Republicano* faz a publicação de uma mensagem ao eleitorado, apresentando os nomes dos cidadãos que compõem a chapa da agremiação. A chapa consubstanciava, segundo o discurso publicado no *Libertador*, as aspirações democráticas do Estado e inspirava-se nos intuitos dignos que determinaram a revolução gloriosa que instituiu a República. Seguem, abaixo, os nomes dos candidatos que representavam o Centro Republicano:

PARA SENADORES

Major Joakim de Oliveira Catunda, professor do Liceu e da Escola Militar do Ceará, residente na Fortaleza.

Major Manoel Bezerra de Albuquerque Junior, professor da Escola Militar do Ceará, residente na Fortaleza.

Bacharel Theodoro Carlos de Faria Souto, advogado, residente na Capital Federal.

PARA DEPUTADOS

Major José Ferreira Bizerril Fontenelle, engenheiro, professor da Escola Militar do Ceará, residente na Fortaleza.

Major Alexandre José Barbosa Lima, engenheiro, professor da Escola Militar do Ceará, residente em Fortaleza.

João Lopes Ferreira Filho, jornalista e professor do Liceu do Ceará, residente em Fortaleza.

Capitão José Bevilacqua, oficial de Artilharia, residente na Capital Federal.

Doutor Frederico Augusto Borges, advogado, residente em Sapucaia, Rio de Janeiro.

Bacharel Justiniano de Serpa, jornalista e professor do Liceu do Ceará, residente em Fortaleza.

Doutor José Avelino Gurgel do Amaral, advogado, residente na Capital Federal.

Bacharel Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos, advogado, residente na Fortaleza.

Bacharel Manoel Coelho Bastos do Nascimento, advogado, residente na Barbalha.

Martinho Rodrigues de Souza, advogado e professor da Escola Normal do Ceará, residente na Fortaleza (A PÁTRIA..., 1890, p. 2).

O Centro Republicano demonstrava certeza do acolhimento fervoroso dessa chapa e confiava no triunfo no pleito que se aproximava. A vitória do partido republicano no Ceará representaria a consolidação da República e o valor do povo cearense em confraternização com o exército nacional, assim como no dia 16 de novembro de 1889, quando do advento da República no Ceará. A confiança na vitória dos seus candidatos denotava um jogo de cartas marcadas aos oposicionistas.

Assim como o Centro, o Club Democrático e a União Republicana também apresentaram seus candidatos. A chapa do Club Democrático contava com a participação de membros do Partido Operário, o qual admitia que, naquele contexto, ainda não reunia elementos suficientes para o triunfo de uma chapa em que só figurassem operários/artistas. Assim, os seguintes nomes foram apresentados: Para senadores – Barão de Sobral, Conselheiro Antonio Joaquim Rodrigues Junior e Dr. José Cardoso de Moura Brazil; Para deputados – General José Clarindo de Queiroz, Coronel João Nepomuceno de Medeiros

Mallet, Miguel Augusto Ferreira Leite (artista), Dr. Leonardo Chaves de Mello Rastisbona, Antonio Ribeiro do nascimento e Silva, Dr. Francisco Babosa de Paula Pessoa, Jorge Ayres de Miranda, Dr. Raymundo de Farias Brito, Anderson Ferro (artista) e Dr. Alvaro Caminha Tavares da Silva.

O Club Democrático e a União Republicana disputavam candidatos. Os senhores Barão de Sobral, Clarindo de Queiroz e Moura Brazil são exemplos de nomes que figuravam nas duas chapas, mas foram mantidos naquela que representava o Club Democrático. A União Republicana apresentou dificuldades para compor seu grupo de representantes para o pleito de 15 de setembro. Na seção “Opinião”, do número 26 de *O Estado do Ceará*, foi redigido um breve texto informando que os antigos partidos políticos de Sergipe, liberal e conservador, uniram-se em oposição ao governo daquele estado e organizaram uma chapa única contra a oficial. O conagraçamento entre os grupos foi tratado pelo jornal como uma atitude patriótica. Acreditamos que, diante das dificuldades em encontrar representantes, a União Republicana tinha interesse em compor chapa única com o Club Democrático.

A agremiação fundada por Nogueira Accioly e Barão do Aquiraz apresentou os seguintes candidatos: Para senadores – Barão do Aquiraz, Bacharel Antonio Pinto Nogueira Accioly e Bacharel Leonardo Bezerra Monteiro; Para deputados – Bacharel Manoel Ambrosio da Silveira Torres Portugal, Bacharel Virgílio Augusto de Moraes, Dr. Joaquim Bento de Souza Andrade, Dr. Ildefonso Correia Lima, Bacharel Joaquim Felício de Almeida Castro, Bacharel Gonçalo de Almeida Santo, Dr. Helvecio Monte, Bacharel Francisco Fernandes Vieira, Bacharel Francisco de Assis Bezerra de Menezes e Dr. Francisco Sá.

Durante os primeiros dias do mês de setembro, o governador Coronel Ferraz expediu ordens de intimação e prisão àqueles que fizessem propaganda contra o Centro Republicano, para cujo fim enviou contingentes de soldados para o interior do estado. Segundo o jornal *O Estado do Ceará*, os centristas e o Governo Provisório queriam simular um pleito disputado até as vias de fato.

Às vésperas da eleição, os dois maiores grupos oposicionistas fizeram seu último apelo aos eleitores. O Club Democrático dedicou quase toda a primeira página do número 206, de 14 de setembro de 1890, às considerações sobre a responsabilidade dos eleitores na construção de uma República que, de fato, colocasse em prática seus princípios. Fizeram apontamentos a respeito do sufrágio universal, desta vez posicionando-se a favor. Além disso, apresentaram e comentaram mais alguns abusos cometidos pela administração do Ceará, apontando o Coronel Ferraz e João Cordeiro como os grandes responsáveis pelas fraudes e violência.

Amanhã, 15 de setembro, tem o corpo eleitoral nomear os senadores e deputados, que há de representar o Ceará no 1º Congresso dos Estados Unidos da República do Brasil, ao qual serão cometidas além das atribuições ordinárias do poder legislativo, a missão especial de exprimir a vontade nacional acerca da Constituição publicada pelo decreto nº 510 de 22 de junho último, bem como para eleger o Presidente e Vice-Presidente da República.

(...)

Cumpra, portanto, que todos concorramos às urnas cientes e conscientes do nosso dever, da nossa missão como cidadãos de um país livre (ELEIÇÃO, 1890, p. 1).

É interessante notar que, no trecho acima, o jornal dá destaque às responsabilidades que os senadores e deputados eleitos assumirão. Dentre elas, a mais importante para o processo de institucionalização da República, está “a missão especial de exprimir a vontade nacional acerca da Constituição(...)” (ELEIÇÃO, 1890, p. 1). Diante de tantas atribuições delegadas aos representantes dos estados, os eleitores deveriam nomear aqueles que, de fato, representassem o Ceará. Essa seria uma missão de grande magnitude.

Consideramos importante recordar, neste momento, que um dia antes do pleito, o Partido Operário, junto a outros nomes que representavam os partidos oposicionistas, protagonizou um evento marcado pela violenta repressão da Guarda Civil do Ceará. A depender de quem construiu a narrativa sobre o corrido, poderia se tratar de uma tentativa de golpe contra o governador Coronel Ferraz ou uma passeata de demonstração de apoio ao Partido Operário, o que, segundo os jornais *Cearense* e *O Estado do Ceará*, era algo comum entre os membros dessa organização, que costumavam acompanhar o presidente do partido até sua residência. Sobre isso já tratamos no capítulo anterior.

Pelo que tudo indica, o pleito do dia 15 ocorreu dentro do planejado pelo Governo provisório. Na imprensa, durante os dois dias seguintes à passeata ou tentativa de golpe, as narrativas sobre este ocorrido persistiam. Sobre a eleição, *O Estado do Ceará*, no dia 16 de setembro, ao continuar a narrativa da repressão violenta à passeata, informou que a União Republicana, assim como os outros partidos oposicionistas, havia decidido abster-se, pois consideravam impossível uma eleição diante daquelas condições. Porém, essa resolução não havia sido comunicada para fora da capital. Segundo o jornal, a eleição ocorreu, e raros eleitores compareceram às seções (GRAVES..., 1890, p. 2).

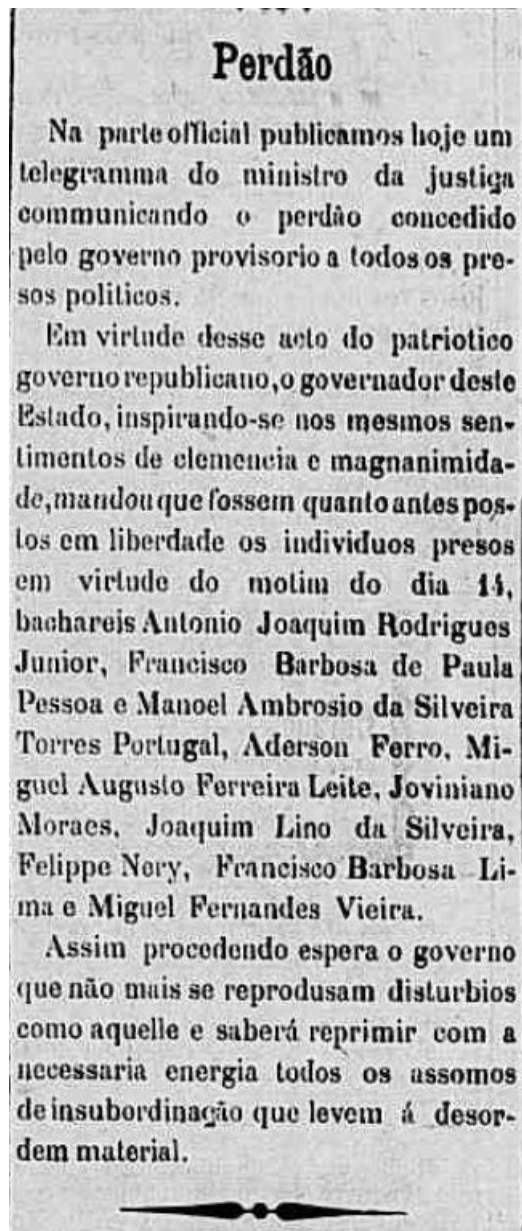
O Libertador, refutando tudo aquilo que *O Estado do Ceará* disse, apresentou outra justificativa para abstenção dos partidos oposicionistas na capital. “A liga minú-aquiraz, a que *O Estado* chama, por escárnio à República, *união republicana*, abstendo-se do pleito, fê-lo, não em virtude dos acontecimentos do dia 14, mas porque teve vergonha de pleitear a eleição com meia dúzia de eleitores” (OS ACONTECIMENTOS..., 1890, p. 2). De encontro ao que

foi relatado pelo *O Estado do Ceará*, o *Libertador* descreveu o dia 15 de setembro como um dia de tranquilidade absoluta e regularidade do pleito. As narrativas divergentes de grupos que disputam o poder não são novidade para a história política do Brasil, no entanto, analisá-las contribui para o melhor entendimento das estratégias desses grupos na luta por soberania ou manutenção do capital político no contexto em estudo.

A cobertura da apuração dos votos foi realizada, inicialmente, pelo jornal do Centro Republicano que também era órgão oficial do Governo, em 17 de setembro. *O Estado do Ceará*, nesta mesma data, declarou não ter notícia sobre a contabilização dos votos, pois os telégrafos estavam trancados para a União Republicana. Já o *Cearense*, jornal do Club Democrático, após o 14 de setembro, só voltara a circular no dia 28 do mesmo mês. Acreditamos que esse hiato na circulação do *Cearense* foi provocado pela prisão do seu redator chefe, Antônio Joaquim Rodrigues Junior, apontado como o grande responsável pela tentativa de deposição do governador provisório, o Coronel Luiz Antônio Ferraz.

Além de Rodrigues Junior, como já havíamos abordado no último tópico do segundo capítulo, operários/artistas e alguns outros candidatos representantes da chapa Club Democrático/Partido Operário também foram presos. Também ocorreu a prisão do candidato representante da União Republicana, o Bacharel Manoel Ambrosio da Silveira Torres Portugal. Após o Governo Provisório Nacional enviar um telegrama autorizando a restituição da liberdade dos presos políticos, o governo do Ceará publicou uma nota informando a concessão do perdão aos sujeitos presos em decorrência do 14 de setembro, a qual pode ser observada abaixo:

Figura 5 - Perdão concedido aos presos políticos



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Esta mensagem foi publicada no dia 25 de setembro de 1890, no número 218 do jornal *Libertador*. No dia seguinte, *O Estado do Ceará* registrou a restituição da liberdade desses sujeitos e o retorno do Conselheiro Rodrigues Junior ao Ceará, pois estava preso no Rio de Janeiro (OS PRESOS, 1890, p. 2). Após o retorno do seu redator chefe e líder do Club Democrático, o *Cearense* volta a circular e apresenta sua narrativa sobre o movimento de 14 de setembro.

A vitória da chapa do Centro Republicano Cearense foi anunciada em 3 de outubro, quase 20 dias após a eleição de deputados e senadores ao 1º Congresso da República do Brasil. Os representantes eleitos foram: senadores Major Joaquim de Oliveira Catunda, Major Manoel Bezerra de Albuquerque Junior e Bacharel Teodoreto Carlos de Faria Souto; deputados Martinho Rodrigues, Justiniano de Serpa, Major Alexandre J. Barbosa Lima, Major Jose Freire Bezerril Fontenelle, João Lopes Ferreira Filho, Doutor José Avelino Gurgel do Amaral, Capitão José Bevilaqua e Manoel Coelho Bastos (STUDART, 1924, p. 19).

Diante de tal resultado, os jornais oposicionistas reforçaram o discurso relacionado às fraudes, que já vinha sendo compartilhado diariamente desde o início da qualificação eleitoral, em abril. Apesar de não modificarem em nada o resultado da eleição, esses discursos serviam para alertar à população sobre as contradições do novo regime no Ceará. Ao Congresso Nacional, iriam apenas os republicanos puros, aqueles que, após o advento da República, assumiram a missão de regenerar a sociedade cearense.

Tudo que foi narrado até agora ocorreu durante o governo provisório do Coronel Luiz Antonio Ferraz, que foi nomeado governador após João Cordeiro recusar o cargo e indicá-lo. A indicação se deu com base na ideia de ter o batalhão à disposição da República no Ceará, caso houvesse uma contrarrevolução. Após a justificativa, Aristides Lobo enviou uma carta informando a nomeação de Ferraz, conforme solicitado por João Cordeiro. Levando em consideração que os acontecimentos abordados nos capítulos anteriores e neste tópico contemplam, de certa forma, aquilo que o governo do Coronel Ferraz representou para a imprensa cearense, no tópico seguinte, falaremos de forma concisa do seu governo e daremos maior atenção à administração do General Clarindo de Queiroz e sua deposição.

4.2 “(...) Há de chegar as plagas do Ceará um dos seus filhos ilustres Sr. General José Clarindo de Queiroz (...)”: Florianistas vs Deodoristas e a Ascensão da Família Pompeu Accioly

O Governo do Coronel Luiz Antonio Ferraz foi marcado por uma atmosfera de anseios, conflitos e grandes mudanças. Sua administração foi acusada inúmeras vezes de executar medidas arbitrárias e violentas. A exemplo, citamos a eleição para a Constituinte, que foi abordada no tópico anterior, além das medidas que competiam à mudança de regime. Ferraz não tomava decisões sozinho, ao seu lado estava um dos maiores republicanos do Ceará, aquele que tinha maior prestígio perante os republicanos históricos, João Cordeiro. Este ocupou vários cargos durante o governo provisório. Foi 1º vice-governador, ministro da fazenda, superintendente de socorros públicos e, como já mencionamos anteriormente, não foi

o governador provisório porque considerou mais seguro ter um militar à frente da administração do Ceará durante os primeiros momentos, a fim de garantir a segurança da recém-nascida República brasileira.

Os oposicionistas consideravam que João Cordeiro era quem realmente governava o estado do Ceará. O jornal *Cearense* se referia a algumas atitudes do governo provisório como “cordeiradas”. Segundo Antônio Sales (1995), “João Cordeiro, secretário da fazenda, era de fato quem governava” (SALES, 1995, p. 91). No pleito de 15 de setembro, ele foi eleito senador pelo estado do Ceará.

O Governo de Coronel Ferraz cumpriu um papel importante para a ditadura do governo provisório nacional e para os republicanos positivos, que defendiam que a República deveria ser dotada de um Poder Executivo forte, ou passar por uma fase mais ou menos prolongada de ditadura. Garantiu, de primeiro momento, que as antigas oligarquias cearenses ficassem longe dos primeiros passos para a institucionalização da República. Em meio a denúncias de fraude e violência, assegurou a eleição da chapa republicana. Segundo Parsifal Barroso, apesar das contingências que marcaram o seu exercício, Cel. Luiz Antônio Ferraz “envidou todos os esforços para a implementação do primeiro Governo republicano no Ceará, procurando superar as contingências decorrentes da mudança de regime” (BARROSO, 1984, p. 20).

Em 05 janeiro de 1891, Ferraz licenciou-se por 60 dias para tratamento de saúde, em 29 de janeiro embarcou para Pernambuco e, em decorrência da doença, veio a falecer em 10 de fevereiro de 1891. A notícia da sua morte chegou ao Ceará via telegrama. O libertador publicou diversas mensagens dos clubes republicanos do interior do Ceará como demonstração de pesar, reconhecendo que se tratava de uma grande perda para o legítimo partido republicano cearense. Dos jornais oposicionistas abordados por nossa pesquisa, apenas *O Estado do Ceará* fez uma pequena menção à morte do Coronel Ferraz.

Por telegrama que publicamos na seção competente, tivemos a notícia do falecimento do Coronel Luiz Antonio Ferraz, Governador deste estado. Fomos oposicionistas ao seu governo, mas por isso não deixaremos de lastimar essa perda, sensível para o exército brasileiro ao qual prestou o ilustre morto relevantes serviços.
À ilustre família do finado os nossos pêsames (CORONEL..., 1891, p. 2)

Antes mesmo da morte do Coronel Ferraz, então governador do Ceará, João Cordeiro, 1º vice-governador, assumira a administração do estado durante o período de licença solicitado por Ferraz. Após a exoneração de João Cordeiro, o segundo vice-governador,

Benjamin Liberato Barroso, assumiu o cargo até a nomeação do general Clarindo de Queiroz para governador do Ceará, pelo Governo Federal, em 24 de abril.

A situação política dos estados estava diretamente ligada à situação política nacional. O grupo que o presidente apoiasse ficaria na administração dos governos estaduais. A exoneração de João Cordeiro do cargo de governador se deu pelo fato deste fazer oposição a Barão de Lucena, tradicional político monarquista, que havia sido convocado por Deodoro da Fonseca, presidente eleito e empossado em 25 de fevereiro de 1891, para ocupar o ministério. Consequentemente, João Cordeiro fazia oposição ao governo de Deodoro.

Analisando os jornais, identificamos um discurso de boas-vindas ao novo governador do Ceará. O Club Democrático, agremiação liderada pelo Conselheiro Rodrigues Junior, manifestou, em seu discurso, publicado no número 88 do *Cearense*, de 28 de abril de 1891, a satisfação com a nomeação do General José Clarindo de Queiroz para governador de sua terra natal.

Hoje, segundo está anunciado, há de chegar as plagas do Ceará um dos seus filhos ilustres Sr. General José Clarindo de Queiroz nomeado, ultimamente, governador do Estado.

Saudando afetuosamente a S.Exa. a quem vista da terra natal há de despertar as recordações imperecíveis dos primeiros anos, quase sempre risonhas, e ao mesmo tempo a gravidade do encargo que vai tomar aos ombros, desejamos não suscitar, hoje, a S. Exa. Se não impressões e sentimentos agradáveis ou prazenteiros.

(...)

Cearense ilustre, uma de vossas glórias será a regeneração da terra dos nossos maiores tão pobre, tão abatida, tão aviltada.

Nesse generoso empenho haveis de nos ver ao vosso lado esforçada, sincera e lealmente, se não – não -, perseguimos, sem discrepância, na senda que nos traçamos e na qual esperamos preservar, com o auxílio de Deus, para seguridade da nossa consciência de homem, de cidadão e de cearense (NOVO Governo..., 1891, p. 2).

No trecho acima, percebemos o entusiasmo do Club Democrático diante da nomeação de Clarindo de Queiroz, dando saudação afetuosas e falando das boas recordações que a terra natal poderia despertar. De acordo com o discurso completo, a grande missão do novo governador seria regenerar e reorganizar a sociedade cearense, que fora vítima de um desgoverno que vinha cometendo abusos e assaltando o tesouro do estado havia 16 meses.

Para o grupo comandado por Rodrigues Junior, o ex-governador Coronel Ferraz e o seu 2º vice-governador, o major Benjamin Liberato Barroso, foram prejudicados pela astúcia e falácia dos politiqueiros civis, e Clarindo de Queiroz deveria tomar cuidado com esses politiqueiros. Ainda sobre o esse discurso, acreditamos que, para o Club Democrático, um desses politiqueiros civis seria João Cordeiro, pois, em números anteriores do jornal

Cearense, apresentou conflitos diretos com o primeiro vice-governador do governo provisório. Para este grupo, as péssimas condições nas quais se encontrava o estado era resultado das “cordeiradas”.

A mudança de ministério realizada por Deodoro causou grande impacto no Ceará. Minou o Centro Republicano Cearense, fazendo com que seus membros entrassem em conflito, pois havia opiniões divergentes com relação ao novo ministério. Como exemplo de impacto na política cearense, destacamos que o General Clarindo de Queiroz, durante o processo de eleição para constituinte, fez parte da chapa do Club Democrático como candidato a deputado. Lembramos que esse grupo político congregava parte dos antigos políticos liberais monarquistas do Ceará.

A União Republicana, por meio d’*O Estado do Ceará*, também fez um discurso de boas-vindas à Clarindo de Queiroz, informando-lhe a situação do estado. Segundo a agremiação, “A república ao Ceará apenas fez uma coisa destruir tudo, sem nada edificar. Os serviços estão todos desorganizados” (NOVO..., 1891, p. 2). Diante de um cenário tão desfavorável, herdado da ditadura do governo provisório cearense, a administração do novo governador seria muito trabalhosa. Assim como o grupo liderado por Rodrigues Junior, os ex-políticos liberais chefiados por Nogueira Accioly se colocam à disposição para o processo de regeneração da sociedade cearense.

A 6 de maio de 1891, na instalação do primeiro Congresso Constituinte do Ceará, Clarindo de Queiroz apresentou sua mensagem aos membros do Congresso Constituinte.

Venho colocar sob vossa guarda os destinos do Ceará. Cearense, amantíssimo desta terra que me foi berço e a meus antepassados, julgo-me supremamente feliz de, no cumprimento de meu dever, estar convosco ao iniciardes o estudo da lei basilar de nosso Ceará.

Instado par avir administrá-lo no melindroso momento de sua organização definitiva, não pude esquivar-me á aceitação do honroso e pesado encargo.

(...)

A vosso elevado critério venho submeter, para servir de base a vosso estudo e deliberação, o projeto de constituição formulado por meu ilustre antecessor, o benemérito coronel Luiz Antonio Ferraz, de saudosa memória.

(...)

No curtíssimo período de meu governo não pude habilitar me a dar-vos conta dos atos praticados no ciclo revolucionário de 16 de Novembro de 1889 até o presente. Não vim a tempo de preparar relatório dos diversos ramos de serviços públicos, necessário a vossas discussões. Mas ministrar-vos-ei, dentro de possível brevidade, quaisquer esclarecimentos ou informações de que, no decurso de vossas deliberações, tenhais necessidade.

Podeis contar com minha franca, leal e inteira coadjuvação (MENSAGEM..., 1891, pp.30-31).

Nesta mensagem do Gal. Clarindo de Queiroz, lida por ele mesmo no Congresso, onde, segundo os jornais da época, uma multidão se fazia presente, o então governador apresentou o projeto de constituição elaborado pelo Cel. Ferraz e fez algumas observações com relação ao texto que aguardava a avaliação e aprovação dos deputados. Ele externou a felicidade de estar na administração Ceará e se colocou à disposição para esclarecimentos. A primeira constituição estadual foi promulgada em 16 de junho do mesmo ano.

Durante governo de Clarindo de Queiroz, os jornais, que outrora faziam oposição ao governo provisório, não apresentaram as denúncias e críticas diárias que marcaram o ano de 1890, no Ceará. Desta forma, compreendemos que o governador deodorista contava com o apoio de algumas antigas facções políticas cearenses, a saber, o Club Democrático. Não conseguimos encontrar os números do *Libertador* que circularam após a nomeação do novo governo, mas sabemos, a partir da bibliografia e dos demais jornais do período, que o referido jornal deixou de ser a folha de expediente do governo estadual e, junto ao jornal *O Estado do Ceará*, fez oposição à administração do General Clarindo (SOUZA, 1940).

No contexto nacional, o presidente Mal. Deodoro da Fonseca, por não ter uma base sólida no congresso nacional, o que lhe era desfavorável, decretou que fosse fechado o congresso em 3 de novembro de 1891. Implementou um regime de governo centralizado, caracterizando uma tentativa de golpe. Sob o argumento de preservar a ordem e a estabilidade do país, Deodoro desrespeitou os princípios fundamentais da República recém-instaurada.

As motivações por trás disso são complexas e variadas. Alguns historiadores apontam para o receio de Deodoro diante da possibilidade de perder o poder e a influência política. Outros argumentam que o marechal, influenciado por tendências autoritárias, acreditava que o governo centralizado seria mais eficiente para enfrentar os desafios e as divisões que afligiam o país naquele momento.

Esse golpe de Deodoro contra a Constituição foi noticiado em toda a imprensa brasileira. No número 231, de 6 de novembro de 1891, o *Cearense*, na matéria *Dissolução do Congresso Federal*, publicou o telegrama circular recebido por todos os governadores e presidentes dos estados, informando sobre o decreto de dissolução. Segue, abaixo, o telegrama:

O presidente da República dos Estados-Unidos do Brasil, tendo em consideração o que nesta data expões em Manifesto ao País, decreta:

Art. 1º - Fica dissolvido o Congresso Nacional eleito em 15 de setembro de 1890.

Art. 2º. – E' convocada a Nação para, em época que ulteriormente se fixará, escolher novos representantes.

Art. 3º. – O Governo expedirá para esse fim um Regulamento eleitoral, assegurado ao País plena liberdade nessa escolha.

Art. 4º. – O novo Congresso procederá á revisão da Constituição de 24 de fevereiro deste ano nos pontos que serão indicados no Decreto de convocação.

Art. 5º. – Essa revisão em caso algum versaria sobre as disposições constitucionais que estabelecem a forma republicana federativa e a imobilidade dos direitos concementes á liberdade e segurança individua.

Art. 6º. – Revogam-se as disposições em contrário.

O Ministro de Estado dos Negócios do Interior assim o faça executar.

Capital Federal, em 3 de novembro de 1891, 3º da República.

Manoel Deodoro da Fonseca

Tristão d'Alencar Araripe, Ministro do Interior (EM DISSOLUÇÃO, 1891, p. 2).

Na matéria, o *Cearense* diz não ter sido surpresa esse decreto, pois já era conhecida a divergência entre as câmaras e o poder executivo. Segundo o jornal, não houve manifestação de desgosto por parte da população, pois o Congresso Federal não representava a vontade nacional. Porém, o Mal. Deodoro havia violado o §4º do artigo 1º das disposições transitórias da Constituição Federal, onde estava prescrito que o Congresso eleito não podia, em hipótese alguma, ser dissolvido, voltando, assim, a ditadura do regime provisório.

Por meio de um manifesto circular dirigido ao povo brasileiro, o presidente da República justificou o golpe apelando para o patriotismo dos brasileiros, dizendo que o fez em nome da democracia e da liberdade, para que fossem eleitos os verdadeiros representantes do povo. Para Deodoro, o congresso constituinte que havia sido eleito era uma ameaça ao regime republicano, uma vez que se manifestou contra sua vitória pacífica, levantando contra ele espírito faccioso (MANIFESTO, 1891, p.2).

Dias após o golpe, em 23 de novembro, pressionado pela Revolta da Armada, Deodoro renunciou ao cargo de presidente, e Floriano Peixoto assumiu seu lugar. Com essa mudança no cenário político nacional, os governos estaduais também sofreram alterações. Clarindo de Queiroz, que era deodorista, estava com seus dias contados na administração do Ceará.

Ao assumir o cargo de presidente, Floriano dirigiu ao país um manifesto explicando a causa da renúncia de Deodoro. Neste mesmo manifesto, ele enalteceu o regime republicano, anulou o ato de 3 novembro, através do qual foi dissolvido o congresso nacional, garantiu os direitos constitucionais e pediu o apoio de todos para que, juntos, pudessem trabalhar pelo progresso (MANIFESTO, 1891).

Ao deixar o cargo de presidente, o Marechal Deodoro da Fonseca fez um pronunciamento ao povo brasileiro. Abaixo, seguem trechos do telegrama com o pronunciamento, publicado na seção *Telegramas* do jornal *O Estado do Ceará*.

Brasileiros.

Ao sol de 15 de novembro de 1889 dei-vos com meus companheiros d'armas uma pátria e descortinei-lhes novos e grandiosos horizontes, dignificando-a engrandecendo-a aos olhos dos povos todos do mundo.

(...)

Circunstancias extraordinárias, para as quais não concorri perante Deus o declaro, encaminhavam os fatos a uma solução excepcional e não prevista.

Julguei conjurar tão temerosa crise pela dissolução do Congresso, medida que muito me custou tomar, mas de cuja responsabilidade não me eximo.

As condições em que nestes últimos dias porém se acha o país, a ingratidão daqueles por quem mais me sacrifiquei e o desejo de não deixar atear a guerra civil em minha cara pátria aconselham-me a renunciar (...) (TELEGRAMA, 1891, p. 2).

Deodoro iniciou recordando a proclamação da República, em 15 de novembro, ressaltando que ele, junto aos companheiros da armada, fora o grande responsável por dar, ao povo brasileiro, uma pátria. Tornando o Brasil grande aos olhos do mundo. Para a dissolução do Congresso, deu como justificativa sua crença de que as tensões políticas travadas entre ele e o Congresso prejudicavam o processo de construção da República, considerando a centralização do poder uma atitude mais assertiva para o momento. Tudo em prol do bem da pátria. Deodoro não se isenta do erro e renuncia à presidência.

Após Floriano assumir a administração da República e solicitar a destituição de todos os governos simpatizantes do seu antecessor, Clarindo de Queiroz ainda continuou alguns meses no poder, sendo deposto, com muita resistência, apenas em 17 de fevereiro de 1892. Apesar da adesão do governador do Ceará ao governo de Floriano, declarada no “manifesto que os oficiais de terra e mar haviam publicado, datado de 21 de dezembro e com qual prestavam a sua inteira adesão à moção de completo apoio à República Federativa (...)” (SOUZA, 1940, p. 250), Floriano não perdoou os governos estaduais que haviam apoiado o golpe de Deodoro e solicitou a deposição de Clarindo de Queiroz.

No final da tarde do dia 16 de fevereiro de 1892, objetivando a deposição do então governador do Ceará, Gal. José Clarindo de Queiroz, a Escola Militar e as forças do exército, em um ataque repentino, bombardearam o palácio do governo, onde se encontrava o governador e alguns dos seus secretários de governo. Houve resistência, e o governador deodorista reagiu com o corpo de segurança pública. Segundo Eusébio de Sousa (1940):

O saudoso Barão de Studart, em artigo inserto na “Revista do Instituto do Ceará” (tomo XII, 1.º Trim., 1898) comentando o número de pessoas mortas na “explosão de ódios” que foi a deposição do general José Clarindo, diz que o vulgo é amigo do maravilhoso, se deixa seduzir pelo grande, e, pois, não era difícil encontrar então quem avaliasse em 20, 30, 50, ou mais, o número delas. Aqui, ouvia-se contar que, pela madrugada, rodava em lúgubre cadência um carro escoltado por alunos, e dentro se viam empilhados muitos cadáveres, que iam a enterrar-se escondidamente; ali, segredava alguém haver ouvido de um coveiro que só ele ajudara a dar sepultura a 35 cadáveres (SOUZA, 1940, p. 259).

Na manhã do dia seguinte, após uma batalha intensa que, de acordo com a citação acima, ocasionou a morte de inúmeros homens, o general, sem saída, rende-se. Vinte dias após a sua deposição, Clarindo de Queiroz dirigiu um manifesto à nação.

Na grande crise por que passa atualmente a Nação Brasileira, quando, sob pretexto de restabelecer-se a Constituição Federal, promove-se a anarquia em todos os Estados, desviando-se a força armada do papel a que é destinada, para implantar o despotismo em todo o país e derramar o sangue do povo, entendi que era meu dever defender o Ceará, constituído em Estado autônomo, a cujos destinos me achava ligado pelo solene compromisso.

(...)

Com a maioria governei e com ela cai, se por ventura cair – ceder diante da força, da violência, efetiva e descomunal, com evidente impossibilidade de levar por diante a resistência.

(...)

Enquanto tive forças lutei e só reconheci me vencido quando o palácio do governo ameaçava desabar por cima do povo, arrombadas as paredes e balas de artilharia (STUDART, 1924, p. 46-47).

Ao render-se, o Gal. Clarindo de Queiroz passa o governo para o comandante da Escola Militar, o Cel. José Bizerril Fontenelle, que, na mesma data, passou o governo para o vice-governador, o Major Benjamim Liberato Barroso. Em 12 de maio de 1892, Benjamim Liberato Barroso renunciou ao seu mandato. O Cel. José Bezerril Fontenele assumiu a direção do Ceará em 12 de julho, quando foi eleito indiretamente pelo Congresso do Ceará, cargo que ocupou até 1896.

Vimos que as mudanças na conjuntura política nacional influenciaram fortemente a organização político-administrativa do Ceará. João Cordeiro, considerado um grande republicano, foi afastado da administração do estado ainda no governo de Deodoro, por não concordar com a substituição do ministério, que seria chefiado por Barão de Lucena, um velho político monarquista e ligado às oligarquias rurais. O posicionamento de João Cordeiro causou conflitos dentro do Centro Republicano Cearense, pois havia aqueles que apoiavam Deodoro. O choque de interesses dentro da agremiação terminou por causar a sua cisão.

Ainda como resultado da mudança de ministério, destacamos a nomeação do general Clarindo de Queiroz, que havia sido candidato, pela chapa do Club Democrático, a deputado na eleição para a composição do 1º Congresso da República do Brasil. Acreditamos que esse vínculo justifica a aproximação e o apoio dessa agremiação ao governo do Ceará. Outras alterações em âmbito nacional se deram, no início de 1892, após uma “explosão de ódios”, com mais uma substituição no governo do Ceará, quando o Coronel Bizerril Fontenele foi nomeado governador por Floriano Peixoto.

Diante dessas alterações e aparentes reorganizações dos grupos políticos, no tópico seguinte, abordaremos a cisão do Centro Republicano Cearense e a construção do Partido Republicano Federalista do Ceará, fruto da união do Centro Republicano Cearense e da União Republicana. A partir disso, pretendemos compreender como se deu a montagem da máquina político-partidária acciolina.

4.3 “Arrasadas, assim, as barreiras que, por ventura separam os dois arraiais, *O Centro e a União Republicana* deliberam constituir-se em um só partido – *Republicano Federalista*”²⁵: Nogueira Accioly e o Pacto Oligárquico no Ceará

Com a oposição de João Cordeiro ao ministério de Barão de Lucena e ao presidente Mal. Deodoro da Fonseca, em 1891, os deputados Martinho Rodrigues e Justiniano de Serpa e o senador Joaquim Catunda cindiram com o Centro Republicano Cearense. Em consequência dessa cisão, começou a circular, no cotidiano cearense, o jornal *O Norte*, sob a direção de Martino Rodrigues, Justiniano de Serpa e Gonçalo de Lagos. Esse jornal passou a publicar o expediente do governo de Clarindo de Queiroz.

Não utilizamos esse jornal em nossa pesquisa, mas procuramos perceber a aproximação do Centro Republicano Cearense e da União Republicana por meio do *O Estado do Ceará* e da literatura existente, uma vez que não localizamos números significativos do *Libertador* referentes ao ano de 1891. Para entendermos melhor o motivo da cisão do Centro Republicano Cearense, utilizamos o trecho do jornal *O Norte*, publicado no nº 232, de 07 de novembro de 1891, do jornal *Cearense*. Segue o trecho:

O partido republicano cindiu-se aqui no Estado porque intendiam uns que deviam guerrear ao governo da República e também porque queriam se opor á recepção do General Clarindo de Queiroz, delegado então do governo federal; intendiam outro que deveriam prestar apoio ao governo do fundador da república e receber benevolamente o general cearense (POLÍTICA..., 1891. p. 2).

No trecho, os redatores do jornal *O Norte* e ex-membros do CRC justificam sua saída da agremiação e, conseqüentemente, a cisão do Partido Republicano que era conduzido pelo governo provisório e pelo Centro Republicano Cearense. Para eles, os republicanos não

²⁵ AOS NOSSOS concidadãos. **A Republica**, Fortaleza, ano I, n. 01, 09 de abr. de 1892, p.01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=801399&pagfis=1>. Acesso em: 05 jan. 2023.

deveriam fazer oposição ao governo federal, principalmente àquele que havia sido o grande proclamador da República, o responsável pela revolução.

Analisando os números do jornal *O Estado do Ceará* do ano de 1891, encontramos uma publicação do dia 08 de abril de 1891, na qual o jornal apresentou o Gal. Clarindo de Queiroz como novo governador do Ceará e falou sobre a exoneração de João Cordeiro e do Major Benjamim Liberato Barroso.

Vale ressaltar que, do ano da proclamação da República até a deposição do governador Clarindo de Queiroz, o Centro Republicano Cearense e a União Republicana entravam constantemente em conflito por meio dos seus jornais. Porém, após parte do CRC se declarar oposição ao governo, os conflitos entre essas agremiações diminuíram, pois a agremiação já não possuía o mesmo prestígio do qual gozava durante o governo provisório e, assim, não conseguia fazer frente às críticas dos adversários. Por vezes, o CRC até mesmo silenciava perante atitudes do governo que atingiam os companheiros que escolheram continuar seguindo João Cordeiro.

A arrogância de ontem transformou-se no mais covarde servilismo.
Como que já se acha em dissolução um partido tão forte e numeroso, que contra todos os elementos dos antigos partidos reunidos, segundo apregoavam, chegou a eleger, quase por unanimidade de votos, todos os senadores e deputados ao congresso, deputados à assembleia do Estado
()
Partido de ocasião, partido de governo, sem simpatia da opinião, partido formado de elementos heterogêneos, sem ideias preconcebidas (...) (EM DISSOLUÇÃO, 1891, p. 2)

No trecho acima, o jornal da União Republicana fala sobre a dissolução do partido republicano no Ceará. Um partido tão forte que, no pleito de 15 de setembro 1890, elegeu todos os senadores e deputados para o 1º Congresso da República do Brasil, bem como os deputados da assembleia estadual. Apesar da força do grupo que representava o governo, tal situação já era esperada, pois era um partido de ocasião, formado pouco tempo antes da proclamação da República, sem apoio da população cearense e com elementos heterogêneos. Essa heterogeneidade foi o que causou a cisão do grupo. Enquanto João Cordeiro discordava das mudanças realizadas por Deodoro e fazia oposição ao seu novo ministério, outros, como Martinho Rodrigues e Justiniano de Serpa, optaram por manter o apoio ao generalíssimo, aquele que havia iniciado a revolução.

Como resultado da dissolução do Centro Republicano Cearense, surgiram dois grupos. Os dissidentes ficaram conhecidos como *maloqueiros* e apoiaram o governo de Clarindo de Queiroz, que fora nomeado por Deodoro para governador do Ceará. Aqueles que

permaneceram no Centro, pois compartilhavam das ideias de João Cordeiro, foram apelidados de *cafinfins* (MONTENEGRO, 1980, p. 69).

No seu nº 199, de 14 de abril de 1891, *O Estado do Ceará*, na matéria *Em oposição*, deu a notícia de que o Centro Republicano Cearense, por meio do seu órgão de imprensa, o *Libertador*, declarou fazer oposição ao governo. Segundo *O Estado do Ceará*, o CRC, a partir daquele momento, sentiria o peso da opressão que eles mesmos já haviam praticado contra seus opositores. O jornal tratou esse fato com ironia.

Pelo seu órgão na imprensa declarou-se, ontem, em franca oposição ao governo o Centro Republicano, que 17 meses governou discricionariamente este estado.

(...)

Para os colegas ainda não chegaram as demissões em massa, as perseguições a negação da justiça, as prisões com fim eleitoral, os desejos de fuzilamento, o ataque as liberdades individuais, e tantas outras que foram postas em prática contra os que se aventuravam a criticar somente a marcha que levava o governo deste estado.

Incontestavelmente nada há de mais perfeito na criação do que “um dia depois do outro”.

O que ontem merecia aplausos dos colegas, é hoje motivo das mais severas censuras.

Como estão mudados os tempos!

(...)

Inebriados no gozo do poder, não se dignavam lançar olhos de desconfiança para o futuro, que viam eternamente cor de rosas.

Com a imprevidência das crenças limitam hoje a atroar os ares com lamentações, porque lhes chegou o castigo merecido pelas travessuras que fizeram.

(...)

Nada é perpétuo n’este mundo (EM OPOSIÇÃO, 1891, p. 2).

No trecho acima, a União Republicana cita algumas das formas de opressão praticadas contra os seus membros pelo governo republicano do Ceará e pelo próprio Centro Republicano. Segundo a publicação, o estado político de um indivíduo não é para sempre. Quem ontem era “situação” e aplaudia os atos do governo, hoje se limita às lamentações. Os tempos haviam mudado. Estavam sendo castigados por aquilo que fizeram aos antigos grupos políticos cearenses.

Enquanto o Centro Republicano se declarava opositor ao governo de Clarindo de Queiroz, a União Republicana mostrava, em seu jornal, apoio ao governo estadual, noticiava as atividades oficiais do governo e fazia uma ampla defesa do governador. Tudo leva a crer que a posição das duas agremiações havia se invertido, mas não por muito tempo. Após perceber que esse governo, assim como o anterior, também não daria oportunidade de aproximação das decisões administrativas, a União Republicana logo volta ao seu lugar de oposição. Tentar entender a posição dessas agremiações e de seus jornais é algo bem difícil, pois se demonstravam inconstantes.

No golpe de Deodoro, em 3 de novembro de 1891, alguns jornais cearenses se posicionaram contra o golpe e a favor da Constituição, que, por sinal, havia sido desrespeitada. Ainda no mesmo mês, Floriano Peixoto deu um contragolpe, assumindo a presidência, e foi amplamente apoiado. Aguardava-se, então, a saída do governo estadual deodorista e a nomeação do novo governador, o que veio a acontecer entre os meses de fevereiro e agosto de 1892.

Com a deposição do Gal. Clarindo de Queiroz, o último bastião deodorista no Ceará, na manhã do dia 17 de fevereiro de 1892, a direção do governo estadual passa para as mãos do Cel. José Freire Bezerril Fontenele, membro do Centro Republicano Cearense, que ficou à frente da administração do Ceará de 1892 a 1896.

Nesse contexto de mudança de governo em âmbito nacional e local, com a ascensão de Floriano Peixoto à presidência da República, os *cafinfins*, grupo liderado por João Cordeiro, que continuou a conduzir o Centro Republicano, passam a ser prestigiados. Esse grupo passou a fazer composição com a agremiação liderada por Nogueira Accioly e Barão de Aquiraz, dois antigos políticos que, após a proclamação da República, firmaram aliança e se desvencilharam de antagonismos políticos do período monárquico para buscar inserção na nova conjuntura.

A respeito das circunstâncias políticas que levaram a essa aproximação, não encontramos fontes e nem bibliografia suficiente. Os números dos jornais *Libertador*, *O Estado do Ceará* e do *Cearense* disponíveis na Biblioteca Nacional Digital correspondem somente até o ano de 1891, deixando uma lacuna relacionada aos antecedentes da fusão entre os “novos” e “antigos”. Como resultado da união entre o Centro Republicano Cearense e a União Republicana, surge, no Ceará, o Partido Republicano Federalista e o jornal *A República*. Devido às limitações relacionadas às fontes de nossa pesquisa, utilizaremos o jornal *A República* como o principal vestígio desse período que corresponde ao início do processo de consolidação dos tradicionais grupos políticos advindos do período monárquico no poder, sob a égide da nascente República.

9 de abril. - Publica-se em Fortaleza A República, órgão político. Pertencia a uma sociedade anônima denominada- Ceará-Libertador. Foi o resultado da fusão do Libertador e do Estado do Ceará, órgãos do Centro Republicano e da União Republicana. Principiou a publicar-se à Rua do Major Facundo, n. 54, passando-se depois para a Rua Senador Alencar, de onde mudou-se para a Rua Boa Vista ou Floriano Peixoto n. 55 (STUDART, 1924, p. 52).

O jornal *A República* iniciou suas atividades em abril de 1892 e assumiu caráter partidário desde os primeiros números. Nascido sob a chancela republicana, teve sua redação em Fortaleza. De circulação diária, sua impressão saía da mesma tipografia onde anteriormente se imprimia o *Libertador*. O jornal foi o porta-voz do recém-fundado Partido Republicano Federalista.

O espaço editorial de maior expressividade do jornal *A República* foi a coluna que leva o nome do periódico. Chama a atenção por seu conteúdo eminentemente político. Nela, eram discutidas as ideias que permeavam o conjunto da folha, construindo um discurso de adesão às diretrizes que remontavam à proclamação da República. Nesse aspecto, é possível fazer uma análise da sociedade cearense naquele momento, ainda que limitada pelos olhares de um determinado grupo. No caso, aquele ligado a Accioly. A redação do jornal não se restringia ao Ceará. O Jornal seguia a mesma lógica de abordagem de conteúdo do jornal *O Estado do Ceará*.

A primeira página do primeiro número de *A República* foi dedicada exclusivamente para tratar da união entre as duas agremiações, União Republicana e Centro Republicano, e seus jornais, *O Estado do Ceará* e *Libertador*. Abaixo, seguem alguns trechos do manifesto do Partido Republicano Federalista.

O Centro Republicano Cearense, instituído nos dias de propaganda pela República, e a União Republicana, organizada em seguida á **revolução**[grifo meu] de 15 de Novembro, foram levados pela força dos acontecimentos á mesma arena de combate, ao mesmo campo de ação, na defesa dos sagrados direitos conferidos aos cidadãos brasileiros pela constituição, que firmou a confederação dos Estados Unidos do Brasil.

Animadas dos mesmos sentimentos de amor da pátria e dignidade cívica, as duas agremiações políticas regulares do Estado empenharam se com igual convicção e esforço no glorioso prélio travado em prol dos sãos princípios consagrados na lei basílica da República, (...).

Arrasadas, assim, as barreiras que, por ventura separam os dois arraiais, *O Centro* e a *União Republicana* deliberam constituir se em um só partido – *Republicano Federalista* - congregando em torno de sua bandeira todos os bons cearenses, cujo patriotismo ainda não se tenha arrefecido e para os quais a causa da União e do Estado esteja acima de quaisquer preocupações de egoísmo.

Não se trata de uma aliança efêmera, inspirada por interesses de momento, mas de uma organização definitiva e permanente (AOS NOSSOS..., 1892, p. 1).

Por meio do manifesto, os chefes das duas agremiações divulgaram o motivo da fusão, que foi a união pela defesa dos direitos dos cidadãos brasileiros garantidos pela Constituição. Segundo o jornal, o Partido Republicano Federalista congregava todos aqueles que se preocupavam com a coletividade, como o bem da União e do Estado. Essa aliança não era algo de momento. Os acontecimentos que levaram a essa decisão foram os já mencionados

anteriormente: Golpe de Deodoro, o contragolpe de Floriano e a deposição de Clarindo de Queiroz.

No segundo capítulo, quando tratávamos das representações de república, feitas pelo CRC, a União Republicana e o Club Democrático, vimos que, enquanto, no *Libertador*, a proclamação da república era tratada como uma revolução, *O Estado do Ceará* se referia a ao evento como um movimento brusco. Já no manifesto do Partido Republicano Federalista, que congregava membros dessas duas agremiações, o movimento de 15 de novembro foi tratado como a revolução. A ideia que eles, os antigos chefes de partidos monárquicos, tinham da proclamação da república mudou de acordo com a posição que ocupavam no cenário político.

Acreditamos que os intelectuais que, inicialmente, fizeram parte desse partido, eram os mesmos que assinaram o manifesto. Seguem os nomes: Barão de Aquiraz, Antonio Pinto Nogueira Acioly, M. Ambrosio da Silveira Torres Portugal, Dr. Helvecio da Silva Monte, Dr. Virgilio Augusto de Moraes, Gonçalo de Almeida Souto, Carlo Felipe Rabello de Miranda, Dr. Ildefonso Correia Lima, João Cordeiro, Manoel Bezzera d'Albuquerque, José Freire Bezerril Fontenelle, Antonio Joaquim Guedes de Miranda, Dr. João Marinho de Andrade, Alexandre José Barbosa Lima, Waldemiro Cavalcanti, Agapito Jorge dos Santos, Francisco Benevolo, Manoel de Oliveira Paiva, Walderimo Moreira e João Lopes Ferreira Filho (AOS NOSSOS..., 1892, p. 1).

O órgão de imprensa do Partido Republicano Federalista, *A República*, fusão do *Libertador* e do *Estado do Ceará*, comprometeu-se a dar continuidade às “tradições gloriosas” das duas folhas, “sagradas ambas pela estima e simpatia públicas” (A REPÚBLICA, 1892, p.1). Esse jornal, que circulou entre os anos de 1892 e 1897, noticiava as atividades do partido e do governo estadual.

Figura 6 - A República, fusão do Libertador e do Estado do Ceará. (1892-1897)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil, Hemeroteca Digital.

Sobre o governo do Cel. Bezerril Fontenelle, segundo BARROSO (1984), Bezerril só assumiu o cargo de governador em agosto de 1892. No seu lugar, quem assumiu as funções de presidente, de julho a agosto, foi o primeiro vice-presidente do Estado, Dr. Antônio Pinto Nogueira Accioly, também eleito, em 12 de julho de 1892, pelo Congresso do Ceará. O governo de Bezerril foi o primeiro governo republicano estável que o Ceará teve, e podemos dizer que foi um pré-acciolismo, período no qual Accioly preparava o cenário político cearense para entrar verdadeiramente em cena e instaurar sua oligarquia.

Como podemos perceber, os novos e os antigos não se uniram apenas em um novo partido, juntos chegaram à administração do Estado. Finalmente, as “raposas velhas”, o que havia restado da monarquia, estavam sendo aproveitadas no novo regime. A construção e a

condução do regime republicano no Ceará estavam nas mãos dos dois grupos, que, nas “trincheiras” da República, travaram uma grande batalha. O sonho de uma república pura não se realizou.

Em pouco tempo, o Partido Republicano Federalista do Ceará conseguiu difundir seus ideais no interior do estado. Novos clubes do partido republicano foram sendo fundados. O discurso político-ideológico do grupo, já dominante no cenário político cearense, sob a liderança de Nogueira Accioly, tinha por objetivo a consolidação de um ideário republicano moderado, somado, sobretudo, à hegemonia da sua oligarquia. Em 1892, Accioly, líder de uma das antigas facções liberais do Ceará, já ocupava uma posição política de extrema importância no processo de construção da República, que culminaria, mais tarde, no período conhecido como Oligarquia Acciolina. Abaixo, podemos observar a mensagem, enviada aos municípios cearenses, recomendando a criação de diretórios filiados ao Partido Republicano Federalista recém-constituído.

Diretório do “Partido Federalista” na Fortaleza, 1 de junho de 1892.

Cidadãos: - Como sabeis, acaba de constituir-se nesta capital, pela fusão dos grandes partidos – “Centro Republicano” e “União Republicana” o “partido republicano federalista”, que tem por órgão, na imprensa, *A República* e cuja a direção se acha confiada aos abaixo assinados.

Certos de que prestareis ao novo partido o mais franco e decidido apoio, lembramos a conveniência de criar-se, desde já, nesse município, um diretório, filiado ao d’ esta capital, o qual reúna, sob uma mesma bandeira, todos os amigos aí residentes, e tome a si o pesado encargo de dirigir a política local.

Da ata da respectiva instalação deveis remeter-nos cópia autêntica, a fim de que, aprovado o mesmo diretório, possa entrar em franca comunicação com o d’ esta capital, com o qual se entenderá diretamente sobre política.

Podeis contar francamente com a nossa dedicação, pois com a mais subli estima e consideração nos subscrevemos.

Vossos amigos e correligionários (DIRETÓRIOS..., 1892, p. 1).

A mensagem acima transmite uma ideia de imposição. Os grupos municipais que pretendessem comandar a política local deveriam, em caráter de urgência, seguir as recomendações do novo partido republicano. A esses grupos, garantiria-se todo o apoio do diretório da capital. Não temos informações a respeito dessa nova reorganização em âmbito municipal, mas acreditamos que os poucos republicanos, aqueles que rapidamente fizeram adesão ao Centro Republicano Cearense logo nos primeiros meses do novo regime e se submeteram a todas as condições dos centristas, com essa aliança entre novos e antigos, perderam espaço para os correligionários de Nogueira Accioly.

Dizemos isso com base na rápida e expansiva inserção da facção liderada por Accioly nos três primeiros anos da República. É possível perceber que João Cordeiro - antigo

abolicionista, homem de negócios e republicano de grande prestígio perante os grandes republicanos históricos e escolhido, em primeiro momento, para ser o governador provisório do Ceará - foi engolido pelas antigas forças políticas. Ao firmar aliança com essa antiga facção liberal, João Cordeiro não se apresentou mais tão atuante no cenário político regional, deixando o comando do Partido Republicano Federalista nas mãos de Accioly.

Em 1892, com a morte do senador Manoel Bezerra de Albuquerque, apoiado pelo Partido Republicano Federalista, João Cordeiro foi eleito para preencher essa vaga no Congresso Federal. Apesar de não mais ocupar um lugar de destaque na condução da República no Ceará, esse renomado republicano cearense seguiu carreira na política nacional, ocupando cargo de senador de 1892 a 1905. Segundo o documento *Apontamentos biográficos de João Cordeiro*, foi um dos homens de grande confiança do Marechal Floriano Peixoto.

O ano de 1892 foi de suma importância para a construção do pacto oligárquico acciolino. Durante esse ano, Nogueira Accioly fundou o Partido Republicano Federalista e presidiu os trabalhos do Congresso Constituinte Estadual, que estava a elaborar a nova Constituição do Estado do Ceará, pois a primeira, elaborada durante o governo de Clarindo de Queiroz, havia sido revogada após a dissolução da Assembleia que a elaborou. Ainda durante o ano de 1892, logo após a promulgação da nova Constituição do Estado do Ceará, em 12 de julho, o Coronel José Freire Bezerril Fontenele foi eleito presidente do Ceará, o primeiro presidente eleito de forma indireta, e Antonio Pinto Nogueira Accioly foi eleito 1º vice-presidente.

Esse período se apresenta na historiografia cearense como o primeiro Governo estável que o Ceará teve após a proclamação da República. O período “entrópico” no Ceará não durou tanto tempo, se compararmos com a situação nacional, que só encontrou estabilidade no governo de Campos Sales, em 1898. Essa estabilidade do Ceará se deu em decorrência da coalizão entre aqueles que permaneceram no Centro Republicano Cearense após o racha e a União Republicana. Com a experiência política derivada do período monárquico, em pouquíssimo tempo, os velhos políticos tomaram a frente da construção da República no Ceará.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização deste trabalho, buscamos identificar quais foram os ideais de república compartilhados pelos grupos de maior destaque no campo político cearense e, sobretudo, perceber as movimentações políticas da facção liberal chefiada por Nogueira Accioly para a estruturação da sua máquina político-partidária, que, ainda durante a primeira década da República, tomaria a frente da condução e construção do novo regime no Ceará. Levando em consideração a vasta produção historiográfica relacionada à oligarquia acciolina (1896-1912), direcionamos a nossa atenção para período de 1889 a 1892, que a antecedeu e foi marcado por intensa agitação política em âmbito nacional e regional/local.

Para fazer a leitura da conjuntura política cearense do ano da proclamação da República e compreender as disputas e articulações políticas realizadas no pós-proclamação, utilizamos os jornais como nossas principais fontes. As narrativas presentes nos jornais *Cearense* (1889-1891), *Gazeta do Norte* (1889-1891), *Libertador* (1889 - 1891), *O Estado do Ceará* (1890 – 1891) e *A República* (1892) nos possibilitaram reconstruir, em nossa própria narrativa, um cenário de disputas e reorganizações políticas testemunhadas pela imprensa. Para nós, a imprensa se apresenta para além de um suporte de memória. Ela registra e difunde discursos e representações que revelam características dos grupos que a têm como uma ferramenta de exercício de poder e inserção social.

A partir das fontes e da bibliografia relacionada ao recorte temático, temporal e espacial da nossa pesquisa, percebemos que, durante o ano de 1889, o Ceará passara por instabilidade político-administrativa, sofrendo com a mudança de presidentes da província e enfrentando as mazelas causadas pela seca. Pouco tempo antes da proclamação da República, havia sido fundada uma agremiação que seria encarregada de liderar o movimento republicano no Ceará, o Centro Republicano Cearense. Acreditamos que a ideia de fundar essa agremiação tenha surgido durante o Congresso Republicano realizado em São Paulo, ocasião na qual João Cordeiro recebeu a missão de verificar, nas capitais do Norte, com quais elementos militares e civis o movimento republicano poderia contar. Diante da iminência da República, o Ceará deveria estar preparado.

A República foi recebida sem resistência, e o governo provisório do Ceará logo foi instaurado. Com a necessidade de construção da nova ordem em âmbito nacional e local, um grupo de intelectuais que se congregava no Centro Republicano Cearense, agremiação política de caráter republicano, fundada meses antes do evento de 15 de novembro, tomou para si a missão de regenerar a sociedade cearense e construir esse novo regime. Essa agremiação

objetivava a construção de uma República pura. Por meio dos seus órgãos de imprensa, *Libertador* e *A Pátria*, fez ampla defesa do governo provisório e divulgou de que maneira esse regime era concebido por seus membros.

Em contrapartida, nesse mesmo cenário político, havia outras agremiações políticas que almejavam se inserir nessa nova ordem e participar da construção do mais novo templo democrático da América, a saber, o Club Democrático e a União Republicana. Esses grupos, que reuniam antigos chefes dos extintos partidos monárquicos e, por meio dos seus jornais, respectivamente o *Cearense* e *O Estado do Ceará*, faziam críticas ao governo provisório republicano, fizeram rápida adesão à nova forma de governo, compartilhavam suas representações de República e apresentavam-se aptos e dispostos a participar do processo de institucionalização do novo regime, organizando chapas para concorrer às vagas no Congresso Constituinte.

Em meio às disputas intraoligárquicas e sob uma atmosfera otimista, de fortes expectativas de maior participação social e, em última instância, de participação política, os trabalhadores/operários/artistas, no Ceará, buscaram logo ocupar o espaço que a República prometia. Entre antigas oligarquias e republicanos positivistas, esses sujeitos se dividiram e formaram suas alianças.

A análise aqui conduzida permitiu identificar que, dentre as organizações de trabalhadores existentes no período abordado, o Partido Operário ganhou maior destaque, ao insistir na disputa por uma vaga na Constituinte e enfrentar o autoritarismo do Governo Provisório. Percebem-se os vínculos entre esse partido e o Club Democrático como estratégias para a conquista de espaço na conjuntura política em questão, dada a existência de interesses de ambos os grupos. Esses trabalhadores, logo no primeiro ano da nova forma de governo, tornaram-se protagonistas do evento que tornou mais que evidente o autoritarismo e a capacidade repressiva da República recém-proclamada. O 14 de setembro de 1890, no Ceará, mostrou que o horizonte de melhorias para as classes trabalhadores não estava tão próximo assim.

Dos grupos que compuseram a conjuntura política cearense dos três primeiros anos da República, ressaltamos a atuação da União Republicana, fruto da aliança entre antigos chefes políticos dos partidos monárquicos liberal e conservador - Nogueira Accioly e Barão de Aquiraz, respectivamente. Esses chefes políticos, outrora adversários, uniram-se com o objetivo de somar forças para permanecer em cena. A partir da leitura e análise de alguns números do *Estado do Ceará*, observamos que este grupo construía, em suas páginas, uma república com base nos costumes, tradição política advinda da monarquia e valorização das

tradições religiosas. Para os sujeitos que faziam parte dessa agremiação política, a nova forma de governo deveria ser instaurada sem movimentos bruscos, seguindo o curso natural das coisas.

Após travar inúmeros embates, por meio das práticas letradas, com o Centro Republicano Cearense e ensaiar aproximações, a União Republicana, que tinha à frente Antônio Pinto Nogueira Accioly, aproveitou o momento de instabilidade político-administrativa da transição de regimes e firmou nova aliança com os centristas que se mantiveram ao lado de João Cordeiro após a cisão do Centro Republicano, causada pela divergência de opinião sobre a mudança de ministério durante o governo de Deodoro. Dessa nova aliança, surgiu o Partido Republicano Federalista.

Seguindo o fluxo da dinâmica política nacional, no Ceará, com a deposição de Clarindo de Queiroz e a nomeação de Bezerril Fontenele para governador, feita por Floriano Peixoto, o grupo de João Cordeiro voltou à administração do Estado, mas, dessa vez, acompanhado pelo grupo de Nogueira Accioly, que tomou o controle da situação de imediato. Accioly dirigiu os trabalhos do Congresso Constituinte Estadual, foi eleito 1º vice-presidente do governo de Bezerril Fontenele e chefiou o Partido Republicano Federalista do Ceará. Durante os anos que antecederam a sua oligarquia, Accioly montou sua máquina político-partidária.

Apesar de a República ter contado com a participação das velhas oligarquias em seu momento inicial e, diante disso, não apresentar grandes mudanças na estrutura política do país, acreditamos que a proclamação do novo regime faz parte de uma revolução lenta, na qual nosso país ainda está a viver. Compartilhamos do pensamento do historiador Sergio Buarque de Holanda, quando disse que “A grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século” (HOLANDA, 1995, p. 171).

A narrativa apresentada buscou abordar as agitações políticas no Ceará diante do advento e início do processo de instauração da República, almejando perceber, principalmente, os eventos, alianças e batalhas políticas, testemunhados e vivenciados pela imprensa cearense, que antecederam à consolidação do pacto oligárquico acciolino. Evidenciamos que Nogueira Accioly conseguiu alcançar a República e contrariar o discurso de construção de um regime sem a interferência daquilo que havia restado das ruínas da monarquia. Este experiente chefe político, antes mesmo de ocupar o tão desejado cargo de governador, mostrou, em 1892, ao liderar o Partido Republicano Federalista, ser eleito vice-governador e participar da elaboração da Constituição Estadual, que a monarquia, de fato,

havia deixado o que conservar e o que reformar. A sua maneira de fazer política é exemplo do que foi conservado pela República naqueles tempos: oligárquica e excludente. Com todas as permanências das forças do passado, que hoje insistem violentamente em sobreviver, as demandas democráticas atuais reformulam uma República mais participativa e inclusiva. Um desafio que tem sido cotidiano nos últimos 130 anos.

REFERÊNCIAS

1888. **Gazeta do Norte**, ano IX, n. 01, Fortaleza, 2 jan. 1889, p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103950&pesq=&pagfis=7496>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- 1889-1890. **Cearense**, ano 44, n. 1, Fortaleza, 1 jan. 1890, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=monarquia&pagfis=22146>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- ABSTENÇÕES. **O Estado do Ceará**, ano I, n. 7, Fortaleza, 28 de jul. 1890, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=225746&pagfis=22>. Acesso em: 02 ago. 2021.
- ALISTAMENTO eleitoral. **Cearense**, ano XLIV, n. 77, Fortaleza, 10 abr. 1890, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pagfis=22450>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- ALISTAMENTO eleitoral. **Gazeta do Norte**, ano X, n. 77, Fortaleza, 8 abr. 1890, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103950&pagfis=8876>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- ALONSO, A. Instauração da República no Brasil. In: SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. (org.). **Dicionário da República**: 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p.135 - 141.
- ANGARIAR inimigos. **Gazeta do Norte**, ano X, n. 71, Fortaleza, 28 mar. 1890, p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103950&pagfis=8847>. Acesso em: 03 mai. 2021.
- ANNO NOVO. **Cearense**, ano 43, n. 1, Fortaleza, 1 jan. 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pagfis=20996>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- A NOVA administração. **Constituição**, ano. XXVI, n. 131, Fortaleza, 10 jul. 1889, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=235334&pesq=&pagfis=6162>. Acesso em: 5 jul. 2021.
- A NOVA ERA. **Cearense**, ano. XLIV, n. 261, Fortaleza, 22 nov. 1889, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=Instruir%20%c3%a9%20construir&pagfis=22026>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- AO ELEITORADO cearense. **O Estado do Ceará**, ano I, n. 27, Fortaleza, 22 ago. 1890, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=225746&Pesq=perante&pagfis=101>. Acesso em: 18 jun. 2021.

A PATRIA. **A Pátria**, ano 1, n. 133, Fortaleza, 21 ago. 1890, p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=814555&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=43>. Acesso em: 22 dez. 2022.

A REPRESENTAÇÃO do Ceará. **Gazeta do Norte**, ano. X, n. 152, Fortaleza, 11 jul. 1890, p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103950&pagfis=9167>. Acesso em: 12 mai. 2021.

A REPÚBLICA. **A República**, ano I, n. 1, Fortaleza, 09 abr. 1892, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=801399&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 05 jan. 2023.

A REVELLAÇÃO. **Pedro II**, ano 50, n. 29, Fortaleza, 10 out. 1889, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=216828&pesq=&pagfis=12554>. Acesso em: 10 mai. 2021.

ARQUIVO PÚBLICO DO CEARÁ. Fundo: Chefatura de Polícia. Código de referência: BR APEC, CP, RE, ENC. 34. Livro 34, 1888-1892.

A SATURNAL de setembro. **O Estado do Ceará**, ano I, n. 18, Fortaleza, 09 ago. 1890, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=225746&pagfis=65>. Acesso em: 26 ago. 2021.

AS OCCURENCIAS de ante-hontem. **Libertador**, ano X, n. 210, Fortaleza, 16 set. 1890, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/229865/per229865_1890_00210.pdf. Acesso em: 03 nov. 2021.

A UNIÃO faz a força. **Cearense**, ano XLIV, n. 102, Fortaleza, 10 mai. 1890, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=Instruir%20%c3%a9%20construir&pagfis=22550>. Acesso em: 17 jun. 2021.

BATALHA, C. H. de M. **O movimento operário na Primeira República**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BÓIA, Wilson. **Antônio Sales e sua Época**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1984.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 13. ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891.

CARDOSO, G. P. **As Repúblicas das Letras Cearenses**. Literatura, Imprensa e Política (1873-1904). 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

CARDOSO, G. P. “**Bardos da canalha, quaresma de desalentos**”. Produção literária de trabalhadores em Fortaleza na Primeira República. 2009. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

CARDOSO, G. P. **Padaria Espiritual**: biscoito fino e travoso. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

CARDOSO, G. P. **Práticas Letradas e a Construção do Mito Civilizador em Fortaleza**. “Luzes”, Seca e Abolicionismo em Fortaleza (1860-1930). Fortaleza: EDUECE/ Museu do Ceará, 2016.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. Um Longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CEARENSE. **Cearense**, ano XLIV, n. 2, Fortaleza, 3 jan. 1890, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pagfis=22150>. Acesso em: 25 abr. 2021.

CEARENSE. **Cearense**, ano XLIV, n. 15, Fortaleza, 19 jan. 1890, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pagfis=22202>. Acesso em: 22 dez. 2022.

CEARENSE. **Cearense**, ano XLIV, n. 158, Fortaleza, 18 jul. 1890, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=Instruir%20%C3%A9%20construir&pagfis=22774>. Acesso em: 23 ago. 2021.

CHARTIER, R. **História Cultural**, entre Práticas e Representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHRONICA Política. **Cearense**, ano XLIV, n. 162, Fortaleza, 23 jul. 1890, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=Instruir%20%C3%A9%20construir&pagfis=22790>. Acesso em: 3 set. 2021.

COMMUNICADO. **Cearense**, ano XLIV, n. 162, Fortaleza, 23 jul. 1890, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=Instruir%20%C3%A9%20construir&pagfis=22791>. Acesso em: 3 set. 2021.

CONSTITUIÇÃO. **Constituição**, ano XXVI, n. 112, Fortaleza, 30 mai. 1889, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=235334&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=6086>. Acesso em: 3 set. 2021.

CORDEIRO, J. Apontamentos biográficos de João Cordeiro, escrito por ele próprio. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo LIX, 1945, p. 270-292.

CORONEL Luiz Antonio Ferraz. **O Estado do Ceará**, ano 1, n. 151, Fortaleza, 11 fev. 1891, p. 2. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=225746&Pesq=perante&pagfis=534>. Acesso em: 25 Jul. 2022.

CORRESPONDÊNCIA. **Cearense**, ano XLIII, n. 09, Fortaleza, 11 jan. 1889, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=Instruir%20%c3%a9%20construir&pagfis=21024>. Acesso em: 26 abr. 2021.

DECLARAÇÃO Oficial. **Libertador**, ano X, n. 133, Fortaleza, 11 jun. 1890, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/229865/per229865_1890_00133.pdf. Acesso em: 17 set. 2021.

DIRETÓRIOS Locais. **A República**, ano I, n. 47, Fortaleza, 8 jun. 1892, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=801399&pagfis=173>. Acesso em: 20 jan. 2023.

DOCUMENTOS para a história. **Cearense**, ano XLIV, n.1, Fortaleza, 1 jan. 1890, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pagfis=22146>. Acesso em: 26 jul. 2021.

DOCTRINEMOS. **Cearense**, ano XLIV, n. 274, Fortaleza, 7 dez. 1889, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=Instruir%20%c3%a9%20construir&pagfis=22078>. Acesso em: 15 ago. 2021.

ECONOMIAS desastrosas. **Cearense**, ano XLIV, n. 51, Fortaleza, 5 mar. 1890, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pagfis=22346>. Acesso em: 28 jul. 2021.

ELEIÇÃO. **Cearense**, ano XLIV, n. 206, Fortaleza, 14 set. 1890, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=Instruir%20%c3%a9%20construir&pagfis=22966>. Acesso em: 5 ago. 2022.

EM DISSOLUÇÃO. **O Estado do Ceará**, ano 1, n. 197, Fortaleza, 11 abr. 1891, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/225746/per225746_1891_00197.pdf. Acesso em: 23 dez. 2022.

EM OPOSIÇÃO. **O Estado do Ceará**, ano I, n. 199, Fortaleza, 14 abr. 1891, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=225746&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=721>. Acesso em: 23 dez. 2022.

ENERGICAMENTE! **Cearense**, ano XLIV, n. 127, Fortaleza, 11 jun. 1890, p. 1 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pagfis=22650>. Acesso em: 27 set. 2022.

ESTUDOS Sociais. **Cearense**, ano XLIV, n. 15, Fortaleza, 19 jan. 1890, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pagfis=22202>. Acesso em: 23 dez. 2022.

FALA com que abriu a Assembléa provincial... o Exm. Presidente Senador H. d'Avila. **Gazeta do Norte**, ano X, n. 156, Fortaleza, 19 jul. 1889, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103950&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=8107>. Acesso em: 22 dez. 2022.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

FERNANDES, A. C. S. **A imprensa em pauta**: Jornais Pedro II, Cearense e Constituição. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult Ceará, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GAZETA do norte. **Gazeta do Norte**, ano XI, n. 154, Fortaleza, 15 jul. 1890, p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103950&pagfis=9171>. Acesso em: 10 set. 2021.

GRAVES Acontecimentos. **O Estado do Ceará**, ano 1, n. 44, Fortaleza, 16 set. 1890, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/225746/per225746_1890_00044.pdf. Acesso em: 17 nov. 2022.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

LESSA, R. **A invenção Republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

MONTENEGRO, A. F. **Os partidos políticos no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

MOTTA, R. P. S. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, R. P. S. (org.). **Culturas políticas na história**: Novos Estudos. 2. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13-37.

NOSSA Opinião. **Cearense**, ano XLIV, n. 56, Fortaleza, 11 mar. 1890, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pagfis=22366>. Acesso em: 25 jun. 2021.

NOSSA Posição. **Gazeta do Norte**, ano X, n. 257, Fortaleza, 20 nov. 1889, p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103950&Pesq=politica%20exclusivista&pagfis=8503>. Acesso em: 11 abr. 2021.

NOVO Governo. Cearense, Fortaleza, ano. XLV, n. 88, 28 abr. 1891, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pagfis=23591>. Acesso em: 27 dez. 2022.

NOVO Governador. **O Estado do Ceará**, ano 1, n. 211, Fortaleza, 28 de abr. 1891, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/225746/per225746_1891_00211.pdf. Acesso em: 23 jul. 2022.

O ADVENTO da República. **Cearense**, ano XLIV, n. 261, Fortaleza, 22 nov. 1889, p.

1. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=Instruir%20%c3%a9%20construir&pagfis=22026>. Acesso em: 15 abr. 2021.

O ESTADO do Ceará. **O Estado do Ceará**, ano I, n. 6, Fortaleza, 26 jul. 1890, p. 2.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=225746&Pesq=perante&pagfis=18>. Acesso em: 21 jun. 2021.

O QUE lhes apraz. **Libertador**, ano IX, n. 287, Fortaleza, 14 dez. 1889, p. 2. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=229865&pagfis=4164>. Acesso em: 27 mai. 2021.

OPINIÃO Pública. **Cearense**, ano XLIV, n. 55, Fortaleza, 09 mar. 1890, p. 1. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pagfis=22362>. Acesso em: 25 jun. 2021.

O PLEBISCITO. **Cearense**, ano XLIV, n. 76, Fortaleza, 09 abr. 1890, p. 1. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pagfis=22446>. Acesso em: 25 jun. 2021.

OS ACONTECIMENTOS do dia 14. **Libertador**, ano X, n. 211, Fortaleza, 17 set. 1890, p. 2.

Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/229865/per229865_1890_00211.pdf. Acesso em: 13 ago. 2022.

OS PRESOS. **O Estado do Ceará**, ano I, n. 52, Fortaleza, 26 set. 1890, p. 2. Disponível em:

http://memoria.bn.br/pdf/225746/per225746_1890_00052.pdf. 24. Acesso em: 17 ago. 2022.

OS RESPONSÁVEIS. **O Estado do Ceará**, ano I, n. 22, Fortaleza, 14 ago. 1890, p. 2.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=225746&pagfis=82>. Acesso em: 30 ago. 2021.

PACHECO, R. A. Cultura política: as mediações simbólicas do poder. In: PESAVENTO, S. J.; SANTOS, N. M. W.; ROSSINI, M. S. (Org.). **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em História Cultural**. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p. 172-184.

PARA O POVO. **Cearense**, ano XLIV, n. 269, Fortaleza, 1 dez. 1889, p. 1. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=Instruir%20%c3%a9%20construir&pagfis=22058>. Acesso em: 5 ago. 2021.

PARTIDO operário. **O Estado do Ceará**, ano 1, n. 2, Fortaleza, 22 jul. 1890. Disponível em:

<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/estado-ceara/225746>. Acesso em: 07 nov. 2021.

PARTIDO operário. **Cearense**, Fortaleza, ano 44, n. 134, 19 jun. 1890. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pagfis=22678>. Acesso em: 04 dez. 2021.

PERANTE o governo. **O Estado do Ceará**, ano I, n. 17, Fortaleza, 8 ago. 1890, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=225746&pagfis=62>. Acesso em: 26 ago. 2021.

PEREIRA, A. G. **A Imprensa dos Trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos 1920**. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

PESSOA, R. X. C. **A ideia republicana no Brasil através dos documentos: textos para seminários**. São Paulo: Alfa-Omega, 1973.

PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

PINSKY, C. B.; DE LUCA, T. R. **O Historiador e suas Fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

POLÍTICA Republicana. **Libertador**, ano IX, n. 275, Fortaleza, 30 nov. 1889, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=229865&pagfis=4116>. Acesso em: 3 jun. 2021.

POLÍTICA Sui Generis. **Cearense**, ano XLIV, n. 232, Fortaleza, 7 nov. 1891, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709506&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=24152>. Acesso em: 3 jun. 2021.

PROGRAMA Liberal. **Cearense**, ano XLIII, n. 134, Fortaleza, 15 jun. 1889, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=Instruir%20%c3%a9%20construir&pagfis=21524>. Acesso em: 15 mai. 2021.

PROJECTO de Constituição. **Cearense**, ano X, n. 86, Fortaleza, 12 abr. 1890, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=229865&pagfis=4545>. Acesso em: 28 ago. 2022.

RECLAMAÇÃO do Episcopado Brasileiro. **O Estado do Ceará**, ano I, n. 26, Fortaleza, 21 ago. 1890, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=225746&Pesq=perante&pagfis=98>. Acesso em: 06 jan. 2022.

RECONSTRUÇÃO. **Cearense**, ano XLIV, n. 266, Fortaleza, 28 nov. 1889, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pagfis=22046>. Acesso em: 20 jun. 2021.

REGIMEN de economia. **Libertador**, ano IX, n. 274, Fortaleza, 28 nov. 1889, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=229865&pagfis=4107>. Acesso em: 15 mai. 2021.

REPÚBLICA brasileira. **Libertador**, Fortaleza, ano. IX, n. 265, 19 nov. 1889, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=229865&pagfis=4075>. Acesso em: 10 mai. 2021.

SALES, Antônio. **Novos retratos e lembranças**. Fortaleza: Casa de José de Alencar/ Programa Editorial, 1995.

SANTOS, G. F. A Constituição da Primeira República Brasileira. **História Constitucional**, Pernambuco, v. 2, n. 4, p. 335-346, junho, 2003. Disponível em: <http://www.historiaconstitucional.com/index.php/historiaconstitucional/article/view/200/178>. Acesso em: 22 dez. 2022.

SANTOS, R. C. C. A tradição republicana e seu potencial emancipatório. **Conteúdo Jurídico**, 19 out. 2021. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/57291/a-tradicao-republicana-e-seu-potencial-emancipatorio>. Acesso em: 2 dez. 2021.

SHOFISMAS. **Libertador**, ano IX, n. 285, Fortaleza, 12 dez. 1889, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=229865&pagfis=4155>. Acesso em: 06 jun. 2021.

STARLING, H. M. **Ser republicano no Brasil Colônia**: a história de uma tradição esquecida. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

STUDART, G. (Barão de). **Dactas e Factos para a História do Ceará**. Em Comemoração ao Centenário do Jornalismo Cearense e da Confederação do Equador. Fortaleza: Tipografia Comercial; 1924.

WEYNE, W.. **Imprensa e Ideologia**: O Papel Político dos Jornais Cearenses na Transição Monarquia/República. Fortaleza: NUDOC/UFC; 1990.